

M

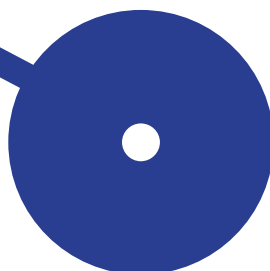
MESTRADO

EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL
ESPECIALIZAÇÃO EM AÇÃO PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS DE RISCO

(Re)Erguer-se Um projeto de intervenção social numa CPCJ

Pedro Joaquim Pereira Azevedo

04/2021



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Pedro Joaquim Pereira Azevedo

(Re)Erguer-se. Um projeto de intervenção social numa CPCJ

Relatório de Projeto

Mestrado em Educação e Intervenção Social

Especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco

Orientação: Prof.^a Doutora Ana Bertão

Porto, abril de 2021

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, que foi a responsável pelo trajeto que agora termina, pela compreensão, apoio, incentivo, paciência que demonstrou ao longo desta caminhada. O meu muito obrigado por seres a minha companheira de vida, o meu alento ... o meu porto seguro.

Aos meus filhos que sempre me apoiaram, e sofreram com a minha ausência, as minhas desculpas pelos momentos em que deveria ter sido mais atencioso, cuidadoso e acima de tudo paciente ... mas são o meu orgulho.

Aos colegas de mestrado que partilharam as angústias, os medos, mas que conseguimos almejar o objetivo pelo que tanto nos esforçámos.

À instituição que proporcionou o desenvolvimento do projeto, às famílias que aceitaram o repto de serem os principais intervenientes na co-construção do presente projeto.

À Professora Doutora Ana Bertão pela disponibilidade, pelo incentivo, pelas palavras que dava nos momentos de maior pressão, *stress* e angústia. Agradeço todos os ensinamentos que me proporcionou e, a par da minha esposa, a responsável pela minha luta e por esta conquista.

O mais importante de toda esta etapa não é o culminar de um projeto, ou obter mais um grau académico, foi acima de tudo, ter contribuído de uma forma singela para a mudança e empoderamento de pessoas, que passaram a ser mais felizes e a encarar os desafios da vida com outros olhos, e ter a capacidade de conotar positivamente algo de errado na sua vida, de modo a tornar as suas fraquezas em força interior para resistir a todas as adversidades.

O meu muito obrigado a todos aqueles que fizeram parte desta "viagem", sem exceção...
OBRIGADO!!!!

RESUMO

O projeto “(Re)Erguer-se”, orientado pela metodologia de investigação-ação participativa, teve como missão empoderar, capacitar, e diminuir o impacto da vitimação em contexto de violência, onde foram privilegiados os momentos de partilha de experiências, reflexão e escuta ativa.

O projeto incidu nas famílias vítimas de violência doméstica e nas dificuldades que os gestores de processos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), participantes no projeto, sentem no acompanhamento dos processos que lhes são atribuídos. Através de estratégias participativas, o projeto permitiu o desenvolvimento e a conscientização das pessoas, a recuperação da sua autoestima e a valorização pessoal, ficando mais empoderadas para que não voltem a ser vítimas de abusos e violência de forma a saírem de um círculo vicioso que, por vezes, insiste em instalar-se. O envolvimento dos participantes e a sua co-responsabilização na construção do projeto permitiram que estes confiassem na intervenção.

As ações desenvolvidas respeitaram o ritmo e o tempo de cada um/a, em prol das mudanças necessárias para cada participante encarar a vida, novamente, de forma mais positiva. O projeto baseou-se numa intervenção psicossocial planeada em conjunto, que partiu sempre das necessidades das duas famílias envolvidas, refletida com as famílias e, em parte, com os profissionais da CPCJ. Os resultados deste projeto demonstraram ser positivos, espoletando melhorias quanto à valorização pessoal e empoderamento dos participantes, assim como uma melhor articulação na análise dos processos na Comissão.

Palavras-chave: Projetos de Educação e Intervenção Social, Investigação-Ação Participativa, Violência Doméstica, Intervenção Psicossocial.

ABSTRACT

The “(Re) Erguer-se” project, guided by the participatory action–research methodology, had the mission of empowering, training, and reducing the impact of victimization in the context of violence, where moments of sharing experiences, reflection and active listening.

The project focused on families of domestic violence victims and on the difficulties that process managers of the Commission for the Protection of Children and Youth (CPCJ), participating in the project, feel in monitoring the processes attributed to them. Through participatory strategies, the project allowed the development and awareness of people, the recovery of their self-esteem and personal appreciation, becoming more empowered so that they do not return to being victims of abuse and violence in order to get out of a vicious circle that, sometimes he insists on settling in. The involvement of the participants and their co-responsibility in the construction of the project allowed them to trust the intervention.

The actions developed respected the pace and time of each one, in favor of the necessary changes for each participant to face life, again, in a more positive way. The project was based on a psychosocial intervention planned together, which always started from the needs of the two families involved, reflected with the families and, in part, with the CPCJ professionals. The results of this project proved to be positive, triggering improvements in the personal valuation and empowerment of the participants, as well as a better articulation in the analysis of the processes in the Commission.

Keywords: Education and Social Intervention Projects, Participatory Action Research, Domestic Violence, Psychosocial Intervention.

A violência doméstica é um “acto de cobardia sem nome. Porque nos atinge no local onde nos deveríamos sentir mais amados, (...) é particularmente difícil adivinhar o que se passa no interior das casas ou, pior, no interior de cada um”.

(Sarmiento, 2005, citado por Sousa, 2013, p. 27)

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	I
RESUMO.....	II
ABSTRACT.....	III
LISTA DE ABREVIATURAS.....	X
INTRODUÇÃO.....	1
1. PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL	3
1.1. INTERVENÇÃO SOCIAL EM PROJETO.....	3
1.2. PARADIGMA EMERGENTE.....	4
1.3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA.....	6
2. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	12
2.1. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	12
2.2. EFEITOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NAS CRIANÇAS.....	19
2.3. INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL E RELAÇÃO DE AJUDA COM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	22
2.4. CPCJ E RESPOSTAS SOCIAIS A SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	26
3. CARATERIZAÇÃO E ANÁLISE DA REALIDADE.....	29
3.1. CONTEXTO DA REALIZAÇÃO DO PROJETO	29
3.2. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROJETO – A EQUIPA DA CPCJ.....	37
3.3. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROJETO – AS FAMÍLIAS.....	40
4. DESENHO DO PROJETO	49
4.1. FINALIDADE, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS.....	49
4.2. AVALIAÇÃO DE ENTRADA E (RE)AVALIAÇÃO DO CONTEXTO.....	50
5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO.....	54
5.1. CALENDARIZAÇÃO DAS AÇÕES.....	54
5.2. AÇÃO 1 – “O RECOMEÇO”	55
5.3. AÇÃO 2 – “REFLETIR PARA AGIR”	76
6. AVALIAÇÃO FINAL DO PROJETO.....	79

REFLEXÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXOS	91
ANEXO A. – CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL – GRUPO DE PARTICIPANTES.....	92
ANEXO B. – CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL – EQUIPA	94
ANEXO C. – CONHECIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL – INSTITUIÇÃO.....	96
APÊNDICES.....	98
APÊNDICE A – CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA CPCJ X	99
APÊNDICE B – CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS.....	100
APÊNDICE C – GENOGRAMA DA FAMÍLIA DA LAURA	101
APÊNDICE D – GENOGRAMA DA FAMÍLIA DA MÓNICA	102
APÊNDICE E: GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA REALIZADA AOS ELEMENTOS QUE CONSTITUEM O GRUPO DE TRABALHO DA COMISSÃO	103
APÊNDICE F – ILUSTRAÇÃO DOS MOMENTOS MARCANTES DAS VIDAS, DA EMA E SARA...105	
APÊNDICE F.1 – ILUSTRAÇÃO DO PASSADO – EMA	105
APÊNDICE F.2 – ILUSTRAÇÃO DO PRESENTE – EMA.....	106
APÊNDICE F.3 – ILUSTRAÇÃO DO FUTURO – EMA	107
APÊNDICE F.4 – ILUSTRAÇÃO DO PASSADO – SARA.....	108
APÊNDICE – F.5 ILUSTRAÇÃO DO PRESENTE – SARA.....	109
APÊNDICE F.6 – ILUSTRAÇÃO DO FUTURO – SARA.....	110
APÊNDICE G: ILUSTRAÇÕES QUE REPRESENTAM A FAMÍLIA NA ATUALIDADE, NO FUTURO E A IMAGEM DE UM HOMEM E UMA MULHER (AOS TEUS OLHOS).....	111
APÊNDICE G.1 – ILUSTRAÇÃO DA FAMÍLIA – EMA	111
APÊNDICE G.2 – ILUSTRAÇÃO DA FAMÍLIA NO FUTURO – EMA	112
APÊNDICE G.3 – ILUSTRAÇÃO DE UM HOMEM E UMA MULHER, “AOS TEUS OLHOS” – EMA	113

APÊNDICE G.4 - ILUSTRAÇÃO DA FAMÍLIA - SARA.....	114
APÊNDICE G.5 - ILUSTRAÇÃO DA FAMÍLIA NO FUTURO - SARA.....	115
APÊNDICE G.6- ILUSTRAÇÃO DE UM HOMEM E UMA MULHER, "AOS TEUS OLHOS" - SARA	116

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Processos de VD na CPCJ X – de janeiro a junho de 2020.....	35
Tabela 2 – Percentagem dos processos de VD, nos últimos três anos.....	35
Tabela 3 – Caracterização dos participantes da CPCJ X.....	99
Tabela 4 – Caracterização das famílias.....	100

ÍNDICE DE QUADROS E DE FIGURAS

Figura 1 – Genograma da família de Laura.....	101
Figura 2 – Genograma da família de Mónica.....	102
Figura 3 – Momento mais marcante do passado – Ema.....	105
Figura 4 – Momento mais marcante do presente – Ema.....	106
Figura 5 – Momento mais marcante no futuro – Ema.....	107
Figura 6 – Momento mais marcante no passado – Sara.....	108
Figura 7 – Momento mais marcante no presente – Sara.....	109
Figura 8 – Momento mais marcante no futuro – Sara	110
Figura 9 – Família atualmente – Ema.....	111
Figura 10 – Família no futuro – Ema	112
Figura 11 – Homem e uma mulher "aos olhos2 de Ema.....	113
Figura 12 – Família atualmente – Sara.....	114
Figura 13 – Família no futuro – Sara	115
Figura 14 – Homem e uma mulher "aos olhos" de Sara.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS

AF – Agregado Familiar

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CA – Comissão Alargada

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CR – Comissão Restrita

GNR – Guarda Nacional Republicana

IAP – Investigação-Ação Participativa

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS – Instituto da Segurança Social

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

RA – Relação de Ajuda

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

VD – Violência Doméstica

INTRODUÇÃO

O projeto "(Re)Erguer-se" foi desenvolvido com duas mulheres e duas crianças, vítimas de violência doméstica (VD), que estavam a ser acompanhadas numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), e com alguns profissionais desta comissão, que se designará por CPCJ X, de forma a garantir o seu anonimato.

O interesse pela temática da VD surgiu há uns anos, quando ainda exercia a profissão de Polícia Municipal, o que me levou a realizar uma formação/especialização nesta área. Com a mudança de profissão para a área social (em outubro de 2019) e sendo gestor de processos na CPCJ X, incluindo processos de VD, ficou por demais evidente a escassez de respostas no concelho para estas situações, o que orientou o projeto a desenvolver para a temática da VD e com vítimas de VD. Além de que esta é uma área amplamente estudada, mas com uma incidência cada vez maior na nossa sociedade.

Com o projeto "(Re) Erguer-se", pretendeu-se uma intervenção social em projeto, isto é, uma intervenção que fosse sendo co-construída com todos os participantes, que partisse dos problemas, dificuldades, necessidades das pessoas, e que permitisse o seu envolvimento ativo nas tomadas de decisão, em todo o processo, sustentado pelo desejo de mudança e crença num futuro melhor. Neste sentido, o projeto foi desenvolvido tendo como opção metodológica a investigação-ação participativa (IAP).

O nome deste projeto surgiu durante as sessões desenvolvidas com os participantes, uma vez que uma das participantes pronunciou por diversas vezes a palavra "erguer-se", quando se referia à sua vida. Porque as vítimas de VD estão vulneráveis e em situação, muitas vezes, de verdadeiro ataque à sua autoestima, mas como, em cada dia, parecem necessitar de acreditar que a mudança é possível, o projeto designou-se "(Re)Erguer-se", e surge como uma forma de homenagear todos os envolvidos, incluindo os elementos da CPCJ, pela possibilidade de refletirem e reorientarem as suas práticas perante a necessidade de resposta a situações de VD.

Todos os participantes no presente projeto têm proximidade com a VD, isto é, os técnicos acompanham as vítimas de VD e as mulheres e crianças participantes eram vítimas de VD, sentindo as dificuldades, fragilidades e a ausência de respostas existentes na CPCJ X e no

concelho onde vivem. A Laura, a Ema, a Sara e a Mónica (nomes fictícios das mulheres e crianças que construíram este projeto de intervenção psicossocial) são exemplo das dificuldades vivenciadas pelas pessoas que sofrem de VD e do impacto dos contextos das suas vidas nas suas formas de se olharem e encararem o futuro, como se constatará ao longo do presente relatório. Os elementos da equipa da CPCJ X, participantes no projeto, constituíram-se como um grupo de trabalho para refletir sobre as práticas profissionais e ações a desenvolver quando acompanham processos de VD, e que visou a articulação com outros serviços, uma vez que os adultos não têm qualquer apoio e intervenção por parte dos gestores de processos da CPCJ X, pois a sua intervenção dirige-se às crianças e jovens.

O projeto, bem como a ação da equipa da CPCJ foram impactados pela crise pandémica (Covid-19), a partir de março de 2020, exigindo alterações nas práticas dos profissionais e condicionando o desenvolvimento do projeto, o que se analisará mais à frente neste relatório.

O relatório está organizado em seis capítulos: o enquadramento teórico integra os capítulos um e dois; a apresentação do projeto surge nos capítulos seguintes. No capítulo um reflete-se sobre a intervenção social em projeto, o paradigma emergente e a metodologia de IAP. No capítulo dois, são abordados os temas da VD nas famílias, os efeitos da VD nas crianças, a intervenção psicossocial e a relação de ajuda (RA) com vítimas de VD, bem como as respostas sociais existentes. A caracterização do contexto do desenvolvimento do projeto e dos participantes surge no capítulo três. No capítulo quatro é apresentado o desenho de projeto, finalidade, objetivos e estratégias, bem como a avaliação de entrada e (re)avaliação do contexto. No capítulo cinco surge o desenvolvimento do projeto. Neste relatório constam, ainda, as considerações finais, as referências, os anexos e os apêndices, que vão sendo referidos ao longo do relatório.

Todos os que construíram e participaram no projeto fizeram-no de forma voluntária, assinando um consentimento informado (Anexo A, p. 92), após esclarecimentos sobre o âmbito do projeto e de que, a todo o momento, poderiam retirar-se do projeto., e consentiram a divulgação do relatório escrito. Para salvaguardar as identidades dos participantes, garantindo o seu anonimato e assegurado o sigilo das informações em relação à instituição e aos participantes do projeto, todos os nomes dos participantes são fictícios bem como as informações sobre a CPCJ e a sua localização, também alguns dados relativos às famílias foram limitados ao necessário para a compreensão do projeto.

1. PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

1.1. INTERVENÇÃO SOCIAL EM PROJETO

Parte da nossa vida é pautada por projetos, de carácter pessoal ou profissional. Podemos conferir que um projeto está envolto em ideias, objetivos, planeamentos, esboços e planos, isto é, constitui algo que se ambiciona executar (Dias, 2009). Os projetos em educação e intervenção social devem ser inovadores, proporcionando novas pesquisas, e o recurso a novos métodos que permitam a mudança e transformação pessoal e social.

Nas palavras de Monteiro (2019, p. 68), “todo o projeto é gerador de ação. Mas esse enfoque na ação só se legitima a partir de uma dimensão negociada, participada e abrangente, tantas vezes em sentido contrário às ritualizadas (e desmotivadas) práticas institucionais”. A intervenção por meio das ações dos projetos, acarreta imensas alterações sociais, quando pretende uma reflexão acerca das práticas e da investigação na educação (Monteiro, 2019), já que a crescente complexidade das sociedades no nosso contemporâneo e o agravamento dos fenómenos de risco e de exclusão social demonstram a ineficiência e desajuste das práticas intervencionistas tradicionais (Carvalho e Baptista, 2004). Deste modo, uma intervenção social em projeto tem impacto nas práticas profissionais e institucionais, bem como nas mudanças sociais alcançadas.

Para uma intervenção social adequada às características e necessidades das pessoas e aos seus contextos de vida, considera-se pertinente que o investigador-interventor facilite o processo de consciencialização dos problemas e das necessidades sentidas pelas pessoas. Para almejar a mudança e a resolução dos problemas existentes, o trabalho em rede revela-se fundamental, de forma a que os recursos e meios sejam utilizados de forma criteriosa, criativa e equilibrada, evitando deste modo a duplicação de respostas. Os projetos de intervenção social devem envolver todos os participantes numa procura de melhor qualidade de vida e autonomização, de modo a que surjam novas oportunidades de crescimento e desenvolvimento para todos os envolvidos no projeto (Fragoso, 2004). A colaboração e participação de todos os envolvidos na co-construção do projeto fomenta o processo de tomada de decisões, assim como a responsabilização e empenho para obter a mudança; além de que garante ações mais adequadas aos recursos e necessidades.

Desenhar um projeto e intervir nos fenómenos sociais pressupõe um conhecimento prévio da realidade, “isto é, saber onde se está, saber para onde ir e como fazê-lo” (Cembranos, Montesinhos e Bustelo, 2001, p. 24). Neste sentido, são consideradas pertinentes as dificuldades assim como os erros que frequentemente são cometidos ao efetuar a análise de uma determinada realidade, uma vez que esta realidade não é estanque e a sua análise deverá ser contínua e acompanhar o desenho e desenvolvimento do projeto. Os erros que habitualmente sucedem, segundo Cembranos e colaboradores (2001), são a desproporcionalidade existente entre os dados que se recolhem e os que são usados, o modo como se faz a priorização, dando, por vezes, importância a dados pouco significativos em detrimento de outros com maior relevância, e descurando a necessidade de inovar e de identificar algo diferente. Quando o investigador se limita a estudar “de fora” os problemas de uma comunidade ou das pessoas, pode tomar decisões baseadas nos estudos e investigações que já foram realizadas, e que pouco servem às pessoas participantes do projeto. É, por isso, necessário que o investigador faça uma boa análise da realidade, participada, ouvindo as pessoas e envolvendo-as no processo, para que possa levar a cabo um projeto adequado, que contribua com novas aprendizagens e conhecimentos úteis para a vida das pessoas (Lima, 2003).

Desta forma, os projetos ao serem desenvolvidos a partir dos pressupostos referidos, deverão ser projetos sociais enquadrados no paradigma emergente, sócio-critico.

1.2. PARADIGMA EMERGENTE

O paradigma emergente contraria, na plenitude, o que o paradigma dominante defende, uma vez que o segundo paradigma refuta incessantemente o senso comum, valorizando exclusivamente o saber dos cientistas. Por seu lado, o paradigma emergente valoriza os conhecimentos adquiridos ao longo da vida, aproximando o conhecimento científico do conhecimento do senso comum, e o investigador das pessoas que participam nos projetos, elas mesmas tornadas elementos da equipa numa investigação, na forma de um investigador coletivo, em que os sujeitos sobre os quais a mudança deve acontecer, são também os sujeitos que investigam. Centra-se em aspetos de um paradigma social, que tem como finalidade uma vida decente, “o acréscimo de dignidade do viver”, para os cidadãos (Lima, 2003, p. 88).

Segundo Santos (1995), o paradigma emergente assenta em quatro princípios fundamentais: “todo o conhecimento científico-natural é científico-social”; “todo o conhecimento é local e total”, “todo o conhecimento é autoconhecimento”, “todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum” (Lima, 2003; Santos, 1995; Timóteo e Bertão, 2015).

O senso comum está na génese do conhecimento científico, onde “todo o conhecimento científico-natural é científico-social”. O conhecimento científico deve ser transmitido às pessoas de uma forma simples, acessível e perceptível, para que seja possível atingir o verdadeiro conhecimento, no sentido de que, também, o objeto de estudo foi participante ativo, transmissor e construtor de conhecimentos, tornados em saberes. Contrariamente ao paradigma tradicional, o paradigma emergente, considera que o conhecimento não é descritivo, nem determinista, mas sim flexível, dinâmico e tolerante (Santos, 1995, p. 37).

O segundo princípio do paradigma emergente afirma que “todo o conhecimento é local e total”, isto é, segundo Santos (1995, p. 47) (...) “constitui-se em redor de temas que em dado momento são adoptados por grupos sociais concretos como projectos de vida locais, sejam eles reconstituir a história de um lugar”. Assume-se que o conhecimento é a base de todas as possibilidades, tendo em conta o local onde as pessoas se encontram.

Segundo Santos (1995, p.50), o terceiro pilar é que “todo o conhecimento é auto-conhecimento”, é a valorização do conhecimento do sujeito, da imaginação. A exemplificação é parte integrante da ciência pós-moderna. Portanto, certifica-se que esta é: analógica, emergente e tradutora.

A ciência moderna legou-nos um conhecimento funcional do mundo que alargou extraordinariamente as nossas perspectivas de sobrevivência. Hoje não se trata tanto de sobreviver como de saber viver. Para isso é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos (Santos, 1995, p. 53).

O quarto e último pilar do paradigma emergente é constituído pela aceção de que “todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum”. Santos (1995, p. 55) explica que “a mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no quotidiano orientamos as nossas acções e damos sentido à nossa vida”.

O paradigma emergente dá espaço para uma intervenção na área das ciências sociais e uma intervenção socio-educativa e psicossocial que parte da compreensão, análise e do trabalho na e com a comunidade, sabendo que todo o conhecimento é autoconhecimento, que cada pessoa é um potencial investigador, o que vai permitir a verdadeira percepção de tudo aquilo que sabemos e do que ainda não conhecemos e a apropriação do conhecimento.

As comunidades, as organizações sociais e os seus movimentos originam dinâmicas locais diferenciadas que “se constituem como agentes de mudança e de transformação, numa aliança horizontal de saberes diversos apenas permitida pela construção de paradigmas de investigação e intervenção alternativos” (Monteiro, 2019, p. 67).

O desconhecimento da sociedade ou dos modos de vida das pessoas que a compõem gera mecanismos de resistência, de exclusão e a categorização de comportamentos atitudes marcadas por juízos de valor e estereótipos. Importante, pois, estar atento a todas estas manobras internas que são uma ameaça a uma investigação e intervenção social adequadas, e justas, na defesa dos direitos de todas as pessoas. A metodologia de IAP (Lima, 2003) surge, então, como opção metodológica nos projetos sociais que, partindo dos princípios do paradigma emergente, pretendem que as pessoas sejam os verdadeiros autores das suas vidas e das mudanças necessárias para viverem melhor.

1.3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA

A IAP é uma metodologia que permite uma intervenção baseada na empatia e numa relação de proximidade com os sujeitos, cuja finalidade é aliar a investigação à intervenção participativa, de forma a envolver todas as pessoas, no sentido de construir conhecimento e alcançar as mudanças necessárias para as pessoas viverem melhor. “A investigação participativa corresponde a um modo de procurar entender o mundo para nele melhor se viver, para que se possa constituir moradia confortável de tudo quanto nele existe” (Lima, 2003, p. 306).

Reconhecendo-se a amplitude de perspetivas e abordagens na sua dimensão histórica, são aqui apresentadas algumas das características da IAP. A observação direta e a co-construção do

projeto são determinantes na obtenção dos objetivos definidos, desde logo, pelo centrar da investigação na experiência dos seus participantes, numa sinergia entre o campo académico, a dinâmica social e políticas públicas (Barbosa e Ferreira, 2019).

A IAP, como metodologia de investigação e intervenção, permite melhor conhecer o mundo em que vivemos, tendo em vista a resposta co-construída por todos os que intervêm no processo, produzindo conhecimento, como menciona Lima (2003, p. 306), “é uma posição que não procura apenas conhecer o mundo, mas também transformar alguma coisa do tanto que ofende o sentido de justiça e de harmonia dos equilíbrios em permanente (re)construção”. O conhecimento e os ensinamentos que vamos adquirindo e transmitindo aos outros são objetivos primordiais no que concerne à metodologia da IAP (Lima, 2003).

A metodologia qualitativa, na qual a IAP se integra, é a mais adequada para a descrição e compreensão dos fenómenos sociais que, segundo Vilelas (2009, p. 105), se configura como:

Uma forma de estudo da sociedade que se centra no modo como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que elas vivem. Existem diferentes abordagens que se consideram no âmbito deste tipo de investigação, mas a maioria tem o mesmo objectivo: compreender a realidade, social das pessoas, grupos e culturas (Vilelas, 2009, p. 105).

Para Lima (2003, p. 318), “a investigação participativa relaciona-se, assim, positivamente com a dimensão endógena do desenvolvimento que faz nascer os processos no local e utiliza os recursos locais com o propósito de os tornar mais poderosos na decisão e na ação, assim como o de gerar novos recursos”. As vantagens principais da metodologia de IAP baseiam-se em três princípios metodológicos, cimentados no paradigma emergente: os conhecimentos que os indivíduos vão adquirindo ao longo da vida são proveitosos; a necessidade de uma reflexão crítica sobre a realidade das pessoas; e a importância do contributo na investigação e decisões do indivíduo, que o responsabiliza durante a execução do projeto (Timóteo, 2010). Estes princípios podem integrar-se em dois pressupostos, como refere Lima (2003, p. 319), “um, racionalista, de que a aprendizagem e o conhecimento favorecem a mudança, e um, de carácter afectivo, de que as relações pessoais que valorizam todas as partes são mobilizadoras da vontade e da razão”. Assim, parte-se do princípio de que pessoas mais envolvidas nos projetos encetam mudanças nas suas vidas mais responsáveis e duradouras.

Segundo Santos (1987), citado por Santos (2017, p.6), “estas metodologias permitem romper com os pressupostos positivistas do paradigma dominante, como a racionalidade, a objetividade, e a universalidade, procurando conhecer uma realidade autêntica e profunda, na qual a subjetividade toma lugar”, tal como assinalado no ponto anterior deste capítulo.

Para Santos e Bertão (2020), a constante articulação entre a prática e a teoria, facilitada pela IAP, origina a que se redefinem as práticas, se construa conhecimento e se inovem ações. A reflexão, aliada à análise da realidade psicossocial, poderá potenciar o empoderamento das pessoas, assim como o seu desenvolvimento, tendo como objetivo a tão ambicionada mudança na sua vida. A produção de conhecimento não é espontânea, constrói-se na relação social, é iniciada e instigada intencionalmente pelo investigador, de um modo geral, e sempre com o cuidado de envolver todos os participantes. Este envolvimento, em projetos de educação e intervenção social, movidos pela IAP, está presente desde o primeiro encontro, investigador e sujeitos participantes conjuntamente envolvidos nas diversas formas de recolha de dados e de análise da realidade, e é durante esse período de colaboração que se obtêm os proveitos, com a capacitação para os questionamentos e a interação (Lima, 2003). Segundo Timóteo e Bertão (2015), os projetos de intervenção social revestem-se de encontros entre a ação e a investigação, os quais com objetivos e vontades muito semelhantes em espiral autorreflexiva, na qual é vertida uma dinâmica de planeamento, ação, observação e reflexão.

Os projetos de educação e intervenção social, de uma forma geral, são desenvolvidos em realidades complexas, por isso é necessário o recurso a diversas técnicas, de forma a compreender a realidade social e a envolver todos os que participam no projeto e para permitir o cruzamento das informações obtidas através de meios diversificados. Assim, a análise documental, as entrevistas, as conversas intencionais, a observação direta e participativa são utilizadas a par de outras técnicas mais próximas de abordagens quantitativas, quando necessárias, como o recurso aos questionários (Bell, 2002; Coutinho et. al, 2009; Lima, 2003; Sousa, 2013). As técnicas devem ser escolhidas em função dos contextos e dos participantes.

As entrevistas e as conversas intencionais permitem estabelecer uma comunicação direta com os intervenientes, de modo que o investigador consiga reunir o máximo de elementos e dados que permitam uma intervenção mais eficaz, ao mesmo tempo que permitem a criação de uma relação próxima com as pessoas. Quando se recorre às entrevistas, as entrevistas semiestruturadas são

as mais adequadas, uma vez que permitem ao investigador direcionar a entrevista de modo a cumprir os objetivos, mas não deixando de ser flexível para adequar aos entrevistados e às novas informações que possam surgir (Sousa, 2013).

A observação direta e a forma como comunicamos revela-se fundamental. Numa perspetiva de análise, isto é, estar atento a se o discurso e a expressão corporal são congruentes, ou se o discurso verbal, embora assertivo, demonstra outra opinião através da comunicação não verbal.

Articulando o conhecimento de cada um, encarando-o como formas diferentes de conhecimento, mas aceitando que cada um deles é válido, possibilita-se a sua integração para a construção de uma visão mais completa das pessoas e dos contextos. Assim, a IAP valoriza a participação ativa e o conhecimento de todos os intervenientes sociais. Lima (2003, p. 323) salienta que “o conhecimento constrói-se em diálogo, e essa construção co-autorizada não é por isso pertença de um ator, mas do investigador coletivo que a foi edificando com os contributos analisados”. A transformação social sucede devido à interação dos profissionais e das pessoas envolvidas.

Para Carvalho e Baptista (2004, p.52), as pessoas devem ser consideradas como “(...) autores do seu próprio destino e, como tal, protagonistas privilegiados de um viver em comum”, sem que sejam considerados apenas como meros recursos dos projetos sociais. A participação das pessoas deve ser ajustada, envolvente, de forma a que as pessoas se sintam parte integral do projeto e não simples participantes, assim, a necessidade de envolvê-los e responsabilizá-los na co-construção do projeto, de forma a que se verifique a almejada mudança, desenvolvimento e empoderamento (Lima, 2003).

A avaliação dos projetos de intervenção social deve ser contínua, desde o seu início até ao seu término, como menciona Serrano (2008, p. 84), “(...) com o propósito de controlar a forma como se alcançam os resultados, as lacunas existentes no processo, os aspetos não previstos que vão surgindo na aplicação do projeto, a adequação ou a inadequação das actividades, etc”.

Cembranos e colaboradores (2001, p. 182) defendem que a avaliação possibilita a recolha e análise sistemática de informação, com o intuito de “(...) determinar o valor e/ou mérito do que se faz”. Com o desenrolar do projeto, e à medida que as ações se desenvolvem, através da observação e das devoluções (feedback) sobre as intervenções que vão sendo realizadas, é

possível ajustar e melhorar a planificação, as ações, as atividades e, até, refletir sobre os objetivos definidos.

O modelo de avaliação proposto por Stufflebeam e Skinfield (1995), modelo CIPP (avaliação do contexto, entrada, processo e produto) é um modelo de avaliação qualitativa, contínua e sistemática, com o intuito de permitir ajustes e melhoramentos durante o desenvolvimento do projeto. Para os autores, a avaliação é um:

processo de identificar, obter e proporcionar informação útil e descritiva acerca do valor e mérito das metas, a planificação, a realização e o impacto de um objeto determinado, com o fim de servir de guia para a tomada de decisões, solucionar problemas de responsabilidade e promover a compreensão dos fenómenos implicados (Stufflebeam e Skinfield, 1995, p. 183).

O modelo CIPP, segundo Ferreira e Pessanha (2014, p. 131), proporciona “ferramentas imprescindíveis para a avaliação de um projeto em educação social, uma vez que este é avaliado em diferentes momentos, não estanques entre si, mas antes encarando a avaliação como um processo contínuo ao longo de todo o projeto”.

A avaliação do contexto indica os recursos e as potencialidades, os problemas e as necessidades. Define-se o ponto de partida do projeto, estabelecem-se as prioridades de forma a conceber o desenho de projeto, onde se traçam as metas e os objetivos (Stufflebeam e Skinfield, 1995).

Na avaliação de entrada faz-se uma análise criteriosa ao desenho de projeto, onde se verificam os seguintes aspetos: coerência; credibilidade e capacidade de êxito, eficácia e fracasso; estratégias; constrangimentos previstos e adequam-se estratégias caso se verifique essa necessidade (Stufflebeam e Skinfield, 1995).

A avaliação do processo acontece ao longo do projeto, onde se analisa o desenvolvimento e a concretização das atividades e ações, de forma a avaliar se estão a decorrer conforme o previsto, ou se existe necessidade de adequar os recursos e selecionar novas estratégias. Ponderam-se as mudanças alcançadas e avalia-se a necessidade de executar ajustes ao projeto (Stufflebeam e Skinfield, 1995).

A avaliação do produto traduz-se na análise dos resultados obtidos durante as ações realizadas, sempre com a noção dos objetivos traçados, de forma a que se avalie se as necessidades identificadas inicialmente foram supridas, o êxito do projeto, o seu impacto na realidade. Avalia-se também o mérito e a sustentabilidade do projeto (Stufflebeam e Skinfield, 1995).

A participação das pessoas é preponderante em todos os momentos do projeto, incluindo no processo de avaliação (Carvalho e Portugal, 2016). Para Lima (2003), a participação é um trabalho cooperativo, procura a satisfação das necessidades, busca os ensinamentos e questionamentos necessários para alcançar os objetivos e o processo está sempre em avaliação sistemática, sendo colocado por diversas vezes em causa.

2. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

2.1. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Desde meados dos anos 60/70, o fenómeno da VD tem assumido, por todo o mundo, uma dimensão elevadíssima. Os movimentos feministas, essencialmente, desde esse período, têm vindo a ter um papel preponderante para a denúncia dessas situações (Santos, 2010).

Para Manita, Ribeiro e Peixoto (2009), a VD caracteriza-se por determinados comportamentos de agressão, de natureza diferente e continuados no tempo, e/ou pelo controlo das vítimas. A violência pode ser direta ou indireta e é causada por um ou mais elementos que fazem parte do mesmo agregado familiar (AF) (e.g., pais, filhos, avós, companheiro/a), e/ou indivíduos em que não haja co-habitação (e.g., namorados/as, ex-namorados/as, ex-companheiros/as). A violência é caracterizada pelo exercício de poder de uma pessoa em relação à outra, resultante do uso da força física, psicológica, política, económica, o que origina uma relação entre o vitimador e a vítima. O vitimador tudo fará para que consiga controlar a vítima, para que ela satisfaça as suas vontades, para que pense da mesma forma que ele, que anule a sua identidade, com o objetivo de reforçar a posição dominante do vitimador (Alarcão, 2002).

Em 2007, com a implementação em Portugal da Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, a VD foi consagrada como infração penal prevista e punida pelo art.º 152.º do Código Penal, que a define como:

quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: ao cônjuge ou ex-cônjuge; a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; a progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou a pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite (Lei n. 59/2007, p. 6188).

A Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, alargou o conceito de pessoa particularmente indefesa. A sanção acessória de proibição de contacto com a vítima passou a incluir o afastamento da residência, ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento passou a ser fiscalizado por meios

técnicos de controlo à distância (artigo 152.º, n.º 5 do Código Penal). Nos termos do artigoº 67.º-A, n.º 1, al. a) do Código de Processo Penal, aditado pela Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro, é considerada vítima “a pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou psíquica, um dano emocional ou moral, ou um dano patrimonial, diretamente causado por ação ou omissão, no âmbito da prática de um crime”.

Segundo Day e colaboradores (2003), a VD pode surgir de diversas formas, sendo as mais evidentes: a psicológica, que se refere a ações ou falta delas que causam danos irreversíveis ao outro; a física, que sucede quando algum dos elementos agride ou tenta agredir o outro, fisicamente, quer pelas próprias mãos ou com recurso a artefactos; a negligência, devido às necessidades de apoio/ajuda que algum dos elementos do AF necessite e não lhe é concedida; e a sexual, que diz respeito a todo e qualquer comportamento sexual que não é desejado pelo outro, isto é, em que não existe o seu consentimento. Para Alarcão (2002), a violência pode ser temporária, permanente ou crónica. As agressões ou abusos podem ocorrer de forma recorrente e/ou cíclica, ou mais intensa, entre o casal. As agressões físicas podem surgir de múltiplas formas: nomeadamente um pequeno toque ou empurrão, torceduras, bofetadas, patadas, apertões no pescoço, agressões com objetos, por exemplo atirar o telemóvel, puxões de cabelo, beliscões, e apagar o cigarro no corpo com as beatas do tabaco. Além das agressões físicas, as agressões psicológicas assumem um papel de destaque na VD, uma vez que são muito frequentes e podem surgir das seguintes maneiras: críticas permanentes, desvalorização pessoal, gritos, insultos. O abuso sexual sucede frequentemente em contexto de VD quando o ato sexual é praticado sem o consentimento do parceiro, o que se designa como violação.

A casa, o local onde se reside, deveria ser o local mais seguro, onde as pessoas se deveriam sentir melhor, mais seguras e confortáveis, um local de apoio e amor. No entanto, nem sempre sucede, dado que cada vez mais se verificam agressões e atos de violência. Embora os agressores possam ser mulheres ou homens, Manita (2005) refere que, entre as diversas situações de VD, prevalece a violência contra as mulheres, referenciando que “a violência contra as mulheres no espaço doméstico é a maior causa de morte e invalidez entre as mulheres dos 16 aos 44 anos, ultrapassando o cancro, acidentes de viação e até guerra” (Manita, 2005, p.8).

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou cerca de 11676 vítimas de crime no ano de 2019, sendo as vítimas do sexo feminino de 80% e de apenas 18.7% do sexo masculino. O

relatório anual da APAV, referente ao ano de 2019 (APAV, 2019), indica que o crime contra pessoas representa cerca de 95.9% dos crimes, o que se traduz em 29816 crimes, sendo que destes 79% são crimes de VD, o que perfaz 23586 crimes de VD participados.

De acordo com a imprensa nacional (Pimenta, 2020), no período que abrange a pandemia de Covid-19, os pedidos de ajuda das pessoas vítimas de VD cresceram, sobretudo nas vias telefónicas e digitais. A linha de apoio da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), com email e um número de telemóvel para envio de mensagens criado especificamente para o contexto da pandemia, recebeu 727 contactos entre 19 de março e 15 de junho, um aumento de 180% face ao primeiro trimestre de 2019. Os dados relativos a acolhimento em casas de abrigo para vítimas de VD indicam que 564 pessoas foram acolhidas, das quais 329 mulheres, 220 crianças e 15 homens. De enaltecer ainda o sucesso de 370 mulheres que concluíram o seu processo de autonomização nesta fase (Pimenta, 2020).

Tal como referido, a VD ocorre, na sua maioria das vezes, dentro de casa, marcando a relação entre os elementos da família. Para se perceber o impacto sistémico das situações de VD, impactante para as relações e organização familiares, mesmo quando parece acontecer apenas entre dois elementos da família (por exemplo, entre o casal) quando no agregado habitam também outros elementos (filhos, por exemplo), faz-se, de seguida, uma breve abordagem ao conceito de família.

Para Giddens (2010), família é constituída por um conjunto de pessoas ligadas diretamente por vínculos de parentesco, onde os adultos arrogam a responsabilidade dos cuidados das crianças. Com o passar dos tempos, as famílias e a sua composição foram-se alterando, uma vez que as pessoas casam cada vez menos e mais tardiamente, optando por viver juntas (coabitação/união de facto) (Giddens, 2010). Os números de separações/divórcios têm aumentado exponencialmente, contribuindo para o aumento das famílias monoparentais e/ou recompostas. A família extensa, onde viviam na mesma casa, pais, filhos, avós e, por vezes, tios, caiu em desuso, uma vez que, nos dias de hoje, as famílias nucleares são predominantes, com filhos únicos ou sem filhos (Giddens, 2010). A família, para Alarcão (2002, p.7), "é, também, um grupo institucionalizado, relativamente estável, e que constitui uma importante base da vida social".

Para Gameiro (1992), citado por Alarcão (2002, p. 38), "a família é uma rede complexa de relações e emoções", é um todo, mais que a soma dos elementos que a constituem, uma vez que os

comportamentos de cada indivíduo podem afetar a família no seu todo, como sucede nos casos de VD, em que o comportamento do agressor interfere com todos os elementos da família, mesmo quando o alvo da agressão é apenas um elemento.

A interpretação e a compreensão da VD exigem a atenção ao aspeto da interdependência dos membros de uma família ou, nas palavras de Alarcão (2002, p. 291), à "(...) questão da dependência relacional ou interpessoal". Importa recordar que as interações familiares, segundo Alarcão (2002, p. 53), se desenvolvem e que "entre os vários elementos de uma família organizam-se em sequências repetitivas de trocas verbais e não verbais que se vão construindo no dia-a-dia familiar, como resultado de adaptações recíprocas, implícitas e explícitas, entre os seus elementos". Minuchin (1979, citado por Alarcão, 2002) refere que a comunicação segue padrões transacionais, os quais visam regular os comportamentos, as trocas afetivas e cognitivas entre os diversos membros das famílias e os papéis, mais ou menos hierarquizados, que cada um desempenha (hierarquia: pais, filho).

As interações são preponderantes para o equilíbrio familiar, onde os papéis que cada um dos elementos desempenha devem estar patentes, de forma a não suscitar dúvidas. Desse modo, demonstra o ajustamento das regras e comportamentos universais na organização da família (autoridade, poder, complementaridade entre os progenitores). A partir da análise destes aspetos, percebe-se, por exemplo, aquilo que os pais esperam dos filhos (por exemplo, o desejo do sucesso escolar, que, muitas vezes, é negociado com cedência de parte a parte ou incentivado com, por exemplo, a recompensa, se existiram notas excelentes) (Alarcão, 2002).

Contudo, as dinâmicas familiares e a comunicação, bem como a organização familiar, vão-se alterando ao longo do ciclo vital da família. Para Relvas (2000, p. 16), o ciclo vital é "uma sequência previsível de transformações na organização familiar do cumprimento de tarefas bem definidas", que são caracterizadas pelas seguintes etapas: casal sem filhos, ou formação de casal; família com filhos pequenos; família com filhos na escola; família com filhos adolescentes; família com filhos adultos (ninho vazio). Para uma intervenção adequada importa conhecer o momento e a fase do ciclo vital e que a família se encontra.

A comunicação é um pilar basilar na relação familiar, quer nas interações entre pais e filhos, quer entre os elementos que formam o casal ou entre outros elementos da família. Watzlawick, Beavin

e Jackons (1967), e Alarcão (2002, p. 66), referem a importância dos cinco axiomas da comunicação: “é impossível não se comunicar; toda a comunicação tem um aspecto de conteúdo e um aspecto de relação; a natureza de uma relação está dependente da pontuação das sequências comunicacionais entre os comunicantes; os seres humanos comunicam de forma digital e analógica; as permutas comunicacionais são simétricas ou complementares, segundo se baseiem na igualdade ou na diferença”. Tudo o que fazemos, a forma como olhamos e nos expressamos, o modo como nos comportamos, é comunicação, consciente ou inconsciente.

A violência e/ou o mau trato no seio familiar não são recentes, muito pelo contrário, mas apenas há algumas décadas é que foram designados e considerados como problemas com enorme gravidade na sociedade, um verdadeiro flagelo social. A designação de violência familiar e a sua relevância começaram a ser levados em conta apenas em meados da década de 1960, quando se começou a dar visibilidade à violência contra as crianças, nomeadamente na situação do “síndrome da criança batida” (Mulhern, 1996, citado por Alarcão, 2002).

As famílias onde existe violência, segundo Goldbeter-Merinfeld (1996), citado por Alarcão (2002, p. 292), “caracterizam-se, frequentemente, pela existência de dificuldades em estabelecer e em gerir distâncias óptimas entre os seus membros. Estes são particularmente sensíveis à rejeição e ao abandono”. Para Alarcão (2002), com o afastamento dos envolvidos na relação de VD podem gerar-se sentimentos de culpa, medo e vergonha, que podem originar novos ciclos de violência. Existe a necessidade de uma aproximação bem regulada, entre os elementos da família, em função das necessidades de cada um, de respeito e cuidado para cada um dos membros, e uma boa gestão dos conflitos e da agressividade para que a VD seja prevenida, evitando-se os comportamentos e episódios de violência. A necessidade de respeitar as opiniões e a privacidade de cada um dos elementos que constituem o AF é fulcral para que não existam conflitos bloqueadores e atropelos à liberdade de cada um.

Na análise do funcionamento da família, é pertinente levar em conta o poder e o género, para uma melhor compreensão da violência familiar. Geralmente, o homem é mais forte fisicamente e tem mais poder em relação à mulher, muitas vezes, um poder que lhe é socialmente atribuído pela simples condição de ser homem, uma vez que as questões ligadas à discriminação pelo sexo e género, raça e orientação sexual, ainda estão muito presentes na sociedade atual e afetam o poder económico. Podemos constatar que o contexto da desigualdade entre as mulheres e os

homens foi sendo contruído ao longo da história, determinada pelas relações sociais, que colocaram as mulheres em situações de inferioridade e subordinação, como mencionam Santos e Oliveira (2010, p. 13), “advindas seja por se apropriarem historicamente de menos poder do que os homens; seja por seu pertencimento a uma classe dominada, alheia à riqueza socialmente produzida ou, seja, ainda, por pertencer a uma raça/etnia historicamente oprimida”.

A avaliação do potencial de violência de uma família, segundo Corsi (1995), citado por Alarcão (2002, p. 299), deve atender aos seguintes fatores:

- 1) grau de verticalidade da estrutura familiar, 2) grau de rigidez das hierarquias, 3) crenças em torno da obediência e do respeito, 4) crenças em torno da disciplina e do castigo, 5) grau de adesão a estereótipos de gênero, 6) grau de autonomia relativa dos membros.

De acordo com Alarcão (2002), o gênero, o poder e a idade são fulcrais para a compreensão da violência familiar, tal como a análise das crenças relativamente aos estilos de educação ou aos papéis de pais e filhos, homens e mulheres.

Na análise à dinâmica familiar das vítimas de VD e à forma como a violência ocorre, o carácter cíclico e a intensidade da violência são fatores que devem ser considerados. O carácter cíclico, comporta três momentos: acumulação de tensão, ou seja, momentos existentes entre os casais que adensam a hostilidade e a ansiedade; episódio agudo, que origina episódios de tensão, de violência descontrolada, que pode em situações extremas originar a morte do cônjuge; a fase de lua de mel, onde se dá o arrependimento, o perdão do outro e as promessas que a situação não voltará a suceder. Após a fase de lua de mel, com as constantes discussões e ansiedade acumuladas, inicia-se um novo ciclo de VD, cada vez mais gravosas para o cônjuge/companheiro(a) (Alarcão, 2002).

Relativamente à intensidade ou ao crescendo da violência conjugal, esta sucede em três fases distintas, segundo Alarcão (2002). Primeiramente, ocorre pela agressão psicológica, onde o/a agressor/a ignora, ridiculariza, ri-se da vítima, desautoriza-a em frente aos outros, corrige publicamente para que esta comece a ter medo de se pronunciar. A segunda fase ocorre quando sucede a violência verbal, tais como gritos, insultos, ameaças de suicídio ou homicídio, culpabilização, ameaças físicas, o que faz que a vítima fique desorientada e com baixa autoestima.

Por fim, surge a violência física, que pode dar origem a agressões físicas, mas também a abusos sexuais, ao forçar a relação sexual (Alarcão, 2002).

O conhecimento do ciclo vital da família torna-se fulcral e preponderante para o interventor social, uma vez que só assim pode idealizar o tipo de intervenção necessária. Para Relvas (2000, p. 16), o ciclo vital é “uma sequência previsível de transformações na organização familiar do cumprimento de tarefas bem definidas”, que são caracterizadas pelas seguintes etapas: casal sem filhos, ou formação de casal; família com filhos pequenos; família com filhos na escola; família com filhos adolescentes; família com filhos adultos (ninho vazio).

Para uma análise mais contextualizada do funcionamento das famílias e, em particular, das famílias vítimas de VD, é pertinente recorrer ao modelo ecológico, de acordo com Corsi (1995), citado por Alarcão, 2002), que propõe uma análise que abranja o microsistema (isolamento da família e seus membros, historial de violência, autoritarismo nas relações), o exossistema (a relação da vítima com os serviços, com os outros exteriores à família, e muitas vezes a vítima é culpabilizada por todos a quem recorre); e, por último, o macrosistema (nas sociedade ainda está evidente o poder do homem em relação à mulher, esta dimensão inclui uma análise sobre as crenças e os valores culturais).

No meio onde foi desenvolvido o projeto, é muito comum ouvirem-se as seguintes expressões, por parte de algumas mulheres: “eu também levei e calei-me”, “no meu tempo eu respeitava o que ele queria” e “tenho de fazer o que ele quer”. As vítimas sentem-se culpadas pela situação de violência, acreditam na sua incapacidade de executar bem determinadas tarefas, tentando até melhorar a forma como cozinham e mudar alguns comportamentos, como se elas fossem as responsáveis pela VD. Na cama, deitadas ao lado do agressor, fingem múltiplas vezes que estão a dormir para que os agressores não as agridam. Sentem vergonha, revolta por não conseguirem sair do ciclo vicioso, não têm forças para denunciar e, por isso, quando confrontadas, negam qualquer episódio de violência e medo do agressor e das consequências que este pode causar na sua vida ou na vida dos seus filhos (Sousa, 2013).

Para Sousa (2013), os agressores/as apresentam algumas características comportamentais que podem desencadear a VD, tais como, por exemplo: ciúme demonstrado pelo controlo dos telemóveis, com quem fala, com quem está; culpabilização da mulher de tudo o que se passa de

errado em casa ou de o ato de violência ser sempre culpa do/a companheiro/a; hipersensibilidade a insultos, pedidos para auxiliar nas tarefas de casa; instabilidade através de mudanças súbitas de comportamento, e/ou alterações de reciprocidade tornando-se violento/a.

O impacto e as consequências traumáticas da VD, de acordo com Manita e colaboradores (2009), são vários, concretamente: danos físico e cerebrais que por vezes são irreversíveis; perturbações alimentares e alterações do sono; disfunções sexuais e alteração da imagem corporal; perturbações cognitivas, memória, ansiedade, hipervigilância, medos, ataques de pânico e fobias; sentimentos de medo, culpa, vergonha; baixos níveis de autoestima e negativismo; dependência e vulnerabilidade, desinteresse e comportamentos depressivos.

A VD não escolhe idade, estatuto social, profissão, género. Pode surgir em qualquer lugar e em qualquer lar. Na consulta do relatório anual da APAV (2019), pode constatar-se que existem vítimas em todas as faixas etárias, com principal incidência no intervalo dos 25 aos 54 anos, que representam 36,6% dos casos: 25-34 anos, 1304 casos (11.2%); 34-44 anos, 1589 casos (13.6%); 45-54 anos, 1378 casos (11.8%). Em relação à escolaridade, embora se desconheça em 8631 (73,9%) casos a sua situação em relação a esta variável, a maior percentagem das vítimas tem o ensino superior (736, 6,3%) e secundário (532, 4,6%), o que pode significar maior empoderamento das pessoas para fazer a denúncia. Com nenhuma escolarização encontram-se 124 pessoas vítimas de VD (1.1%); com o pré-escolar, 184 casos (1.6%); primeiro ciclo, 416 casos (3.6%); segundo ciclo, 418 casos (3.6%); e, ainda, outro, 37 casos (0.3%).

As crianças são especialmente vulneráveis à situação de VD e não têm poder para saírem das situações de perigo. Por isso, e porque os efeitos da VD podem impactar o seu desenvolvimento e capacidade de amar, trazendo graves danos, o subcapítulo seguinte tratará em específico deste tema.

2.2. EFEITOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NAS CRIANÇAS

Ao longo da história, as crianças foram adquirindo direitos tornando-se cada vez mais protegidas à luz da lei, dado que, durante muitos séculos, as crianças eram sujeitas a processos de seleção

aterradores, eram tratadas como objetos, ignoradas e sem qualquer estatuto (Sousa, 2013). Apesar deste movimento de valorização das crianças e da defesa dos seus direitos, a heterogeneidade no seu cuidado e defesa é, ainda, muito acentuada, pois, como refere Sousa (2013, p. 47), “para um número significativo de crianças os seus direitos fundamentais e necessidades básicas não são observados, impulsionando, desta maneira, os processos de empobrecimento e exclusão social”.

Para crescerem saudáveis, as crianças precisam que o seu ambiente familiar seja salutar, que propicie um desenvolvimento equilibrado, saudável, respeitador, conciliador, onde existam vínculos afetivos e onde sejam estimuladas de forma positiva. Para Sousa (2013), as crianças necessitam de crescer num seio familiar feliz, com amor, respeito e compreensão, para que possam ter um desenvolvimento harmonioso da sua personalidade.

Ao longo da história da humanidade, as crianças sofreram e continuam a sofrer de violência, quer física quer psicológica (Alarcão, 2002; Patrício, 2014). Segundo Alarcão (2002), a vitimação criminal na forma de maus-tratos, abuso sexual, violação, humilhação, entre outros, é uma das causas mais gravosas que uma criança pode vivenciar. Estas experiências de violência podem ter impacto no desenvolvimento das crianças e, decerto, no modo de se olharem, reconhecerem e se relacionarem com os outros. Nas crianças que vivem geralmente em ambientes familiares adversos, onde exista VD, independentemente do seu estatuto socioeconómico, são presumíveis a confusão, o medo, a insegurança, a revolta, o que pode condicionar o seu futuro, a sua personalidade, o desenvolvimento das suas competências físicas, cognitivas e sócio-emocionais, tornando as pessoas mais agressivas, inseguras, e com problemas de comportamento (Sousa, 2013).

A criança pode ser alvo de agressões e/ou maus tratos, sendo uma vítima direta, ou pode assistir ou ter assistido a agressões psicológicas e físicas entre os diversos elementos que compõem a sua família e ser vítima indireta de VD. Segundo Machado e Gonçalves (2003), citado por Sousa (2013):

As crianças são também vítimas mesmo que não sejam directamente objecto de agressões físicas: ao testemunharem a violência entre os pais, as crianças iniciam um processo de aprendizagem da violência como um modo de estar e de viver e, na idade adulta, poderão reproduzir o modelo, para além de que a violência lhes provoca sofrimento emocional e os correspondentes problemas (Sousa, 2013, p. 44).

As crianças podem começar a dar sinais de que estão a ser vítimas de VD ao demonstrar certas atitudes e comportamentos, de acordo com o Guia de Intervenção Integrada Junto de Crianças ou Jovens Vítimas de VD (XXII Governo Constitucional, 2020). Alguns desses sinais são: o absentismo escolar; a baixa autoestima, os baixos índices de confiança; os comportamentos agressivos, quer verbais, quer físicos; comportamentos com alterações significativas; transtornos alimentares; dificuldades e/ou perturbações no desenvolvimento e relações sociais; regressão nas aquisições; consumo de substâncias ilícitas; comportamentos anti-sociais; comportamentos que coloquem em causa a sua pessoa, como por exemplo, a automutilação. Quando surgem os primeiros sinais de que a criança possa estar a ser alvo de VD, é pertinente que se preste ajuda imediata; por vezes, é necessária uma intervenção conjugada (social, judicial ou outra) e que, perante algumas das manifestações da criança, como a automutilação, se recorra a um profissional de saúde, na área médica e/ou da psicologia.

Decorrente da sinalização de situações de VD, o constrangimento e o medo dos pais/mães quando é iniciado um processo na CPCJ é imenso (de ficarem sem os filhos, por exemplo), assim como é sentido o constrangimento das crianças, ainda que muitas vezes, pela idade, não tenham uma participação ativa no processo. Sempre que sujeitas a processos de alteração de residência, quando, por exemplo, as crianças estão com a mãe durante a semana e visitam o pai ao sábado ou ao domingo, uma “variante do regime standard” designada por “residência única com contacto” (Marinho, 2018, p. 98), algumas crianças sentem medo de estar com o pai/mãe agressor, o que pode ser por si só potenciador um impacto negativo nas interações e no desenvolvimento.

De acordo com o Guia de Intervenção Integrada Junto de Crianças ou Jovens Vítimas de VD (XXII Governo Constitucional, 2020), as consequências da VD podem ser nefastas para as crianças relativamente ao seu bem-estar físico, emocional, psicológico, comportamental, social e sexual. “Podem existir consequências físicas (neurológicas, de desenvolvimento e outras), cognitivas, afetivas e sociais, irreversíveis, a médio e longo prazo ou, mesmo, provocar a morte” (XXII Governo Constitucional, 2020, p. 19). Podem surgir lesões fatais que podem levar à morte ou à incapacidade; problemas de concentração e cognitivos que podem colocar em causa o desempenho escolar, social e mesmo profissional, no futuro; alterações emocionais e psicológicas, nomeadamente medo, ansiedade, sentimento de rejeição, baixa autoestima e dificuldade na socialização com os pares; comportamentos de risco como o abuso de substâncias ilícitas, e início da vida sexual precocemente; problemas de saúde física como dificuldades no seu

desenvolvimento; e problemas do foro de saúde mental, especificamente depressão, ansiedade, medo, chamadas de atenção que podem culminar em tentativas de suicídio(XXII Governo Constitucional, 2020).

A intervenção psicossocial e a relação de ajuda (RA) são preponderantes para o sucesso da intervenção com as vítimas de VD.

2.3. INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL E RELAÇÃO DE AJUDA COM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A organização do sistema familiar, para que funcione saudavelmente, deve incluir papéis e funções bem definidos, uma comunicação clara entre todos os membros da família e a gestão das decisões deve ser feita de modo participado, centrando a autoridade no subsistema parental, quando se trata de famílias com filhos menores.

O conhecimento da organização da família, do ciclo de vida em que se encontra, e das dinâmicas familiares é crucial para a intervenção, de forma a que o profissional se sinta confortável e certo da intervenção a realizar e de modo a que consiga estabelecer linhas de intervenção e promover o empoderamento. Para isto, a construção do genograma (Wendt e Crepaldi, 2008) com a família pode ser essencial para a compreensão da história da família, do seu percurso e das suas relações. Na família, os diferentes subsistemas organizam-se com base na estrutura familiar e nos tipos de relações que têm entre si, sendo categorizados em: individual; parental; conjugal; ou fraternal. Cada um destes subsistemas estabelece relações entre si (inter e intra sistemas) e deve obedecer a normas, comportamentos e hierarquias adequadas ao seu desempenho (quem tem o poder em casa?). Importa, ainda, salientar que “cada elemento da família participa em diversos sistemas e subsistemas, ocupando em simultâneo diversos papéis em diferentes contextos, que implicam outros tantos estatutos, funções e tipos de interacção” (Relvas, 2000, p. 13), que também é necessário conhecer.

As abordagens familiares, designadamente a terapia familiar sistémica, surgiram em meados dos anos de 1950, rompendo com o modelo psiquiátrico tradicional, o que veio valorizar as relações interpessoais, e a família como um “espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagem de

dimensões significativas da interação: os contactos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações interpessoais. É ainda o espaço de vivência de relações afetivas profundas: a filiação, a fraternidade, o amor, a sexualidade” (Alarcão, 2002, p. 37). Todos estes aspetos deverão ser considerados quando se estabelece uma relação de ajuda.

A RA surge como uma das formas de intervenção psicossocial. É uma relação contínua, onde pelo menos um dos elementos procura potenciar o crescimento/desenvolvimento de outro ou outros elementos. A RA visa sempre a pessoa que precisa de apoio (Rogers, 1985), para que esta possa reconhecer-se empoderada, visando a sua autonomização. No início de uma RA, é de primordial importância que o profissional compreenda a situação e as dificuldades das pessoas com quem estabelece uma relação profissional, e deve ser capaz de uma aceitação incondicional junto daqueles a quem presta ajuda. Existe a necessidade de uma aproximação, com respeito e atenção, mantendo uma proximidade ótima para que este processo de ajuda seja bem conseguido (Timóteo 2010). Estes aspetos são ainda mais importantes quando se trata de uma RA desenvolvida com pessoas vítimas de VD, marcadas pelas experiências de medo e alguma desconfiança relativamente à proximidade relacional.

A RA, segundo Timóteo (2010), deve ser sustentada em alguns valores básicos. Particularmente, nos valores humanistas, ou seja, no valor e respeito pelo próprio; os valores democráticos, isto é, a criação de contextos que potenciem o desenvolvimento do indivíduo e da sua personalidade, na vida em sociedade assente na justiça e igualdade; nos valores políticos e económicos que visam a persecução das oportunidades, direitos e deveres e nos valores educativos. No decurso da intervenção, uma ação marcada por valores como a liberdade, autodeterminação, o respeito pelos direitos e deveres sociais, intimidade e privacidade, sem descuidar a ética social, é essencial para o empoderamento das pessoas e para que possam olhar-se e respeitar-se, garantindo uma autoestima que lhes permita sair da espiral de violência em que, muitas vezes, caem.

A RA deve ser uma relação co-construída que surge num meio sócio afetivo, envolvendo um ou mais indivíduos que interagem entre si, sendo a vinculação preponderante. A RA visa o apoio das pessoas em momentos de maior vulnerabilidade, com o objetivo de empoderar e de (re)descobrir as suas capacidades para encetar as mudanças necessárias e que possam ocorrer, num determinado período da sua vida, e na persecução da resolução dos seus problemas e do seu bem-estar (Timóteo, 2010).

Numa RA, a intervenção do profissional deve ser pautada pela sinceridade, honestidade, genuinidade, empatia e congruência. A aceitação incondicional do outro é também um princípio essencial a seguir, onde se prevê que o trabalhador social aceite as expressões negativas e positivas do sujeito, que aceite o outro como uma pessoa independente, permitindo-lhe sentir e experienciar os seus sentimentos e (re)descobrir o significado das suas ações (Rogers,1985).

O sucesso da intervenção depende muito da existência ou não de empatia do profissional relativamente à pessoa ou pessoas com quem estabelece a RA. O trabalhador psicossocial deve ser capaz de compreender as emoções, os pensamentos e sentimentos da pessoa com quem estabelece a RA, adequar o tom de voz e ter uma aceitação incondicional do outro, incentivando a partilha de emoções e sentimentos, tal como referido por Rogers (1985) a propósito da RA em contexto de aconselhamento. O autor enfatiza a congruência como uma característica elementar para o sucesso da intervenção, as pessoas devem exprimir exactamente o que pensam e sentem, perante um profissional “que ele deve ser na relação exactamente aquilo que é – não uma fachada, um papel ou uma ficção” (Rogers, 1985, p. 253). Quanto menor for a congruência menor será a probabilidade de sucesso na intervenção, uma vez que poderá colocar em causa a confiança da pessoa com quem foi estabelecida a RA.

A abordagem e o desenvolvimento de uma RA são muito complexos e desafiantes, uma vez que existem imensos obstáculos à construção da mesma. Para Timóteo (2010), os obstáculos que condicionam a evolução do processo podem ser de diversa ordem, como a negligência, imperícia, imprudência, criação de expectativas, preconceitos pela parte do profissional, julgamentos e estereótipos, partilha de opiniões, postura, atenção e tom de voz do profissional, confidencialidade e ruído.

Manter a atenção aos obstáculos anteriormente referidos é fulcral para o desenrolar do processo, dado que se mantivermos algumas dessas situações, a RA pode falhar e ditar o fim da intervenção, logo no primeiro encontro. No primeiro atendimento, as pessoas vêm com uma imagem negativa da intervenção da CPCJ, como mencionam algumas das pessoas com processos a decorrer: “o que fiz à minha vida”, “a CPCJ era uma situação muito obscura”, “isto deve ser engano, só pode ser para os apanhados, eu não fiz nada, tenho uma boa relação com o meu marido, deve ter sido queixa da minha sogra”.

Para Santos, Miranda e Murta (2010), os obstáculos “na avaliação, na interpretação e no atendimento às demandas do cliente, rupturas na relação terapêutica podem ocorrer, com repercussões mais ou menos graves para a confiança no profissional”, caso o profissional social não construa uma relação de confiança, não tenha cuidado na forma como comunica e manifeste falta de congruência entre o discurso e a mensagem corporal.

Como ficou expresso atrás, a intervenção deve ser pautada pelo respeito integral para com as vítimas, pela aceitação incondicional e pela sinceridade e honestidade de modo a não defraudar a intervenção, a permitir a desmistificação dos estereótipos relacionados com a CPCJ. O respeito pelo tempo de cada indivíduo é também crucial para o sucesso da intervenção, visto que diversas vezes as pessoas não querem falar ou não se sentem à vontade naquele preciso momento, e aí os grupos de autoajuda, ou ajuda mútua, são preponderantes para uma boa intervenção social.

Para Zimerman e Osório (1997, p. 107), os grupos de autoajuda têm por missão ajudar “as pessoas a resolver seus problemas relacionados a eventos traumáticos decorrentes do acometimento de doenças de natureza aguda e, em especial, crônica; aos transtornos aditivos; às incapacitações, a situações de causas existenciais e a traumas”; todos os que compõem o grupo partilham o seu sofrimento e têm um objetivo comum. Os profissionais devem manter o distanciamento psicológico ótimo com os participantes do grupo. O potencial do grupo de autoajuda é imenso, uma vez que ajuda a estimular as emoções, com base na experiência de cada um dos elementos que compõem o grupo. Nestes encontros são partilhados sentimentos, emoções, atitudes, problemas, angústias, e inseguranças comuns a todos os elementos. O papel desempenhado pelo grupo é de interajuda, segurança e suporte e representa a realidade relacional dos envolvidos.

A criação dos grupos de autoajuda pode surgir de forma espontânea, sob proposta de um elemento que precisa de algum tipo de apoio de um grupo, ou incentivada por algum voluntário ou de um profissional de ajuda, com o intuito de melhorar a confiança, melhorar a autoestima e, acima de tudo, dar esperança às pessoas que participam, uma vez que os problemas, os anseios e os medos que apresentam são comuns. O sentimento de pertença e de se ser compreendido, a perspectiva da universalidade do sofrimento e o reconhecimento de que o outro elemento do grupo pode estar numa posição de maior vulnerabilidade ou sofrimento são alguns dos fatores terapêuticos destes grupos (Kaplan e Sadock, 1998). Nas palavras de Zimerman (1993, p. 156) funcionam melhor os grupos homogêneos, que permitem “(...) melhor entendimento e aceitação

por parte dos integrantes do grupo (...) pela razão de se utilizarem de uma mesma linguagem e partilharem as mesmas vivências”. Ainda, segundo o mesmo autor, as funções dos grupos são muitas, como, por exemplo, o grupo “proporciona um maior envolvimento comunitário, interativo”; “exerce uma função de continente, isto é, a de conter e absorver as angústias e dúvidas” e “proporciona um estímulo às capacidades positivas” (Zimerman, 1993, pp. 156 e 157).

Assim, e pelo exposto, o papel do grupo é determinante para a valorização das pessoas, proporcionando uma melhoria na autoestima, permite a superação dos problemas que afetam os elementos que compõem o grupo. No grupo, as pessoas vão partilhando as suas dificuldades, e, em conjunto, refletem sobre o modo como as podem superar, com resiliência e esperança de que, no futuro, mais capacitadas e mais conhecedoras dos caminhos a percorrer, podem interromper o ciclo de violência.

2.4. CPCJ E RESPOSTAS SOCIAIS A SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

As CPCJ foram criadas pelo governo português em 1999 e a sua constituição e funcionamento estão definidos na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. São instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional, as quais visam a promoção dos direitos das crianças e/ou jovens, prevenção ou termo a situações que coloquem em causa a segurança, saúde, formação, educação e o desenvolvimento integral das crianças e jovens. As comissões assentam num modelo ecológico (Corsi, 1995, citado por Alarcão, 2002), e funcionam em duas modalidades, nomeadamente, modalidade de Comissão Alargada (CA) e modalidade de Comissão Restrita (CR). A CPCJ intervém quando não seja possível às entidades de primeira instância, com competência em matéria de infância e juventude, como as escolas, o sistema de saúde, o instituto de segurança social (ISS), entre outros, atuarem de modo apropriado e suficiente para a erradicar e/ou minorar o perigo em que crianças e jovens se encontram.

De acordo com a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro de 1999, no disposto no artigo 21.º, apenas os elementos que constituem a CR intervêm nas situações em que as crianças foram sinalizadas e estão, ou podem estar, em perigo efetivo. Assim, a intervenção em situações em que existam sinalizações/denúncias, com suspeita ou existência de perigo efetivo, é da exclusiva

responsabilidade dos elementos da CR. À CA, segundo o disposto no artigo 18.º, compete desenvolver ações de promoção dos direitos das crianças e jovens e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem; a CA reúne, por norma, de dois em dois meses. Todos os elementos afetos às CPCJ do país são cooptados às instituições públicas e representantes da sociedade, não são profissionais do quadro da instituição, o que se traduz num problema complexo em termos de recursos humanos, nomeadamente, na CPCJ X a partir da qual foi desenvolvido o projeto aqui apresentado, estes são manifestamente exíguos face ao volume de processos existentes anualmente, o que parece ser um aspeto comum às diferentes CPCJ existentes no país.

A CR funciona em interdisciplinaridade, integrando na equipa profissionais com diferentes formações. Segundo Pombo, Levy e Guimarães (1993, p. 9), a interdisciplinaridade é “objeto de significativas flutuações: da simples cooperação de disciplinas ao seu intercâmbio mútuo e integração recíproca ou, ainda, a integração capaz de romper a estrutura de cada disciplina e alcançar uma axiomática comum”. Como está disposto no n.º 4 do artigo 20.º, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99) “os membros da CR devem ser escolhidos de forma que esta tenha uma composição interdisciplinar e interinstitucional, incluindo, sempre que possível, pessoas com formação nas áreas de serviço social, psicologia e direito, educação e saúde” (Lei n.º 147/99, p. 6120). Esta pluridisciplinaridade de formações permite a construção de um olhar mais global e holístico das situações e intervenções a realizar.

A análise e as decisões de cada processo envolvem e vinculam todos os elementos da equipa, o que se revela uma mais valia, devido às diferentes formações dos elementos que formam as equipas da CPCJ, que permite um olhar e uma perspetiva diferente do mesmo processo, sendo todos os membros corresponsabilizados pelas decisões que são levadas a cabo na CR. Embora as CPCJ não intervenham diretamente sobre as questões da VD, com os adultos, existe a necessidade de orientar e encaminhar os progenitores para instituições que os possam ajudar, quer no concelho ou outras instituições existentes no país. A APAV é uma instituição de solidariedade social de apoio à vítima, sem fins lucrativos, para onde se podem orientar as pessoas vítimas de VD.

A APAV tem tido um papel preponderante no apoio às vítimas de VD, em qualquer parte do país. A APAV dispõe de linhas de apoio às vítimas, quer pela internet, quer por telefone, gabinetes de

apoio à vítima, e nos seus próprios edifícios físicos, distribuídos de norte a sul do país. Colabora com as autoridades policiais, instituições sociais, serviços municipais, e responde às vítimas que recorrem diretamente aos seus serviços (APAV, 2019). Os governantes do país têm sido sensíveis à problemática da VD, com o intuito de a minorar e erradicar o crime da VD, ao criar leis e planos nacionais contra a VD de forma a proteger as vítimas, tais como: a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicado à prevenção da VD; a Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro, que aprova o regime de indemnização às vítimas de VD; o Decreto-Lei n.º 423/91 de 30 de setembro, que institui o regime jurídico de proteção às vítimas de crimes violentos; e o Decreto Regulamentar n.º 2/2018 de 24 de janeiro de 2018, que regula o acesso e condições das respostas de acolhimento de emergência das casas abrigo (APAV, 2019).

De acordo com o disposto no Artigo 2.º, do Decreto regulamentar n.º 2/2018 (2018, p. 675), as Casas de Abrigo são “unidades residenciais destinadas a acolhimento temporário a vítimas de violência doméstica do mesmo sexo, acompanhadas ou não de filhos/as menores ou maiores com deficiência na sua dependência”; as estruturas de atendimento, são “unidades constituídas por uma ou mais equipas técnicas de entidades públicas dependentes da administração central ou local, de entidades que com aquelas tenham celebrado acordos ou protocolos de cooperação e de outras organizações de apoio à vítima”, que asseguram o seu bem-estar e a sua proteção; enquanto que as respostas de acolhimento de emergência “visam o acolhimento urgente de vítimas do mesmo sexo, acompanhadas ou não de filhos/as menores ou maiores com deficiência na sua dependência, pelo período necessário à avaliação da sua situação, assegurando a proteção da sua integridade física e psicológica”. As entidades promotoras responsáveis pelas respostas de acolhimento de emergência e casas de abrigo são as entidades do setor social e solidário (ISS), e outras organizações que tenham realizado acordos para o efeito, como refere o artigo 3.º, do Decreto regulamentar n.º 2/2018 (2018, p. 675). As respostas a nível nacional (e.g., casas de abrigo, gabinetes de apoio à vítima) são articuladas com outras respostas sociais existentes no concelho (Carvalho, 2013).

3. CARATERIZAÇÃO E ANÁLISE DA REALIDADE

3.1. CONTEXTO DA REALIZAÇÃO DO PROJETO

O projeto “(Re)Erguer-se” foi desenvolvido numa CPCJ no norte de Portugal, aqui designada por CPCJ X, como já referido. A caracterização e análise do contexto é apresentada do geral para o particular, isto é, caracteriza-se inicialmente as respostas sociais existentes no concelho, a instituição e a equipa que a compõe e, por fim, apresentam-se as pessoas com quem foi desenvolvido o projeto.

As técnicas utilizadas para a caracterização e a análise da realidade foram a análise de documentos (carta educativa, relatórios da CPCJ X, carta social), as conversas intencionais, a observação direta, e entrevistas semiestruturadas com os elementos da CPCJ X.

O concelho onde a CPCJ X está instalada tem uma área superior a 200 km², e mais de 50.000 habitantes, é constituído por mais de uma dezena de freguesias, na sua maioria rurais. A principal atividade económica advém do sector primário e secundário. Pela análise dos documentos internos (município) e da carta social do concelho (2018)¹, verifica-se que o concelho conta com várias respostas sociais, ao nível da infância e juventude, do apoio às pessoas com incapacidades, aos séniores e às famílias, nomeadamente: três creches com capacidade para mais de uma centena de crianças; dois Centros de Atividades Ocupacionais, com capacidade para cerca de meia centena de seniores com mobilidade reduzida; um Lar Residencial com capacidade para mais de uma dezena de pessoas com mobilidade reduzida; nove Centros de Dia, com capacidade para três centenas de pessoas séniores; uma Estrutura Residencial para Pessoas Seniores, Lar de Idosos e Residencial, com capacidade para mais de centena e meia de pessoas; nove Serviços de Apoio Domiciliário a Idosos, com capacidade para atender a perto de três centenas de pessoas; um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), com capacidade para mais de meia centena de utentes; 44 Estabelecimentos de Educação pré-escolar, com capacidade para mais de milhar e meio de crianças; um Atendimento/Acompanhamento Social à família e

¹ A referência da Carta Social (2018) não é incluída nas referências finais deste relatório, para garantir o anonimato do concelho. Pelo mesmo motivo não são referidos alguns dados do concelho, incluindo a não referência aos valores exatos da capacidade dos equipamentos sociais.

comunidade, na dependência da Santa Casa de Misericórdia, com capacidade de atender cerca de três centenas de utentes; um Serviço de Apoio Domiciliário a pessoas com mobilidade reduzida, com capacidade para apoiar três dezenas de pessoas; e uma CPCJ. Importa referir que, pela ausência de respostas específicas para as situações de VD no concelho, quando é necessário encaminhar alguém, por exemplo, para uma casa de abrigo, é consultada a rede nacional de vagas e a pessoa em situação de perigo, vítima de VD, é encaminhada para a casa de abrigo, pelos técnicos do ISS. O executivo municipal, os serviços municipais e o ISS, estão a trabalhar para a implementação de casas de abrigo no concelho.

A CPCJ X instaurou-se em meados de maio de 2006 numas instalações cedidas pelo município, no edifício técnico. Em 2016, com a reorganização dos serviços, a CPCJ foi deslocada para um edifício central na cidade, onde permanece até hoje. As instalações têm uma boa luminosidade e são de fácil acesso, situam-se num piso superior face à estrada, com uma escadaria de mais de uma dezena de degraus e uma plataforma para pessoas com mobilidade reduzida. A equipa da CPCJ possui uma sala de atendimento, com cerca de 15 metros quadrados, uma sala de trabalho para os técnicos, uma receção e duas casas de banho. As divisões estão equipadas com ar condicionado, com a exceção das casas de banho. A sala de trabalho técnico é de dimensões reduzidas para o número de técnicos que compõem esta Comissão e não tem equipamentos suficientes, dado que, em dias de reunião da CR, os técnicos têm de levar o seu próprio computador: os quatro computadores fixos e um portátil não são suficientes para todos os técnicos gestores de processos.

CR da CPCJ X é constituída por uma equipa multidisciplinar de 11 elementos: P. F., Presidente da Comissão e representante da Segurança Social, com a formação de Assistente Social, está em funções desde abril de 2018; A.F., representante do Município desde março de 2018, licenciado em Ciências Sociais; J.A., ingressou em setembro de 2013 como Representante do Ministério da Educação e acumula a função de secretária desde abril de 2018, Mestre em Educação, Género e Cidadanias; C.L., licenciada em Psicologia, cooptada à comunidade desde outubro de 2014; I.L., representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), desde novembro de 2019; T.A., ingressou em fevereiro de 2012, como Representante do Ministério da Saúde; F.F., licenciada em Serviço Social, entrou em fevereiro de 2010 como representante das IPSS até abril de 2019, a qual permaneceu para apoio técnico; L. S., licenciada em Educação, Comunidade e Mudança Social, cooptada à comunidade desde julho de 2018; A. S., apoio técnico cedido pelo

município desde julho de 2018, licenciada em Psicologia; R.M., Psicóloga, cooptada à comunidade, que é cedida por uma instituição social, desde abril de 2019; P.J., licenciado em Ciências Sociais, apoio técnico cedido pelo município desde novembro de 2019; e um técnico administrativo. Os técnicos gestores de processos são escalados em consonância com o tempo de afetação à CPCJ X. A Presidente está afeta à CPCJ X dois dias e meio; a técnica A.S., cedida pela autarquia, e J.A. estão a tempo integral; os técnicos F.F., A.F., P.J., I.L. têm afetação de um dia por semana; as colaboradoras R.M., L.S., C.L. estão presentes dois dias por semana; e o T.A., meio dia por semana. As reuniões da CR têm regularidade semanal, entre as 14:00 horas e as 17:30 horas, e decorreram presencialmente na sala de reuniões da CPCJ X, até abril de 2020. Contudo, desde meados de abril de 2020, as reuniões passaram a ser realizadas por videoconferência, devido à pandemia COVID-19 e ainda não são presenciais à data da redação deste relatório. Nas reuniões da CR são debatidas todas as atividades realizadas ou a realizar, é lido o correio e são discutidos os processos que cada elemento gestor leva à consideração da comissão, para que estes se possam pronunciar e deliberar sobre a aplicação de medida, nomeadamente sobre o acordo de promoção e proteção ou sobre o arquivamento do processo, caso seja necessário.

As sinalizações/denúncias das situações de perigo ou de risco para as crianças e jovens podem ser realizadas de diversas formas, particularmente, através do correio, por via presencial, ou pelo telefone, indicados pelos responsáveis escolares, equipas do Rendimento Social de Inserção (RSI) ou Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), autoridades policiais, familiares, vizinhos ou qualquer pessoa que presencie algum facto que coloque a criança/jovem em risco.

Sempre que chega uma denuncia à CPCJ X, procede-se à recolha da informação necessária para se perceber o pedido. Em certos casos, os técnicos dispõem apenas dos nomes imprecisos e incompletos das crianças ou jovens que foram denunciados, o que obriga a um maior esforço e dispêndio de tempo e meios para conseguir reunir toda a informação pertinente à abertura do processo. Existe uma plataforma digital, a nível nacional, na qual são inseridos os elementos recolhidos na denúncia e, a partir daí, é instaurado o processo. O registo dos processos na plataforma é efetuado por uma administrativa, profissional cedida pelo município à CPCJ X, com carácter permanente. Após o registo, o processo reúne requisitos para ser atribuído a um técnico/gestor de processo, indicado pela Presidente da CPCJ X, em reunião da CR. Os processos são entregues aos gestores, em suporte de papel, e são confidenciais, não podendo sair das instalações da CPCJ X. Os gestores de processos têm o dever de sigilo e confidencialidade,

cumprindo os princípios éticos de forma a salvaguardar as identidades dos envolvidos. O gestor de processo deveria receber processos de acordo com a sua área de formação académica, o que nem sempre sucede.

Após a atribuição do processo, o gestor acede à plataforma através das suas credenciais e enceta as diligências necessárias para convocar os progenitores da criança/jovem sinalizado, de forma a que estes sejam auscultados, em atendimento psicossocial realizado nas instalações da CPCJ X, ou por telefone, durante o período de pandemia do COVID-19. No sentido de permitir o consentimento para a recolha de informações sobre os filhos menores, por parte do gestor, os pais assinam o documento de consentimento para que possam ser diligenciadas as intervenções necessárias à recolha de informações médicas, bem como sobre o comportamento, assiduidade e aproveitamento escolares, e de não oposição por parte dos jovens, com idade igual ou superior a 12 anos, de acordo com o artigo 10.º da LPCJP (Lei 147/99, p. 6118). Caso o consentimento dos responsáveis pela criança/jovem não seja dado ou o jovem se oponha à intervenção da CPCJ, uma vez que o consentimento é cumulativo, o processo é remetido para tribunal, e a CPCJ X deixa de ter competência para gerir e decidir sobre as ações necessárias à intervenção.

O período que decorre entre a sinalização ou denúncia da situação de risco/perigo da criança ou jovem, a abertura do processo e sua atribuição a um gestor de caso designa-se por fase da avaliação preliminar. A esta fase segue-se a avaliação diagnóstica, que tem de ser realizada num período máximo de seis meses, e que consiste na avaliação da criança ou jovem e da sua família (aos níveis da saúde, educação, inclusão comunitária, família alargada, rede de apoio, etc.), bem como dos fatores de risco e de proteção e das competências parentais. No decorrer desta fase, procede-se também à recolha do consentimento assinado pelos pais ou pelo tutor da criança/jovem, de acordo com o artigo 9.º da LPCJP (Lei 147/99, p. 6118), do consentimento de não oposição assinado pelas crianças/jovens com idade igual ou superior a 12 anos, como disposto no artigo 10.º da LPCJP (Lei 147/99, p. 6118). Aos serviços do Instituto dos Registos e Notariado, são também solicitadas informações acerca da situação da criança. Os técnicos procedem ainda à recolha de dados relativos aos elementos envolvidos no processo de sinalização à CPCJ X, nomeadamente o nome, morada, profissão, habilitações literárias, e realizam visitas domiciliárias. Posteriormente, inicia-se a fase de deliberação e contratualização, que corresponde ao momento de decisão após a avaliação diagnóstica, em que o processo é arquivado quando não subsiste a situação de perigo ou quando esta situação não se confirma, ou

é deliberada a aplicação da Medida de Promoção e Proteção mais adequada, junto da família (momento de contratualização). A última fase é a fase de execução e acompanhamento, em que os documentos supramencionados são assinados pelas partes interessadas, ou seja, progenitores e crianças com idade igual ou superior a 12 anos, gestor do processo e presidente da CPCJ, e o processo é executado e acompanhado pela CPCJ X e outras entidades que possam estar envolvidas, como o CAFAP e equipa de RSI, por exemplo.

O arquivamento dos processos surge quando a situação de perigo já não subsiste, após intervenção da Comissão e/ou de outras entidades. Esta fase representa cerca de 43.8% das sinalizações efetuadas à CPCJ X e pode ocorrer após avaliação diagnóstica ou posteriormente à aplicação de medida.

Em meados de novembro de 2019, tomei posse como apoio técnico na CPCJ X, cedido pela autarquia, onde me encontrava a estagiar, desde outubro de mesmo ano. Desconhecia, à data, o funcionamento e a composição da CPCJ, acreditando que, pela natureza do trabalho desenvolvido, a entidade tinha um quadro próprio constituído por profissionais que trabalhavam na comissão a tempo integral. Em meados de novembro de 2019, a CPCJ proporcionou a dois técnicos, onde eu estava incluído, formação para gestores de processos, ministrada por formadores da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, para aquisição de conhecimentos acerca do funcionamento, metodologias e formas de analisar os processos.

Embora cheguem à CPCJ X processos de crianças e jovens vítimas de VD, direta ou indireta, as vítimas de VD adultas estão completamente desprotegidas, uma vez que a CPCJ apenas trabalha os processos com as crianças e jovens, defendendo sempre o seu superior interesse. Quando existe a necessidade urgente da vítima sair de casa, esta é encaminhada para uma casa de abrigo, pelo gestor de processo da CPCJ, em articulação com os técnicos do ISS, sendo estes os responsáveis de todo o procedimento (RSI, se a família estiver a ser acompanhadas por esta medida, no caso em que não exista qualquer acompanhamento social, pelo SAAS), de acordo com o artigo 4.º, do Decreto Regulamentar n.º 2/2018. Durante os atendimentos e acompanhamento das famílias com processos de VD na CPCJ X, ficam expressas a desorientação, as dificuldades, vulnerabilidade e fragilidades das vítimas de VD. Em conversas intencionais com alguns técnicos desta Comissão, foi referido que as principais dificuldades das vítimas de VD são a vergonha por expor a vida privada, resistência à mudança, visto que sempre viveram em ambiente de agressão

e tendem a desculpar o agressor (“só foi aquela vez”). A falta de retaguarda familiar, a dependência económica, o medo de retaliações e de perder os filhos para o/a companheiro/a ou para uma instituição são algumas das explicações para a permanência da coabitação entre vítimas e agressores. Instala-se frequentemente, na opinião dos elementos da equipa, a depressão ou agravam-se outras doenças de foro psiquiátrico/psicológico, pela ausência de acompanhamento técnico e, fundamentalmente, pelo isolamento ou silêncio sobre o abuso, por não terem, muitas vezes, com quem falar (“alguém com quem possam simplesmente desabafar e receberem alguma orientação”).

A Laura e a Mónica, participantes no projeto que aqui se apresenta, eram vítimas de VD com processos ativos na CPCX, à data da construção do projeto. Ambas falaram várias vezes, durante os atendimentos, das suas dificuldades em saírem de casa e se separarem dos companheiros abusadores, dos medos de retaliação em relação a elas ou aos filhos, sobre a ausência de uma pessoa próxima que pudesse ouvi-las, como ajudaria se partilhassem o que viviam ou experienciavam, para refletirem sobre o que fazer ou não se sentirem tão sozinhas na dor. Também as assustava ficarem sozinhas com os filhos. Em conversa intencional, durante um atendimento, a Mónica referiu “eu, em casa, tenho que ser forte, para não preocupar ninguém, mas sinto que não estou bem, estou a sufocar...”, “sinto-me perdida...”; num encontro com a Laura, esta lamentava-se, partilhando “tenho de ser pai e mãe ao mesmo tempo, não consigo ter um bocadinho de tempo para mim”.

No concelho, nos meios mais rurais, ainda persiste a mentalidade de que o homem é quem tem o poder de decisão na família e que a mulher tem de lhe obedecer e ser humilde. É frequente ouvir-se em meios familiares e em conversas de café entre mulheres, “tens de ter paciência, tens de respeitá-lo”, “eu levei e calei...”. Na população masculina predominam os comentários de carácter machista, como por exemplo: “em casa quem manda sou eu”, “em casa quem veste as calças sou eu”, “ela faz o que eu mando”, “mulher minha não vai a jantares de amigos”. Será necessário intervir sobre estas situações, investindo numa educação que tenha por base valores como a justiça, liberdade, respeito e auto-determinação para todas as pessoas, independentemente do sexo. É importante pôr fim à violência, à força de uns sobre os outros, à humilhação. Por vezes, a ausência de respostas locais, na comunidade de vida das pessoas, e a cultura local, marcadamente diferenciadora e desigual em relação ao género, dificulta a visibilidade da VD, impedindo uma intervenção atempada.

De acordo com os relatórios internos da CPCJ X, entre janeiro e junho de 2020, foram acompanhados 62 processos de VD. Na tabela 1, é apresentada a fase em que se encontram estes processos em junho de 2020.

Tabela 1 – *Processos de VD na CPCJ X – de janeiro a junho de 2020*

Processos de VD	62
Avaliação Preliminar	6
Avaliação Diagnóstica	32
Deliberação e contratualização	5
Execução e acompanhamento	19
Percentagem de processos de VD %	40.25

Em junho, data em que os dados foram analisados, dos 62 processos de VD na CPCJ X: seis estavam em fase de avaliação preliminar, 32 encontravam-se no período de avaliação diagnóstica; na fase de deliberação e contratualização, encontram-se cinco processos; e na fase de execução e acompanhamento, eram acompanhados 19 processos.

Segundo a análise do relatório de atividade da CPCJ X de 2020, os processos de VD representam cerca de 40.26% (tabela 1) da totalidade de casos que deram origem a processos na CPCJ X nesse ano (62 processos de VD, no total de 154 processos). Percentagem muito superior ao de anos anteriores, como pode verificar-se na Tabela 2.

Tabela 2 – *Percentagem dos processos de VD, nos últimos três anos*

Ano	Total de Processos	Processos de VD	% processos de VD
2017	390	64	16.4
2018	285	52	18.2
2019	322	63	19.6

Como pode verificar-se pela análise da tabela 2, desde 2017 a percentagem de casos sinalizados à CPCJ X relativos a VD têm vindo a crescer, mas aumentaram significativamente em 2020: a meio do ano (junho) o número de processos de VD (62) em 2020 era semelhante ao número anual dos anos anteriores. Provavelmente não é alheio a este facto a pandemia por COVID-19, que exigiu o confinamento e maior isolamento das vítimas, mantidas em casa com os seus agressores. As causas das sinalizações de processos de VD são de diversa ordem,

particularmente o consumo abusivo de álcool, ciúme, controlo financeiro, relações extraconjugais e violência psicológica e/ou sexual.

Com base nos relatórios de atividade da CPCJ X, referentes ao período de 2017 a 2019, as sinalizações mantêm um padrão idêntico, sendo que em 2017 foram sinalizados à CPCJ X um total de 64 crianças/jovens vítimas de VD distribuídos pelos seguintes escalões etários: 0/2 anos – sete; 3/5 anos – zero; 6/8 anos – 13; 9/10 anos – 20; 11/14 anos – 0; 15/17 anos – 22 e 18/21 anos – dois. Os dados relativos a 2018 refletem um total de 52 sinalizações de VD, distribuídos pelos seguintes escalões: 0/2 anos – sete; 3/5 anos – zero; 6/8 anos – 10; 9/10 anos – 13; 11/14 anos – 19; 15/17 anos – zero e 18/21 anos – três. Os dados referentes ao ano de 2019 indicam-nos um total de 63 processos de VD, repartidos pelos seguintes escalões etários: 0/2 anos – 12; 3/5 anos – 19; 6/8 anos – zero; 9/10 anos – 19; 11/14 anos – 0; 15/17 anos – 13 e 18/21 anos – zero.

Após a análise dos dados recolhidos, constata-se que o padrão é muito semelhante entre os anos de 2017 a 2019. No entanto, como referido atrás, no presente ano este padrão viu-se alterado, uma vez que, segundo dados recolhidos na plataforma da CPCJ X, em junho de 2020, o número de sinalizações referentes à problemática da VD já estava equiparado ao número de sinalizações totais dos anos transatos. Contrapondo este facto, no decorrer de uma conversa intencional, em contexto informal, com dois agentes das forças de segurança pertencentes à Guarda Nacional Republicana (GNR), existente no concelho, estes informaram que as denúncias por VD, durante o presente ano, têm diminuído, seguindo em consonância com os dados do relatório da Polícia de Segurança Pública, publicado na imprensa nacional (Pimenta, 2020), que indicam um decréscimo de cerca de 8.58% das denúncias relativas ao crime de VD.

Segundo a publicação da imprensa (Pimenta, 2020), o agressor durante a fase de confinamento da pandemia tem um maior controlo sobre a vítima. Decorrente da análise do relatório da Polícia de Segurança Pública e dos processos acompanhados pela CPCJ X (relatórios internos), verifica-se que tem existido um maior número de sinalizações efetuadas diretamente à CPCJ X, o que significa que apesar das queixas nas autoridades, durante o confinamento, terem diminuído, na CPCJ X, as mesmas tiveram um aumento exponencial, contrariando a tendência nacional e regional dos dados relativos às entidades policiais. As queixas/sinalizações têm chegado à CPCJ X por denúncias anónimas, vizinhos, equipas do RSI e SAAS, responsáveis escolares e autoridade policial do concelho.

As razões para o aumento das denúncias diretamente à CPCJ X podem ser várias, mas a garantia do anonimato das pessoas que procedem à denúncia e a possibilidade de esta ser efetuada através de *email* ou telefone, permitindo às pessoas denunciarem situações sem que tenham de ser identificadas, parece ser uma razão a considerar. Há ainda a possibilidade das pessoas considerarem que uma queixa na GNR, tem um caráter mais punitivo, enquanto uma sinalização na CPCJ defende os interesses das crianças e jovens.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROJETO – A EQUIPA DA CPCJ

Para o melhor conhecimento da realidade existe um trabalho que é necessário fazer, que inclui o conhecimento da instituição, da comunidade, das pessoas com quem o projeto é construído e desenvolvido. Este processo nem sempre é fácil, e no decorrer do presente ano, foi ainda mais dificultado com a pandemia do COVID-19. Os atendimentos psicossociais que, até então, eram sempre presenciais, passaram a ser de contacto à distância, isto é, por telefone, meio preferencial a ser usado durante a situação pandémica. Quando presenciais, tinham de fazer-se com máscara e com distância social (Garcia, 2020; Sartório, Rodrigues, e Alvarez-da-Silva, 2020). Esta situação impactou o conhecimento e análise da realidade para além do desenvolvimento do projeto.

Os participantes com quem o projeto foi desenhado e desenvolvido eram pessoas vítimas de VD e elementos da CPCJ X. Os cinco elementos da equipa envolvidos no projeto são gestores de processos na CPCJ X, com formações diversas e a trabalhar na comissão há alguns anos (entre dois a dez anos), constituíram um grupo de trabalho, criado no âmbito deste projeto, para reflexão sobre as práticas na gestão dos processos com vítimas de VD. Em apêndice, na tabela 3, encontra-se uma caracterização mais detalhada (Apêndice A, p. 99). As pessoas vítimas de VD participantes e coautoras do projeto integram duas famílias com processos ativos de acompanhamento psicossocial na CPCJ X, e dos quais eu sou gestor: uma família é constituída pela Laura e as duas filhas, Ema e Sara (Família 1); o agregado da outra família (Família 2) inclui a Mónica e um filho menor, não envolvido no projeto (Apêndice B, p. 100).

Dos elementos que fazem parte da CPCJ X, cinco deles demonstraram, desde o início, interesse em fazer parte de um grupo de trabalho acerca da VD, uma vez que partilhavam a necessidade de mais conhecimentos e formação nessa área. O grupo de trabalho foi constituído em finais de fevereiro de 2020, embora o tema da VD fosse também amplamente debatido nas reuniões da CR. Todos são da opinião que a CPCJ é uma instituição que defende apenas as crianças, como um dos elementos da equipa refere “a intervenção da CPCJ visa essencialmente a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo. Não obstante, e de uma forma básica faz-se uma gestão do risco”, salientando, ainda, a “falta de recursos na comunidade”. Numa reunião efetuada em fevereiro, refletiu-se sobre os modelos de intervenção, as estratégias a desenvolver para a proteção das crianças e como orientar os adultos envolvidos. Vários elementos do grupo de trabalho referiram, por exemplo, “que a intervenção que se faz é essencialmente cognitivo-comportamental ou narrativa”, “e apenas com as crianças e jovens”. A falta de recursos humanos é um problema comum a todas as CPCJ, assinalado pela equipa, uma vez que, dado o volume processual, os processos atribuídos a cada gestor são imensos o que limita e dificulta a intervenção e acompanhamento das famílias.

A falta de formação adequada dos gestores dos processos, para trabalhar com as vítimas de VD, foi outro dos pontos salientados no grupo de trabalho. As experiências, formações e, até as idades diferentes dos gestores originam partilhas e debates enriquecedores acerca da forma como olham e analisam um determinado caso sinalizado e acompanhado na CPCJ. A falta de confiança e, por vezes, algum desconforto que os técnicos têm durante o acompanhamento dos processos com vítimas de VD foi sendo partilhado, durante as conversas intencionais ou em reunião: “não sei o que devo fazer”, como diz um deles, ou um outro quando refere “não estou à vontade para intervir com os progenitores”. Outra questão levantada frequentemente é a falta de respostas às vítimas de VD no concelho e mesmo nos concelhos vizinhos, surgindo como único recurso, como refere A.F., “quando tenho de intervir, falo aos progenitores que têm sempre a linha de apoio à vítima da APAV ou as casas abrigo”.

O grupo de trabalho composto pelos gestores demonstrou aceitação quando lhes foi sugerida a criação desta equipa de trabalho assim como nos momentos de apresentação do trabalho a ser desenvolvido com as vítimas de VD, que fazem parte do projeto. A A.S. mencionou que no concelho não existe esse espaço de partilha, assim como a R.M. falou que as vítimas “andam

completamente à deriva, sem saber como e a quem recorrer”. A F.F. mencionou que as vítimas “têm uma necessidade imensa de desabafar, de serem ouvidas”.

Os problemas identificados pelos elementos que formam o grupo de trabalho foram: dificuldades em auxiliar e ajudar as vítimas de VD (com idade superior a 18 anos), assim como dificuldades sentidas na análise do processo, falta de recursos materiais e humanos. As necessidades identificadas pela equipa de trabalho, foram: formação na área de VD, apoio jurídico, melhorar a intervenção e análise dos processos. Os técnicos da CPCJ X mencionam, em unísono, que existe uma elevada necessidade de intervenção psicossocial com as vítimas de VD, uma vez que estas estão completamente desamparadas e “entregues à sua sorte”, revelando grande desgaste físico, psicológico e emocional, angústia e stress, que exige uma intervenção psicossocial, baseada no princípio de que as pessoas têm capacidade para resolver e responder aos problemas, desde que apoiadas nos momentos de maior vulnerabilidade e fragilidade social. Os técnicos realçaram ainda a necessidade de mudança de algumas práticas e de apoio às vítimas, quando muitas vezes manifestam o medo que lhes tirem os filhos, percecionando a CPCJ e os respetivos técnicos, como uma ameaça.

Com o intuito de sensibilização para os direitos das crianças, a equipa vai desenvolvendo algumas ações. No âmbito da comemoração do 30º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança, a equipa da CPCJ X desenvolveu o Projeto “Estendal dos Direitos da Criança”, que consistiu em desafiar as crianças, de todas as escolas do concelho, a realizar um desenho alusivo aos direitos das crianças e que se realizou no dia 11 de novembro de 2019. Os desenhos foram expostos durante três semanas, de 11 de novembro a dois de dezembro de 2019, nas montras dos estabelecimentos comerciais da cidade. Esta iniciativa tinha como objetivos sensibilizar a população para os direitos das crianças, assim como para a negligência ou os maus-tratos a que estas estão expostas.

O trabalho com os gestores ficou aquém das expectativas, isto porque devido ao volume de trabalho e com o agudizar da pandemia COVID-19 não houve oportunidade de marcar as reuniões e encontros deste grupo com a regularidade desejável. Contudo, as partilhas de ideias, as conversas intencionais e a partilha de informação acerca do trabalho desenvolvido com os participantes vítimas de VD, foi sucedendo ao longo de todo o desenvolvimento do projeto, ora presencialmente aproveitando as reuniões da CR, ora à distância, através de videoconferência.

3.3. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROJETO – AS FAMÍLIAS

Para uma análise rápida e eficaz no estudo das relações familiares, a realização de um genograma familiar revela-se uma ferramenta extremamente útil e importante. A sua utilização permite-nos verificar a composição familiar, as relações existentes, os padrões familiares e observar os conflitos familiares (Wendt e Crepaldi, 2008). Em apêndice, encontram-se os genogramas de ambas as famílias participantes no projeto (Apêndices C e D, pp. 101-102).

Será apresentada, em primeiro lugar, a família 1, a família da Laura. Esta é uma família reconstruída, desde 2016, com duas filhas, Ema e Sara, de 13 e 12 anos de idade respetivamente, de um primeiro relacionamento da Laura (o primeiro companheiro faleceu em 2012) e uma filha em comum com o companheiro atual (Artur), a Leonor, de 2 anos de idade. A figura 1 (Apêndice C, p. 101) representa o genograma da família da Laura.

A Laura estabelece uma relação de cuidado e proximidade com as três filhas, havendo uma relação marcadamente conflituosa entre o casal e entre o Artur e a filha mais velha (13 anos), Ema. A relação é distante entre o casal, desde o nascimento da Leonor. O conhecimento desta família foi sendo construído ao longo dos encontros realizados no âmbito do atendimento psicossocial, decorrente do processo existente na CPCJ X, e, desde o primeiro atendimento, a Laura revelou o seu descontentamento, desconfiança e desapontamento em relação ao companheiro.

A Laura é uma mulher de 36 anos, de estatura baixa, cabelo escuro (pelos ombros) e olhos castanhos. A forma como se veste é informal, calças jeans, blusa e, geralmente, sapatilhas ou sapatos de tacão baixo. Tem o nono ano de escolaridade, era boa aluna (média de cinco valores) mas, devido às dificuldades financeiras dos progenitores, não prosseguiu os estudos.

Trabalha numa empresa de supermercados (no quadro/efetiva) onde exerce a função de repositora, desde 2014. Tinha sido despedida de outra superfície, devido a reorganização do quadro de pessoal, o que lhe causou revolta e desapontamento. Contudo, como é uma pessoa que não desiste, como menciona “não sou de baixar os braços e tive a sorte de conhecer uma amiga

que me indicou ao gerente da superfície comercial em que trabalho hoje em dia”, a sua situação de desemprego durou apenas duas semanas, até iniciar novas funções.

A Laura é uma pessoa trabalhadora e muito preocupada com as suas filhas. É comunicadora, mas não tem muitas amigas. A sua maior confidente e a pessoa em quem mais confia é na cunhada, esposa do seu único irmão, e que considera ser a sua melhor amiga: apoia-a e cuida das suas filhas, durante as férias e sempre que a Laura está a trabalhar (trabalha por turnos, fazendo rotativamente o turno da manhã ou da tarde). O ambiente profissional, segundo a Laura, é excelente e todos sabem do problema pelo qual está a passar (VD). Refere sentir o apoio dos colegas e do responsável pela superfície comercial, que a vão ajudando, pois “sinto-me triste, com vontade de desistir de tudo..., estou cansada de lutar, os problemas nunca acabam”.

A nível económico, revela ser independente, tem uma situação financeira estável, que lhe permite assegurar a educação das filhas e não ser dependente economicamente de Artur, como refere.

O pai da Laura trabalha na construção civil e a mãe é doméstica, ambos completaram o ensino obrigatório da altura, a quarta classe. A Laura nasceu e cresceu no concelho onde reside. Os pais residem na mesma freguesia e vivem relativamente próximos, tal como o seu irmão, mais velho do que a Laura, o que permite uma boa retaguarda familiar, que se traduz no apoio aos cuidados dos menores. A cunhada é doméstica e é a ama da Leonor, no período de confinamento e nas férias letivas, as filhas mais velhas da Laura ficam em casa dela e da avó, que são vizinhas, para que não fiquem sozinhas em casa.

A Laura é uma pessoa com um discurso muito assertivo, muito frontal e direto. Num atendimento, em meados de janeiro de 2020, assumiu todos os factos que vinham na sinalização de VD, feita através de comunicação da GNR, e onde constava a agressão do companheiro, quer verbal quer física (“apertou-me o pescoço e empurrou-me, chamou-me nomes”).

O Artur tem 31 anos, tem o 6º ano de escolaridade e trabalha na construção civil. Consome álcool de forma excessiva, com principal incidência ao fim de semana, e não contribui financeiramente para pagamento das despesas do AF, segundo informações de Laura, em atendimento e durante a realização do projeto. Laura referiu, por diversas vezes, que as discussões e as agressões verbais sucediam sempre que Artur consumia álcool em excesso, no café, com os amigos. Para

Corrêa e Benegas (s.d, p. 4) “a combinação entre o consumo excessivo de álcool e as dificuldades econômicas e sociais relacionadas ao processo de divórcio são as grandes causas para o início e a perpetuação da violência no ambiente familiar”.

A Laura e o Artur conheceram-se em meados de 2016, após a Ema ter dado ao Artur, a pedido deste, o número de telemóvel da mãe. Após algumas trocas de mensagens, por iniciativa do Artur, começaram a namorar passados cinco meses e foram viver juntos em setembro de 2016. Fruto deste relacionamento, nasceu a Leonor, em 2018. O relacionamento, inicialmente, nas palavras de Laura, “era espetacular, mas com o passar dos tempos começaram a revelar-se os ciúmes por parte do Artur”, que a controlava, estava sempre a enviar mensagens, “nunca pensei em chegar ao ponto que cheguei”, “sinto-me sufocada”, referiu quando, em atendimento, falou desta situação. Os problemas começaram a adensar, até que “passados uns dias, após o nascimento da Leonor, descobri que ele tinha outros relacionamentos, o que foi ditando um afastamento”. Os conflitos eram frequentes entre a Laura e o Artur, assim como com a Ema, visto que ele estava sempre a discutir com a filha mais velha de Laura. Segundo Laura, o Artur não demonstrava qualquer vínculo afetivo com a filha em comum, assim como com as suas próprias filhas, não revelando interesse em relação às crianças. Importa evocar que, sendo as crianças tão pequenas, a Ema e a Sara, na altura do nascimento da Leonor, com cerca de 10 e 11 anos, o afastamento do Artur, as relações mais conflituais com a Ema e a não criação de laços com a Leonor podem trazer obstáculos no desenvolvimento das crianças, pois, como menciona Matos (2004, p. 32), “a deficiência/falência do envolvimento responsivo pelo sujeito” é uma das causas da perturbação da vinculação.

Apesar do desprendimento, pelo menos aparente, do pai, a Leonor é uma criança muito sociável, fala bem, demonstra ter um desenvolvimento adequado para a idade e chama frequentemente pelas irmãs. A Leonor, sempre que a mãe está a trabalhar, fica aos cuidados da tia e dos avós maternos.

A Sara tem 12 anos e frequenta o sétimo ano de escolaridade, tem cabelo castanho escuro, é de estatura alta, tem um excelente aproveitamento escolar, uma vez que é uma aluna com média de cinco valores nos resultados escolares. O relacionamento com os pares é excelente (segundo a própria refere, bem como a mãe), é extremamente sociável, com um sorriso muito fácil. Gosta de se vestir bem, arranjar as unhas e pintar os lábios, sendo esta a maneira como gosta de ir para a

escola, segundo a mãe. Adora ouvir música, estar nas redes sociais e tem muitos amigos. A relação com as irmãs é excelente e muito próxima, e quando fala da irmã mais nova os seus olhos brilham.

A Ema tem 13 anos e frequenta o oitavo ano de escolaridade, tem cabelo e olhos escuros, apresenta estatura média, e tem pele morena. É uma jovem reservada, parecendo um pouco desconfiada. É uma aluna excelente, de acordo com a sua diretora de turma, obtendo nas avaliações escolares classificações que se situam entre quatro e cinco valores, em todas as disciplinas. Gosta de se arranjar, pintar as unhas, maquiar, parecendo ser uma jovem vaidosa, de acordo com a opinião da mãe, que veste roupa de cor escura habitualmente. Segundo a própria, adora passar o tempo nas redes sociais (Instagram, Facebook). Tem muitos amigos, quase todos rapazes, gosta de falar e de se divertir com eles. Em casa, no período de confinamento, as redes sociais foram a forma que encontrou para manter o relacionamento com os amigos e para se distrair. Não gostou do facto de ter de estar em confinamento, não tendo podido sair de casa, e referia ter saudades das aulas presenciais. Demonstra preocupação e um vínculo muito forte em relação à mãe e às irmãs, especialmente à irmã mais nova. Sente-se culpada pelo mau relacionamento entre a mãe e o Artur, pelo facto de, muitas vezes, a mãe intervir para a proteger quando o Artur e ela discutiam.

Residiam, por altura dos primeiros contactos, num apartamento de tipologia T.3, num local central da freguesia, com boas condições de habitabilidade, com internet e a uma distância de cerca de 10 quilómetros da escola que as filhas mais velhas frequentam, assim como do trabalho de Laura. O Artur vai para o trabalho no transporte da empresa, a Laura desloca-se em carro próprio. Desde o conhecimento de que o Artur mantinha relações extraconjugais, a Laura sentia-se emocionalmente afastada do marido e as discussões entre o casal eram muito frequentes.

Em atendimento psicossocial na CPCJ X (fevereiro/2020), a Laura frisou que desejava a separação do Artur, pois agora, como no relacionamento anterior com o pai das filhas mais velhas, era vítima de VD. O marido da Laura faleceu em meados de 2012, por suicídio levado a cabo num país estrangeiro, onde trabalhava. As causas do suicídio, segundo Laura, foram dívidas acumuladas devido a um insucesso de uma empresa familiar. Segundo Laura, no relacionamento com o falecido marido também sofreu de violência, "ele chegou a bater-me por duas vezes, mas perdoei, porque tínhamos as nossas filhas, mas jurei que não voltava a passar por uma situação

destas”. Contudo, a relação com o Artur também era marcada por episódios de violência, impróprios, empurrões constantes e arremesso de objetos. Segundo Laura, Artur, quando estava em casa, permanecia muito tempo ao telemóvel, nas redes sociais, e enviar mensagens a outras mulheres. Laura manifestou vontade de sair de casa e desejo de terminar a sua relação com o Artur, para proteção dela e das filhas, principalmente da Ema. Avaliada a real situação de risco e de perigo, foram encetadas diversas diligências, tendo em vista o arrendamento de um apartamento, o que se revelou complexo e difícil, uma vez que as rendas são elevadíssimas, e considerando a sua realidade financeira.

Artur esteve em atendimento nos finais de fevereiro de 2020, na CPCJ X, no qual confirmou a existência de um episódio de violência física e verbal, “agarrei-a no pescoço e empurrei-a, mas foi só aquela vez, porque ela não me deixou passar”. Informou que estava tudo bem entre o casal e que gostava da Laura. Não parecia sensível ao facto das discussões frequentes na presença das crianças poderem ser prejudiciais, banalizando os conflitos existentes, normalizando-os, até, quando referia “não me quero separar e discutimos como qualquer casal”. Neste atendimento, o gestor do processo reforçou o papel dos pais no cuidado das crianças e jovens e a necessidade de lhes proporcionar um ambiente familiar estável e harmonioso.

A Laura, em meados de março de 2020, em atendimento na CPCJ X, mencionou que o relacionamento melhorou consideravelmente desde o atendimento de Artur e mencionou que retirou a queixa efetuada na autoridade policial, “mas o meu relacionamento com ele, neste momento, é só por respeito, não tenho nada com ele”. Segundo Laura, Artur tornou-se mais afetuoso com as suas filhas e com a Leonor, mais prestativo e atencioso, uma vez que até então quase não existia diálogo, tudo o incomodava. Por essa razão, manteve o relacionamento com o Artur e a coabitação com ele.

Contudo, no início de maio de 2020, Laura, num dos contactos que eram frequentemente efetuados por telemóvel, informou que queria separar-se, uma vez que, nas suas palavras, “estamos sempre a discutir, ele pica-se cada vez mais com a Ema e agora começou também a fazer o mesmo com a Sara”. Foram, então, encetadas diligências (Laura e o gestor de processo) com o intuito de encontrar uma casa, por valores condizentes à capacidade económica de Laura. Esta separação aconteceu em junho de 2020.

O Artur, desde o dia em que se separou da Laura, não ajudou na comparticipação das despesas da Leonor. O facto da Leonor estar exclusivamente sob a responsabilidade da Laura, fazia-a sentir-se sobrecarregada, referindo ser difícil “ter de ser mãe e pai” simultaneamente e ter de resolver todas as questões sozinha, a Laura responsabiliza e acusa o Artur de falta do cumprimento do dever e responsabilidade de pai, por não participar economicamente nas despesas de educação, na aquisição de vestuário e na alimentação. Este mal-estar da Laura não parecia ter efeito em Artur, uma vez que este nunca demonstrou que desejava separar-se, ao longo dos meses de acompanhamento (cerca de 10 encontros presenciais, e 30 contactos por telemóvel). O comportamento de Artur parecia poder vir a ter efeitos no desenvolvimento da Leonor, pois, como menciona Marinho (2018, p. 98), “negativo é a falta de responsabilidade do pai na educação e na alimentação do filho”.

Quando já tinham sido iniciados os primeiros encontros que deram origem ao projeto “(Re)Erguer-se” com a família da Laura, foi possível conhecer a Família 2, a família da Mónica.

A figura 2 (Apêndice D, p. 102) representa o genograma da família da Mónica. O AF é composto por três pessoas (o casal e o filho de ambos). A Mónica tem um filho, o Leandro, de 2 anos de idade, com quem mantém um vínculo muito forte e uma relação de grande proximidade. A relação com o Carlos, de 28 anos, marido da Mónica e pai do Leandro, segundo a Mónica, é tensa e conflituosa, assim como o relacionamento com a sogra. Contudo, mantém um relacionamento estável com o sogro.

A Mónica tem 26 anos, é de estatura média/alta, cabelo loiro (pelos ombros), olhos verdes e com um sorriso fácil. A forma como se veste é informal, calças jeans, blusa e geralmente sapatilhas ou sapatos de tacão baixo. Tem o 12º ano de escolaridade; era boa aluna, mas, devido às dificuldades financeiras dos progenitores, não prosseguiu os estudos. Refere que desejaria continuar a estudar e, durante um dos atendimentos psicossociais, explorámos em conjunto algumas possibilidades existentes, como foi o exemplo do ensino à distância, na modalidade e-learning, na Universidade Aberta. Trabalhou numa empresa de supermercados, mas foi despedida, devido à reestruturação do quadro de pessoal. Desempregada há cerca de dois anos, tem feito umas horas nas limpezas, em diversas casas particulares, para conseguir contribuir com algum dinheiro para a casa dos pais, com quem está a viver presentemente com o seu filho Leandro. Segundo informações da Mónica, os pais, neste momento, estão bem financeiramente o que lhe

proporciona uma boa retaguarda familiar. A Mónica tem um irmão mais velho, casado, com o qual mantém “um excelente relacionamento”, como refere, apesar deste estar a trabalhar no estrangeiro.

A Mónica casou em 2016 com o Carlos. Este tem o 9.º ano de escolaridade, trabalhou no ramo da construção civil, mas encontra-se desempregado desde finais de 2019. Após o casamento, viveram num apartamento até ao início de 2020, mas, devido à situação de desemprego do casal, foram morar para casa dos pais da Mónica.

A nível de saúde, o Carlos tem histórico de depressão, e a Mónica afirmou que ele se encontra, à data da redação do presente relatório, ainda desempregado, devido ao facto de estar a recuperar de uma recaída relacionada com este problema de saúde (depressão).

O Leandro nasceu em meados de 2018 e, segundo a Mónica, é uma criança bem-disposta e com um desenvolvimento adequado para a idade. O Leandro teve alguns problemas de saúde, do foro respiratório, que estão quase ultrapassados. É uma criança muito comunicativa e expressiva. Embora vivam com os pais da Mónica, o relacionamento da criança com o pai e com os avós paternos é próximo, apesar de, atualmente, os visitar apenas uma vez por semana, desde a separação do casal, em junho de 2020. O relacionamento entre os pais da Mónica e o Carlos, segundo esta, era salutar até essa altura, quando o companheiro piorou da depressão e o relacionamento começou a deteriorar-se, dia após dia.

O pai de Carlos, num dos atendimentos na CPCJ X, mencionou que era contra a separação do filho e da nora, uma vez que para ele o “casamento é para toda a vida”, e a mulher “tem o dever de obediência”. referindo, ainda, que nunca imaginou “ter um filho separado, e ainda para mais com um neto...”. Parecia, assim, responsabilizar a Mónica da separação do casal. O relacionamento da Mónica com a mãe do Carlos é muito conflituoso e não se falam desde há três anos.

Aquando a chamada telefónica do gestor de processo da CPCJ X, em meados de fevereiro de 2020, para informar a Mónica que teria de comparecer nas instalações para atendimento psicossocial, para que fosse desencadeado o processo de análise, a mesma respondeu “isto só pode ser para os apanhados”, “só pode estar a brincar”, “já sei quem fez queixa...”. A queixa que chegou foi anónima, denunciando apenas que o Carlos sofria de VD, na presença do filho, que o

colocava também em risco. Nas diligências efetuadas pelo gestor de processo da CPCJ X, entre fevereiro e meados de maio de 2020, não existiam indícios de VD, entre o casal.

Nos últimos dias de maio de 2020, a Mónica informou o gestor de processo, que os episódios de VD, maus-tratos verbais (impropérios, insinuações de que mantinha outro relacionamento), começaram a ser mais frequentes, e que o Leandro tinha comportamentos mais agressivos. A Mónica demonstrava medo das reações do Carlos e mencionou que, para se vingar dela, ela receava que ele pudesse fazer mal ao próprio filho.

Numa conversa intencional, nos finais de junho de 2020, a Mónica partilhou o seu medo de perder o filho e negava que a queixa feita contra ela fosse verdadeira, dizendo: “não sei o que fazer mais, saiu de casa, foi para casa da mãe dele, diz que eu o mal trato; tudo o que me falava da mãe, agora diz em relação a mim”; “não sei o que se passa com ele...”, “tenho muito medo que me tirem o meu filho, é tudo para mim”. A Mónica emocionava-se frequentemente nos atendimentos psicossociais (seis atendimentos presenciais, em junho de 2020), entrando mesmo em desespero. O medo e o pânico que a Mónica demonstrava quando tinha de se separar do filho, para as visitas ao Carlos, era imenso, entrava em total desespero, proferindo “não quero que ele faça mal ao meu filho, ele para me fazer mal, vinga-se no meu filho”. A angústia expressa pela Mónica foi exigindo grande contenção durante os atendimentos psicossociais, e a desconstrução sistemática do medo revelado, de forma a empoderá-la a controlar os anseios que sentia. “A grande necessidade que sinto, é ter alguém que me ouça, para eu desabafar”, “sinto-me stressada e a explodir”, dizia recorrentemente.

O Carlos saiu de casa dos pais da Mónica em junho de 2020 e, segundo a Mónica, nessa altura foi trabalhar durante um tempo para um país estrangeiro e, quando regressou a Portugal, foi viver para casa da mãe. A Mónica falou que ele vai mantendo contacto, umas vezes mais conflituoso e agressivo, utilizando um telemóvel com um número desconhecido, (“recebo chamadas de um número, mas ninguém fala, eu sei que é ele”) ou ficando visível o seu número de telefone, outras vezes dizendo que a ama: “quando liga do número do telemóvel que tinha quando estávamos juntos, tanto diz que me ama, como de um momento para o outro fala: és uma v..., uma p..., só falavas mal da minha família”, como referia. A Mónica contava, durante os encontros, que ele era bem tratado em casa dos seus pais e que “agora ele diz que nós o tratávamos mal”. Atribuía estas atitudes e comportamento instável do Carlos ao facto de ele estar deprimido: “devia ter levado o

tratamento da depressão até ao fim, por isso tenho medo do que ele é capaz”. Esta situação afetava a sua capacidade de lidar com o stress do quotidiano, diminuindo a sua capacidade de resiliência e autoestima, e aumentava a sua ansiedade e medo do imprevisto.

A Mónica sentia-se nervosa, triste e revoltada com a situação da separação, dizia: “nunca me falou que se queria separar, foi um covarde”, “soube que ele pediu o divórcio no tribunal, isto são coisas da mãe dele”. O Carlos entrou com uma ação no tribunal competente, a solicitar o divórcio e a regulação das responsabilidades parentais, foram atribuídas à mãe, com visitas ao pai (fins de semana alternados). A Mónica tinha a ambição de reatar os estudos académicos no próximo ano.

Das conversas com a Laura e as suas filhas, bem como com a Mónica, identificaram-se os seguintes problemas: baixa autoestima e conflitos muito violentos entre os elementos do AF. As dificuldades na gestão dos conflitos, nas tomadas de decisão perante as situações de maior violência eram também problemas comuns nas duas famílias. A realçar, ainda, o facto de a Ema e a Sara se sentirem culpadas pelo mau ambiente gerado em casa, pelos conflitos familiares e pela separação da mãe e do Artur. A Ema falou disto em vários momentos, e a Sara já anteriormente havia revelado que, nos últimos tempos em que estiveram em casa com o Artur, durante o confinamento, as discussões e os conflitos entre estes começaram a ser mais frequentes. A Laura sentia-se esgotada, cansada com os conflitos na família, e esta família necessitava urgentemente de apoio para a mudança de casa.

A Mónica, para além dos problemas atrás elencados e comuns às duas famílias, revelava um problema ligado à separação do seu filho, receando perdê-lo, por poder ser tirado pelo pai ou, até, pela CPCJ, e sempre que ele estava com o pai, ativava o medo de que o pai não cuidasse bem do filho e o receio de o perder. A Mónica precisava, ainda, de melhorar as condições financeiras, encontrando um emprego mais estável, para assumir a sua autonomia, e de ser apoiada no seu desejo de dar continuidade à sua formação.

Ambas as mulheres precisavam de ser mais autónomas relativamente aos companheiros, de serem apoiadas no processo de separação, de serem capazes de reconhecer as suas potencialidades e competências, melhorarem a sua autoestima e acreditarem na possibilidade de tomarem conta das suas vidas e de cuidarem dos seus filhos, de forma a constituírem uma família mais feliz.

4. DESENHO DO PROJETO

4.1. FINALIDADE, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

Com o intuito de responder aos problemas e às necessidades que foram previamente identificadas, foi desenhado o projeto (Re)Erguer-se. Este projeto surgiu com a finalidade de promover um apoio mais articulado às pessoas vítimas de VD e facilitar a sua emancipação e empoderamento.

A equipa da CPCJ X, envolvida no projeto, reconhecia que era necessária uma intervenção junto das famílias vítimas da VD que envolvesse crianças e jovens, mas também os adultos, de modo a melhorar a qualidade de vida e as dinâmicas familiares. De uma forma geral, os pais das crianças, ou um dos pais, nas famílias onde existe VD, sentem um desgaste físico e psicológico, resultantes das constantes discussões no seio familiar, que acaba por afetar a auto-imagem, autoestima, o reconhecimento de competências para fazer face à situação de VD ou, até, à proteção dos filhos, com consequências no modo de encararem o futuro, como testemunham Laura e Mónica. Por conseguinte, releva-se a importância da análise das potencialidades e recursos existentes, a serem mobilizados para desenvolver novas aprendizagens e competências, de forma a promover a autoestima, confiança, valorização pessoal e o empoderamento destas famílias.

Delineada a finalidade foram definidos dois objetivos gerais (OG), o primeiro dirigido às famílias e o segundo aos profissionais da CPCJ participantes no projeto, e os respetivos objetivos específicos (OE):

OG1: Promover o empoderamento, autoestima e capacidade de mudança

OE1.1: Reconhecer as competências internas para fazer face às necessidades do quotidiano;

OE1.2.: Identificar os contextos relacionais de abuso e aprender estratégias para sair deles

OE1.3: Posicionar-se nas relações e refletir sobre as causas dos conflitos

OG2: Promover o debate e análise dos processos de VD e articulações entre os técnicos da CPCJ X

OE2.1: Partilhar e discutir as ações desenvolvidas no âmbito dos processos de VD

OE2.2: Analisar e avaliar as necessidades de formação

OE2.3: Encetar ações para a construção de respostas no concelho a situações de VD

De modo a alcançar estes objetivos, pretende-se recorrer a diversas estratégias, nomeadamente encontros regulares para partilha e reflexão, conversas intencionais, reuniões e contactos telefónicos, exercícios de dinâmica de grupo, teatro fórum. Com as crianças foi, ainda, utilizado o desenho. Estas estratégias concretizaram-se em duas ações (ação 1 e 2), uma desenvolvida com as famílias vítimas de VD (“O recomeço”) e a outra com os profissionais (“Refletir para agir”).

O planeamento envolveu todos os participantes do projeto (elementos da comissão e famílias), privilegiando os interesses de cada um, com o intuito de os valorizar e realizar ações mais adequadas e que iam ao encontro das suas pretensões e necessidades. Todos os envolvidos tiveram intervenção no desenho e desenvolvimento do projeto, bem como na sua avaliação.

As ações decorreram no período de fevereiro a agosto de 2020, com sessões de grupo, na ação desenvolvida com os profissionais, e individuais e de grupo com as famílias. Entre meados de março e finais de maio, o contacto com as vítimas era realizado por telemóvel, devido ao estado de confinamento e ao receio geral que estava patente em toda a população. O grupo de trabalho de profissionais deixou de se reunir, mas o trabalho foi sendo desenvolvido durante o tempo que os profissionais estavam juntos na CPCJ X, onde existia constante troca de informação, mesmo de outros processos, com sinalização de VD. Durante os meses de junho, julho e agosto de 2020, os encontros organizados no âmbito das duas ações voltaram a ser presenciais, cumprindo o distanciamento social e o uso de máscara e gel desinfetante.

4.2. AVALIAÇÃO DE ENTRADA E (RE)AVALIAÇÃO DO CONTEXTO

Na avaliação de entrada é fundamental refletir se o projeto se ajusta à realidade e ao contexto, tendo em consideração os problemas, as necessidades, os recursos, as potencialidades e os constrangimentos identificados (Cembranos et al., 2001; Stufflebeam e Shinkfiel, 1995). A avaliação de entrada foi realizada em finais de fevereiro e março, com os participantes do projeto e com a orientadora do projeto. Mais tarde, em finais de março, o desenho de projeto foi discutido numa aula da UC Seminário, em turma, na presença dos colegas do 2.º ano do mestrado e de todas as professoras da UC, também orientadoras dos projetos que estavam em desenvolvimento. Nessa altura, o projeto tinha ficado suspenso por umas semanas, devido à pandemia. Nessa aula foram refletidas algumas estratégias para a continuidade dos projetos que tinham ficado suspensos, pela necessidade de cumprimento do confinamento exigido pelo governo, no âmbito das declarações dos estados de emergência (estado de calamidade – pandemia por covid 19).

No projeto (Re)Erguer-se, houve necessidade de olhar a finalidade e os objetivos, limitando o seu alcance, mas tornando-os mais realistas e operacionais. Os contactos com as famílias passaram a ser à distância, decidindo-se que voltariam a ser presenciais logo que as orientações da Direção Geral de Saúde e o Governo assim o permitissem (o que veio a acontecer, com algumas limitações, em maio de 2020). A necessidade de recorrer a meios alternativos adensou e o contacto com as pessoas vítimas de VD passou a ser realizado à distância. Foi ponderada a hipótese de encontros através de plataformas sociais, o que nunca sucedeu, porque as pessoas que estavam envolvidas no projeto preferiram manter os contactos por telefone.

O contexto de desenvolvimento do projeto também se alterou, sendo necessário reorganizar a análise da realidade e incluir novas necessidades. As escolas, por exemplo, foram encerradas e as aulas presenciais ficaram suspensas. Em meados de abril, a câmara municipal colocou à disposição dos alunos, sinalizados pelas escolas do concelho, equipamentos informáticos e internet, dando a oportunidade aos alunos que não tinham acesso a estes meios para prosseguirem os estudos, com o ensino à distância.

Ao conhecer este programa de cedência de equipamentos, assim como as dificuldades que as filhas da Laura estavam a sentir para aceder às aulas, pois o único computador que tinham avariou neste período, foi feita uma proposta à autarquia, através da CPCJ X, para atribuição de dois tablets e router à Ema e à Sara. Contudo, e porque a Sara já tinha sido sinalizada pela diretora de turma como uma aluna que precisaria de equipamento informático, a câmara respondeu ao

pedido da CPCJ X apenas com a cedência de um tablet, uma vez que dispunham de internet em casa. A Sara recebeu o tablet pelo programa escolar, e este equipamento foi sendo partilhado pelas duas irmãs. Com o recurso ao tablet e com os telemóveis, a Ema e a Sara foram superando as dificuldades que o ensino à distância ia colocando.

Ao longo destes meses de acompanhamento, foram surgindo avanços e recuos no que alude ao relacionamento da Ema e do Artur. Impedidos de sair de casa, os conflitos entre o casal e entre o Artur e a Ema, aumentaram. Em meados de maio, a Laura, numa das chamadas telefónicas, entre as várias que eram realizadas durante a semana, mencionou que queria sair de casa. Então, encetamos alguns contactos para alugar uma casa, procurando junto de agências imobiliárias, amigos e instituições (e.g., técnicos do RSI). Essa procura durou cerca de duas semanas e culminou com o arrendamento de um apartamento de tipologia T.3 no centro do concelho, nos últimos dias de maio de 2020. Nesta altura, a Ema foi ainda revelando um sentimento de culpa relativamente à separação do casal e ao mau relacionamento entre a mãe e o Artur, dizia “fui a causa da separação deles”. Importa recordar as palavras de Sousa (2013, p. 49) quando refere que “muitas vezes, as crianças acreditam que colaboram para a violência, sentindo-se responsáveis, enquanto que outras, principalmente as mais velhas, actuam de forma a proteger e defender as suas mães”. Seria necessário que a Ema conseguisse elaborar o sentimento de culpa e desconstruísse a ideia de que era a responsável pelo que se passava entre o casal. Estas novas informações trouxeram ainda a necessidade de se redefinir os objetivos da Ação 1 e exigiu que esta se ampliasse até para além da data prevista, alargando-se o desenvolvimento da ação para setembro de 2020.

Os objetivos, tal como foram formulados a primeira vez, pareceram muito complexos, principalmente ao grupo de trabalho da equipa da CPCJ X, tendo sido salientado que a CPCJ não intervém diretamente com as vítimas de VD adultas. Por conseguinte, existiu a necessidade de esclarecimento e reflexão conjunta sobre este assunto, sobre as potencialidades de uma intervenção com as crianças que envolvesse os pais, tanto mais que no concelho não havia respostas específicas à VD. Quanto a Laura, Ema, Sara e Mónica aceitaram que os encontros fossem mais regulares, que fossem marcados individualmente ou em grupo, em função das necessidades e dos objetivos específicos, reconhecendo, as duas mulheres, durante as conversas intencionais realizadas com cada uma delas, que precisavam de partilhar as suas experiências, pensar nas suas vidas e perceber o que poderiam fazer, para um futuro melhor. A Laura

encontrava-se assustada, mas confiante, relativamente à saída de casa, a Mónica ainda temia muito pela possibilidade de perder o filho. Porque, neste período, se foi percebendo algumas dificuldades comuns às duas mulheres, surgiu a possibilidade de algumas sessões se poderem realizar com ambas, abrindo a perspetiva de formação de um grupo de ajuda mútua, até, no futuro, aberto a outras mulheres vítimas de VD. Esta proposta foi, ainda, analisada no grupo de trabalho formado pelos profissionais, que reconheceram a importância que este grupo poderia ter, tendo a psicóloga manifestado interesse em o orientar.

Os horários das sessões de grupo, bem como dos encontros individuais, na Ação 1, foram sempre articulados de forma a atender às disponibilidades de todos os envolvidos. No que concerne à Laura, existia alguma facilidade nos agendamentos dos encontros, quer individuais quer de grupo, uma vez que esta trabalhava por turnos. O mesmo não sucedeu com as crianças, durante o período letivo, por causa do horário das aulas, ficando mais fácil durante o período de férias, quando nos encontrávamos de tarde porque, como referiram, de manhã gostavam de dormir até mais tarde. A Mónica não teve qualquer constrangimento de horário, visto que estava desempregada, e adequava o horário da ação à sua vida privada, ou aos poucos trabalhos de limpeza que mantinha. Na ação "Refletir para agir", os elementos da CPCJ X que constituíam o grupo de trabalho propuseram que o grupo se reunisse quinzenalmente, às quintas-feiras à tarde, após a reunião da CR.

Na sequência dos objetivos propostos foram delineadas algumas estratégias, em consonância com as necessidades e recursos disponíveis, de forma a que as mulheres estejam mais preparadas para enfrentar os problemas, assim como as crianças a superarem o sentimento de perda e responsabilidade pela separação dos pais.

O desenho de projeto pareceu adequado à avaliação do contexto e coerente. Apresentou-se como um desenho flexível e aberto, para um projeto que estará em constante construção, até porque a imprevisibilidade da situação pandémica reforçava esta necessidade. A avaliação do projeto será realizada com todos os participantes, tendo por base as discussões de grupo, as conversas intencionais, a observação, assim como os comportamentos, as atitudes e discussões, produzidas nos diferentes encontros e ações do projeto.

5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO

5.1. CALENDARIZAÇÃO DAS AÇÕES

Neste capítulo são apresentadas as ações desenvolvidas no projeto, narrando e interpretando os diversos acontecimentos de forma descritiva e reflexiva. Este processo foi sendo continuamente avaliado com os participantes. Tendo em conta a metodologia adotada, a investigação-ação participativa, deu-se primazia à voz dos intervenientes e respeitou-se o seu ritmo, isto é, o tempo de cada um. Este respeito esteve sempre presente a par com a empatia, a congruência (do profissional) e a aceitação incondicional (Timóteo, 2010).

De acordo com o modelo CIPP proposto por Stufflebean e Shinkfiel (1995), a avaliação do processo permite reformular e orientar as atividades e as ações previamente desenhadas, de acordo com os objetivos e a finalidade do projeto. A avaliação de todas as atividades e ações desenvolvidas é preponderante para que o projeto se desenrole de acordo com as linhas orientadoras da metodologia e sirva as reais intenções e necessidades das pessoas.

Foram criados dois grupos: um grupo de trabalho com os cinco elementos da equipa dos profissionais da CPCJ X, e um grupo de apoio com as mulheres e crianças vítimas de VD (inicialmente formado apenas pela Laura e as filhas, posteriormente com a presença da Mónica).

A ação "Refletir para agir" foi desenvolvida com elementos da equipa da comissão, onde se sucedeu a apresentação do projeto e a reflexão sobre as ações a desenvolver. A ação 1, desenvolvida com as pessoas vítimas de VD incluiu encontros individuais e de grupo de forma a promover o autoconhecimento, a autoestima, a reflexão e a autorreflexão, a auxiliar no processo de elaboração do sentimento de culpa de uma das crianças pela separação do casal, a valorização da família, o empoderamento, e a permitir, também, um espaço para desanuviar e atenuar o stress acumulado pelas vítimas de VD.

As ações foram levadas a cabo de acordo com a agenda e a disponibilidade de cada um dos envolvidos, respeitando os tempos de cada um e os horários dos encontros/sessões foram

sempre articulados de forma a satisfazer as necessidades de todos os envolvidos. Todas as ações decorreram de acordo com as regras de distanciamento social em vigor respeitando a ética respiratória. Os constrangimentos e as dificuldades decorrentes da situação de pandemia do COVID-19 impactaram a realização das ações e, concretamente, o recurso a algumas das estratégias planeadas, tais como a necessidade dos contactos, em determinado período, como já dito atrás, passar a ser feito à distância, até à não realização de uma peça de Teatro Fórum, modalidade do teatro do oprimido proposto por Boal (1991) que foi ponderado realizar, inicialmente, com os elementos do grupo de profissionais da CPCJ X, como uma estratégia para levar às pessoas da comunidade sobre o tema da VD.

5.2. AÇÃO 1 – “O RECOMEÇO”

O nome da ação um, surgiu com a vontade de mudança e de um novo começo de vida, das participantes do projeto, de construção de novas narrativas, isto é, de mudança das suas vidas.

Em fevereiro de 2020, no âmbito da gestão do processo da CPCJ X, iniciou-se o acompanhamento à família da Laura. Após estes primeiros contactos, identificadas as características da família, as suas dificuldades, potencialidades e necessidades, o primeiro encontro no âmbito de “O recomeço”, presencial, decorreu em março 2020, entre as 16:00h e as 17:00 horas. Este encontro tinha como objetivos identificar em conjunto os problemas da família, falar do projeto a ser desenhado, recolher o consentimento informado das participantes e aprofundar a relação que se iniciava para estabelecer uma relação empática. Estiveram presentes a Laura, a Ema e a Sara.

A sessão iniciou-se com a receção e agradecimento às presentes e o reconhecimento pela presença da família, no edifício da CPCJ X, local onde decorreu o encontro. Na sala onde nos encontramos existe uma mesa oval com seis cadeiras à sua volta e está equipada com ar condicionado. A Laura e as duas filhas foram convidadas a sentar-se onde desejassem, sentando-se as três frente ao gestor, isto é, do lado oposto onde este se encontrava. Seguidamente, fiz o convite à participação num projeto de investigação e intervenção social que permitisse apoiar a família nas dificuldades que estavam a sentir no momento, com o objetivo de as envolver e incentivar à responsabilização de todos, para a sua construção, de forma a trabalhar e descobrir em conjunto o que se poderia fazer.

Foram informadas que, no final do projeto, existiria um relatório onde se salvaguardaria as identidades e todos os dados relevantes para assegurar o anonimato de todos os intervenientes, e que ficaria disponível, para consulta online, no repositório da Escola Superior de Educação. Foram convidadas a conhecer as partes do relatório que lhes dizem respeito, quando estivessem escritas. A família demonstrou-se consciente e satisfeita por participar no projeto, pois também foram informadas que os dados pessoais eram omitidos. A Laura mencionou “estou feliz por o poder ajudar a fazer este projeto” e eu reafirmei a minha disponibilidade para apoiar a família.

Para quebrar o gelo e diminuir algum stresse que a Ema e a Sara aparentavam (olhavam uma para a outra, apertavam as mãos parecendo um pouco ansiosas, e tinham uma voz trémula quando falavam), então apresentei-me e falei do meu percurso profissional e académico, confidenciando que me tinha licenciado apenas há uns anos atrás. Esta estratégia tinha também como objetivo encorajar as partilhas e mostrar alento perante as adversidades da vida, assim como salientar que é possível alcançar os nossos sonhos, por muito difícil que sejam os caminhos a percorrer. Informei do facto dos encontros, ou sessões como por vezes eram designados, serem realizados nas instalações da CPCJ X, uma vez que tinha uma sala ampla, com ótimas condições e que, embora percebesse que poderia haver algum constrangimento pelo peso da instituição, poderíamos conversar sobre ele e deveríamos desconstruir o estigma existente na população em geral em relação à CPCJ X. Com o desenvolver da sessão, todos se sentiram mais à vontade e predispostos a partilhar momentos da vida de cada um. A Laura tomou a palavra e apresentou-se, começando por dizer o seu nome, idade, onde trabalha e informando que trabalhava por turnos. Falou que tem “três filhas maravilhosas” que são a sua “razão para viver”, mencionando que trabalha imenso, e que é “uma lutadora, para que nada falte às filhas”. Ainda acrescentou, “sinto orgulho de tudo o que tenho conseguido e da educação que tenho dado às minhas filhas”, do seu discurso se depreende que faz tudo pelas filhas.

A Ema apresentou-se de seguida, mencionando o seu nome, que tinha 13 anos idade, frequenta o oitavo ano de escolaridade e que se considera boa aluna. Tem muitos amigos, quase todos rapazes. Gosta de ouvir música, de estar nas redes sociais e de brincar com a irmã mais nova.

Seguidamente, e para finalizar as apresentações, a Sara apresentou-se. É estudante, tem 12 anos de idade, frequenta o sétimo ano, tem boas notas, e “gosto de estar na internet”, com o desenrolar

da conversa constatou-se que falava das redes sociais, onde mantinha contacto com os seus amigos.

Terminadas as apresentações, a Laura foi partilhando algumas expectativas e situações do seu quotidiano, em particular as dificuldades relacionais que existiam com o Artur; foi referindo que estes momentos e encontros lhe fariam bem, que é importante para ter confiança no técnico e ser “completamente transparentes”, “é isso que eu digo às minhas filhas, que digam a verdade”, mencionou com um sorriso na face, enquanto as duas meninas demonstraram a sua concordância ao acenar que sim com as cabeças. A Ema e a Sara não quiseram expressar a opinião acerca da sessão, enquanto a Laura mencionou que se sentia mais aliviada por ter um local onde pudesse partilhar as suas dúvidas, as suas angústias, acima de tudo ter alguém para desabafar. “É muito difícil falar destes assuntos, é melhor quando temos alguém diferente para falar, que tenha a capacidade de ouvir”.

Foi combinado entre todos que a regularidade dos encontros seria semanal, de forma que seja um trabalho contínuo para melhor se atingirem os objetivos. A regularidade das sessões será igualmente importante para criar um clima de empatia, confiança e aceitação entre todos.

Convidadas a avaliar a sessão, a forma como decorreu e como se sentiram, o grupo avaliou de forma positiva, sendo que a Laura frisou que ter um espaço onde pudesse falar/desabafar era o que mais desejava. Após esta primeira sessão foi possível refletir que o nervosismo aparentado era notório, talvez porque a sessão também tenha decorrido nas instalações da CPCJ X, mas a família demonstrava-se recetiva e com vontade de participar no projeto, principalmente a Laura. As filhas demonstraram-se mais renitentes, embora a Ema tenha mencionado, no final, “pensei que ia ser uma seca”, enquanto a Sara afirmou “oh até está a ser fixe”, com uma expressão sorridente.

Após este primeiro encontro de março, com o período de pandemia, houve necessidade de se redefinir as estratégias para esta ação, em particular. Também foram acontecendo muitas mudanças na família, como apresentado atrás, na avaliação de entrada. A separação do casal com a saída de casa da Laura e das três filhas exigiu novas diligências no apoio da procura da nova habitação, e no estabelecimento de um suporte afetivo neste período.

Nos contactos telefónicos realizados neste período, durante a fase de confinamento, a Laura ia partilhando como estavam a decorrer as aulas com as filhas mais velhas, assim como o desenvolvimento de Matilde. Os conflitos familiares começaram a intensificar-se na família, entre o Artur e os restantes membros, agora, até com a Sara, Artur discutia, e ia manifestando a sua vontade em reorganizar a sua vida sem o Artur. Em finais de maio de 2020, a Laura sentia-se exausta, uma vez que o Artur estava sempre a enviar mensagens, segundo esta “quer controlar-me”, “não aguento esta pressão”, “ele só quer destabilizar-me”. “Quando vou levar a Leonor, se for com a roupa do trabalho, ele não comenta nada, mas se levar uma roupar normal começa logo a mandar bocas e a chamar-me nomes impróprios, que sou uma p..., uma v...”. Principalmente à segunda-feira, sente-se mais nervosa, ansiosa e “em baixo, sem forças”. “A maior necessidade, às vezes, nem é o dinheiro, é não conseguir falar, por muito que esteja à vontade com a minha família e os colegas no trabalho, não consigo falar destes assuntos com sinceridade, sinto-me cada vez mais stressada”, “não está a ser fácil gerir esta situação”. Ao longo dos contactos realizados, após a separação, a Laura mencionou muitas vezes “o Artur tem que mudar, ele sabe que gosto dele, mas tem de mudar”, demonstrando que ainda sentia um carinho grande por ele, pois, como dizia, “uma pessoa não esquece ninguém de um dia para o outro, ele pensa que tenho outra pessoa, mas não tenho”. A Laura ia revelando as dificuldades que sentia neste processo de separação, embora parecesse determinada na sua decisão de não voltar para a relação de violência que mantinham.

O segundo encontro presencial, apenas com as filhas de Laura, decorreu apenas a três de junho de 2020, entre as 14:30 h e as 16:00 h, nas instalações da CPCJ X, isto porque devido à pandemia da COVID-19, foi impossível organizar encontros presenciais mais cedo. No período que decorreu entre março e junho, foram encetados contactos semanais com a Laura de forma a perceber como estava a correr o relacionamento com o Artur e o deste com as meninas. Durante este período foi-se estabelecendo uma relação de confiança e de ajuda entre o profissional e a Laura, com base na confiança, na empatia, na sinceridade e na aceitação incondicional, como aconteceu em todas as ações desenvolvidas para a procura da casa ou a sinalização junto da Câmara Municipal para a cedência do tablet, quando o computador avariou. Quando a Laura estava mais triste ou desanimada, entrava em contacto comigo, para partilhar o que sentia, falando sobre as filhas ou sobre algum incidente com o Artur, e mencionando diversas vezes, “é muito bom ter uma pessoa que nos possa ouvir, que tem sempre algo a dizer, que me conforta nos momentos mais difíceis”,

“já disse muitas vezes no trabalho, que confio e que o Dr. faz um trabalho excelente, sinto-me bem”.

O encontro de junho, com a Ema e a Sara, tinha como objetivo perceber como estavam as jovens e promover o autoconhecimento, no sentido de se trabalharem os objetivos específicos definidos para a “O recomeço”, nomeadamente os OE1.1. e OE1.3. Para além da conversa intencional, neste encontro de junho foi ainda utilizado o desenho como estratégia para comunicar com a Ema e a Sara. A sessão iniciou-se com as crianças menos ansiosas e mais confiantes. Apesar do uso de máscaras, conseguia-se ver o brilho no olhar da Sara, enquanto a Ema se mantinha mais reservada. Quando pedi para se pronunciarem acerca do que acharam do trabalho desenvolvido até então, mesmo durante o confinamento, disseram que gostaram, embora não estivessem completamente à vontade e agora estavam muito nervosas, ficaram felizes com a cedência de um tablet, embora tivessem a informação de que deveriam ter recebido um tablet cada uma, uma vez que foram as duas sinalizadas, mas a diretora de turma da Sara não efetivou o pedido, porque se esqueceu”. Tinha sido melhor se a professora tivesse feito o pedido, teríamos um tablet cada uma”, mencionou a Sara. Para a Ema, as aulas à distância “são uma seca, não gosto, e já estou cheia de estar em casa. No início senti algumas dificuldades nas entregas dos trabalhos, mas agora já não”, e fala das saudades que tem de estar com os colegas e de se divertir.

A apreensão quanto à pandemia era notória, uma vez que as irmãs estavam sempre a colocar a máscara no lugar, demonstrando que estavam a par das medidas de segurança relativas à Covid-19. A Sara e a Ema estavam satisfeitas por poderem ter este encontro, como mencionou a Sara “até é fixe”, porque, pelo menos, saíram de casa.

Quando exploro como foram as coisas em casa, durante o confinamento, a Ema mencionou que o relacionamento com o Artur durante o confinamento foi complicado, “ele não gosta de mim”, enquanto a Sara responde que “ele também não gosta de mim, pois está sempre a resmungar”. Perspetivavam a saída de casa do Artur como uma coisa boa, as tensões tinham diminuído.

Para que se sentissem mais confiantes e mais à vontade, como sabia que as meninas gostavam de desenhar, como revelou Laura, numa das partilhas efetuadas durante os telefonemas realizados, solicitei que fizessem um desenho onde retratassem os momentos que considerassem mais importantes no passado, no presente e no futuro, sem que lhes desse outra

indicação ou que explicasse a natureza desses momentos (se eram os momentos marcantes de felicidade ou de tristeza, por exemplo). Foram colocados à disposição lápis de cor e folhas para a elaboração dos desenhos. A Ema e a Sara aderiram espontaneamente à proposta e cada uma delas realizou os três desenhos, de forma individual, os quais só foram partilhados no final da realização dos mesmos, quando deram uma gargalhada ao apreciarem “a sua obra” (Apêndice F, pp. 115 – 110).

A Ema, na temática do passado (Apêndice F.1, p. 105), desenhou a perda de um familiar, enquanto no presente (Apêndice F.2, p. 106), identificou a perda de amizades e as saudades dos amigos, uma vez que está distante, devido à pandemia e não pode brincar com eles. No desenho relacionado com o futuro (Apêndice F.3, p. 107), retrata a sua profissão de sonho, ser gestora de um hotel. A Sara, na temática do passado (Apêndice F.4, p. 108), desenhou o nascimento da irmã mais nova, agora com dois anos, que considera ter sido o momento mais marcante e feliz da sua vida. No desenho do presente (Apêndice F.5, p. 109), desenhou as mudanças de casa, uma vez que mudaram de local de residência, mantendo-se no mesmo concelho, devido à separação da mãe e do Artur, nos finais de maio de 2020; diz-se feliz nesta nova casa; o desenho elaborado em relação ao futuro (Apêndice F.6, p. 110) representa o seu desejo de vir a ser cientista.

Em conversa realizada com a Ema, esta foi-se revelando ponderada, comunicativa, com um discurso fluído, ia falando de forma descontraída e rápida, sem precisar de pensar muito. Partilhou que os dias de confinamento “têm sido uma seca”, “que não tem feito quase nada, tem aulas pela internet, vê televisão e come e dorme”. A adaptação inicial aos trabalhos foi relativamente difícil, não percebia muito das aulas, dizendo que era mais fácil na escola. Tinha um computador para fazer os trabalhos de casa que, passados uns dias, deixou de funcionar, “foi-me cedido um tablet, pelo município após a sinalização do técnico e gestor do processo na CPCJ X”, pelo que demonstra alegria, satisfação e gratidão pela ajuda do técnico. As notas do segundo período foram de nível quatro e cinco e “revelam o meu esforço dedicado”. Contou, quando pergunto como era o relacionamento da mãe com o Artur, que o relacionamento no início era bom, mas com o passar do tempo foi piorando, era muito conflituoso. O Artur dizia que a culpa era dela, porque “não gostava dele”, implicava mais com ela do que com a irmã. Assume, nesta altura, a culpa da separação, “uma vez que a mãe ficava no meio e não conseguia ser imparcial”, “a minha mãe, por vezes, finge que não ouve”. No seu entender, outro dos motivos que levaram à separação do casal, e consequentemente da família, foi o consumo de álcool e tabaco (principalmente aos fins de

semana) por parte do padrasto, ele deixou de contribuir economicamente para o sustento da família e a passar menos tempo em casa. Depois da separação, no final de maio, não manteve qualquer contacto com o Artur, por vontade própria, “nunca mais estive com ele, nem quero”. Perante o facto, questionei se nunca mais viu o Artur? Respondeu “vi duas vezes, quando íamos para casa da minha avó”. Perante as respostas, e o modo como valorizou a saída de casa, seria de deprender que não existe qualquer vínculo emocional entre o Artur e a Ema ou, pelo menos, vontade de o manter, se no passado existiu algum. Importa, contudo, salientar que os desenhos do passado e do presente são marcados pelas perdas (de um familiar, no desenho do passado, dos amigos, com quem não pode estar, no presente), o que pode indiciar que outras perdas estão em processo de luto, numa jovem de 13 anos, quando tantas mudanças acontecem. Mas parece antever um final feliz, representado no desenho sobre o futuro, onde será uma gestora de um hotel, a sua profissão de sonho (curiosamente, gerindo uma casa grande, de muita gente).

Para a Sara, tal como para a irmã, “os dias em confinamento são uma seca”; nestes dias, vê televisão, internet e levanta-se “bué” cedo para assistir às aulas. Disse comunicar com os colegas pelas redes sociais. A adaptação ao ensino à distância foi fácil, mas preferia o ensino presencial. Partilhava o computador/tablet cedido pela autarquia com a irmã. As notas são o reflexo do trabalho, como revela, “no final do ano letivo, apenas um três numa disciplina e nas restantes obtive quatro e cinco valores”. Estava feliz pela mudança de casa, referindo que a mudança de casa foi muito boa, “o ambiente melhorou, estamos mais perto de tudo”, referiu que as causas da separação foram porque “ele bebia e fumava muito... a minha mãe é que pagava quase tudo”. Não esteve mais em contacto com o Artur e refere “que não tem saudades nenhuma dele”. Aquando as visitas da irmã mais nova ao pai, estas ficam ansiosas e preocupadas, pois, segundo dizem em unísono, “ela é tudo para nós, não queremos que fique lá”. Quando confrontadas com a possibilidade de existência de uma guarda partilhada, na regulação das responsabilidades parentais, isto é, na possibilidade da Leonor ficar mais tempo com o pai, a Ema respondeu, “não diga isso, não queremos ficar sem ela”, seguindo-se Sara, “ele não pode saber disso”, referindo-se ao Artur. Importa salientar que os desenhos da Sara são marcados pelos momentos de felicidade: o nascimento da irmã, no desenho do passado; a mudança de casa, no desenho do presente; a realização de um sonho no futuro, ser cientista.

Após esta sessão, foi possível refletir que as jovens estavam mais felizes, com um brilho no olhar, percebeu-se pela forma como comunicaram e o motivo parecia ser a nova casa e o facto do Artur

já não estar a residir com as mesmas. A Ema e a Sara sentiam-se culpadas pelo mau ambiente gerado em casa, pelos conflitos familiares e pela separação da mãe e do Artur. A Ema falou disto neste encontro, mas a Sara já anteriormente havia revelado que nos últimos tempos em que estiveram em casa com o Artur, durante o confinamento, havia também muitas discussões com ela. Neste encontro ainda era evidente a necessidade de trabalhar o sentimento de culpa manifestado pelas duas irmãs mais velhas, principalmente pela Ema, relativamente à separação da mãe e do padrasto, embora ambas reconheçam que estão todos mais felizes, mesmo a sua mãe, nunca mencionando o facto da separação da irmã mais nova com o seu pai.

Os discursos da Ema e da Sara são assertivos, elaborados e diretos, demonstrando conhecimento e boas capacidades ao nível da comunicação, fluidez discursiva e boas competências na análise das situações da realidade. Devolvi-lhes as suas competências e facilidade no discurso, em partilhar o que pensam e sentem, o modo positivo como olham o futuro e o sentimento de que conseguirão atingir as suas profissões de sonho.

No final da sessão, quando solicitadas a avaliar a sessão, estas mencionaram que gostaram. Colocada a questão da sessão ser avaliada de zero a cinco, qual a nota que atribuíam, foram unânimes com a atribuição de um cinco, porque “foi um momento interessante, pudemos partilhar a nossa vida com alguém em quem confiamos”, disse a Sara, enquanto a irmã justificou da seguinte forma, “saímos de casa, o tempo passou rápido, gostei”. Os desenhos não foram avaliados com as crianças/jovens, uma vez que estas não os quiseram analisar, o que prontamente aceitei, apesar de pensar que seria muito pertinente analisá-los com as jovens.

A terceira sessão presencial decorreu a 11 de junho de 2020, entre as 16:00 h e as 17:30 h, nas instalações da CPCJ X, com a Laura. Este encontro teve como objetivo conhecer e refletir acerca das dinâmicas familiares após a separação do Artur e a entrada na nova casa, bem como das dificuldades que pudessem estar a existir.

A sessão começou com uma Laura confiante e reconhecida por ter tido apoio na decisão de saída de casa, quando tentava encontrar um espaço para morar e pelos contactos durante a fase de confinamento. Acima de tudo, sentia-se satisfeita por poder partilhar a sua vida com alguém, “são momentos como este que necessito ... ter alguém com quem desabafar ...”. Neste encontro falou, sobretudo, sobre a história do seu relacionamento com o Artur. A forma como conheceu o

companheiro foi algo peculiar, “íamos a um café perto da casa onde morávamos, conhecíamos bem o dono do café e ele até se metia muito com as meninas, achava-lhes piada. Até que um dia, o dono do café falou à Ema, que estava lá um senhor que queria o número da mãe”. Após algumas insistências, “acabei por dar o número de telefone à Ema e ela deu-o ao senhor do café, que o deu ao Artur”, sorriu, “passados uns 15 minutos, ele começou a enviar mensagens e eu respondi”, contou Laura, relatando a forma como se conheceram. Começaram a falar e, passados cinco meses, estavam a namorar (2014). O relacionamento, inicialmente, segundo a Laura, era “espetacular” e “acabámos por nos envolver”. Contudo, após esta fase inicial, com o aprofundamento da relação, ele foi-se revelando muito ciumento. Afirma que “ele podia fazer tudo, eu já não, enviava mensagens a controlar”, (...) “quando eu tinha o jantar da empresa com os colegas de trabalho, estava sempre a enviar mensagens”; (...) “Nunca pensei chegar ao ponto que cheguei, podia estar na mesma com ele, mas para isso ele continuava a fazer o que queria”. Sentiu receio da atitude, do comportamento agressivo de Artur, quando teve acesso às mensagens nas redes sociais “e, provavelmente, também tinha no telemóvel, mas não vi, mas deu para perceber que ele tinha outras”. Esta situação aconteceu nos dias seguintes ao nascimento da filha mais nova, “mas ele nunca avançou, pois era com uma colega minha do trabalho, o que me deixou muito mal da cabeça”. Foi falando dos conflitos que surgiram nesta altura e como ele dizia muitas vezes que as filhas mais velhas da Laura “eram um obstáculo à nossa relação”. E continuou esclarecendo que “ele disse muitas vezes que se fossemos só nós os três, eu, ele e a Leonor (...) a relação resultaria”. Partilha, comovida, que ele tentou agredir as meninas algumas vezes, fisicamente, mas que ela se punha à frente, impedindo-o de o fazer. A ela, agrediu-a por duas vezes fisicamente (a primeira agressão deu origem à sinalização da CPCJ X, a segunda aconteceu quando a Laura lhe falou que ia sair de casa), mas as agressões verbais e as desconfianças “eram o dia-a-dia”, “vais assim trabalhar, parece que vais para uma festa”, quando estava num jantar da empresa, “estava sempre a enviar mensagens a perguntar se demorava, com quem estava”, “chamava-me de p..., que não prestava”, “às minhas filhas chamava-lhes nomes, dizia-lhes que não lhe eram nada, o barulho delas, quando estavam nas brincadeiras delas, ou ao telemóvel com os/as colegas, tudo isso o afetava”. Mencionou que as filhas lhe diziam “quando achas que pode acontecer o mesmo que acontece às outras”, alertando para o facto do Artur poder tentar fazer algo que colocasse a sua integridade física em causa ou originando, até, a sua morte. Elas assistiam à violência verbal dele e tinham medo, incentivando-a a deixá-lo. Sentiu receio pela vida

no dia em que saiu de casa, nos finais de maio de 2020, ele “agarrou-me o pescoço, cuspiu-me, chamou-me: p..., v...”, “cab..”, “na altura, eu estava a cozinhar e ele cuspiu para dentro da panela”.

Em meados de janeiro 2020, quando ele a agrediu fisicamente, a primeira instituição de que se lembrou a que poderia recorrer foi à GNR. “Fui eu que liguei para a GNR, vieram a casa, identificaram-nos e meteram medo ao Artur”. Nessa altura sentiu-se protegida, esclarecendo “quando fui apresentar queixa na GNR, fui bem tratada e atendida, (...) o guarda que me atendeu disse para eu estar à vontade, nada me aconteceria, fiz os exames no Instituto de Medicina Legal, para ficarem como prova das agressões que sofri”. O relacionamento “melhorou a partir da queixa à GNR e, de uma forma especial, quando foi atendido por si, mas nunca mais me deitei com ele”. A Laura referia-se ao atendimento que fez ao Artur, no âmbito do processo que foi aberto na CPCJ, enquanto gestor do processo, decorrente da queixa de agressão física feita na GNR. Nesse atendimento Artur assumiu a culpa pela agressão e mencionou que “só foi aquela vez, não aconteceu mais”. Artur teve um discurso diferente de Laura, pois mencionou sempre que queria manter a relação, “eu não me quero separar, as coisas estão bem agora”, ao contrário do que Laura falava até à presente data, que queria a separação e “tenho uma excelente relação com as filhas dela, é como se fossem minhas filhas”. Artur manteve-se calmo e responsivo, com um discurso assertivo, mas em certos momentos desviava o olhar do gestor de processo. No decorrer do atendimento, quando informado que não deveria consumir álcool, nem fumar em frente às menores, ao que ele respondeu “eu venho à janela fuma, quanto a beber gosto de jogar uma cartas e bebo com os meus amigos, mas não me embebedo”. O técnico demonstrou-se sempre disponível para qualquer situação que possa ocorrer e que poderia entrar em contacto sempre que necessite. No término do atendimento, menciona que “foi bom ter vindo aqui, ela agora também está mais calma” e sorriu.

Neste encontro de junho, Laura ainda partilhou que os momentos de maior felicidade, com o Artur, “foi até a nossa filha nascer, antes de eu ter descoberto...”. A Laura estava emocionada, mas, mesmo assim, quando perguntei se estava a sentir-se bem ou se preferia que alterássemos o rumo da conversa ou, até, se quisesse, poderíamos continuar em outro dia, referiu que estava bem e que eu nem imaginava “o bem que me está a fazer, este momento de partilha, poder ser ouvida, ouvir o que fala”, realçando ainda que “O Artur ouve-o muito”. Referia-se à mudança de atitude e comportamento que notou no Artur, após a nossa conversa, reforçando a confiança que a Laura começava a sentir nesta relação profissional.

Após a separação, a Leonor, filha do casal, visita o pai uma vez por semana, duas a três horas aos domingos, conforme o Acordo de Promoção e Proteção, assinado em julho de 2020, uma vez que passaram os seis meses de avaliação de diagnóstico. A Laura, quando está a fazer o turno da tarde, pede permissão ao seu superior para se ausentar e levar a Leonor a casa do Artur, uma vez que ele não tem carta de condução. “Em casa, a menina não pergunta pelo pai, mas se o telemóvel toca, ela diz que é o pai, faço chamadas por videochamadas diariamente, para a menina falar com ele, é pai dela...”. Parece ser uma mãe preocupada que quer que filha e pai construam uma relação o mais saudável possível.

Durante as aulas, as meninas ficam em casa da cunhada e da mãe da Laura, uma vez que residem em casas separadas, mas relativamente próximas, e assim será no período das férias escolares.

Nos últimos tempos, antes da separação, as questões económicas adensaram-se, como referiu a Laura: “Antes dele se envolver com as outras, ele recebia o vencimento e entregava-mo, depois que descobri, paga apenas a letra da casa. Gasta o dinheiro todo em álcool e tabaco. De uma maneira em geral durante o final de semana chegava a casa só discutia, vinha bêbedo, não se importava com ninguém. Nunca partilhou tarefas em casa”. A Laura foi partilhando o seu sentimento de revolta e de tristeza, uma vez que sentia que tinha um excelente relacionamento e que, a pouco e pouco, o Artur foi alterando o seu comportamento, deixou de partilhar o pagamento das despesas domésticas, como sempre tinha sido até à descoberta de relacionamentos extraconjugais, gastando-o todo “nos seus vícios”.

O companheiro sabia que ela queria sair de casa, já que ele não queria sair. No dia em que a Laura lhe falou que já tinha conseguido arrendar um apartamento, foi quando se deu a grande discussão: ele agarrou-lhe o pescoço, chamou-lhe nomes e cuspiu na panela da comida que ela estava a cozinhar, era final de maio. “Tive de tirar dois dias de férias para arrumar as minhas coisas, a minha cunhada e o meu irmão é que me foram buscar as coisas, ele disse que ou tirava naquele dia ou não tirava mais”. “Ele nunca pensou que eu conseguisse sair de casa...”, mas conseguiu.

Refere que os primeiros dias na casa nova, numa freguesia diferente (está a cerca de nove quilómetros da antiga casa) foram difíceis para ela, “era um espaço diferente, estranho, (...) mas as meninas estão felizes, mesmo a Leonor, estranhou um bocadinho, olhava para os cantos, mas está bem”. O relacionamento terminou, “mas o sentimento ainda está aqui, não desaparece de um

dia para o outro”, referindo-se ao afeto que ainda sente pelo Artur. Contudo, parece consciente da importância da decisão que tomou.

Durante a sessão, a Laura foi sempre apoiada nas decisões (de sair de casa, de procurar uma nova casa, de dar um tempo ao relacionamento) e valorizada enquanto mulher, enquanto mãe e profissional, nos diferentes papéis que desempenha na sociedade.

A sessão terminou com a Laura a dizer sentir-se aliviada pela partilha, que se sentia confiante naquele espaço e que todas as palavras que ouviu a “tocaram”. “Eu estava mesmo em baixo”, referiu quando o encontro terminou, agora reconhece que sai com mais força para encarar o futuro. Demonstrou interesse em manter uma próxima sessão que será marcada em tempo oportuno, uma vez que trabalha por turnos e indicará o horário mais favorável.

Da reflexão desta sessão constatei que os objetivos traçados para esta sessão foram cumpridos, ficaram mais esclarecidas as dinâmicas familiares, antes e após a separação, como estavam a adaptar-se à nova casa, e as dificuldades atuais. Havia ainda uma Laura afetivamente ligada ao Artur, mas mais consciente de como precisava de cortar esta ligação para se libertar da relação agressiva que a maltratava a ela e às filhas mais velhas, e, indiretamente, a filha mais nova. Solicitada para que fizesse uma avaliação à sessão, teceu o seguinte comentário, “nota máxima, sinto-me mais leve e valorizada”.

Entre a terceira e a quarta sessão, por dificuldades de agendamento, conciliação da disponibilidade das participantes, assim como o confinamento a que fomos obrigados a cumprir e o medo que estava instalado na população, só foi possível estabelecer contactos telefónicos para ir sabendo como estava a correr a adaptação à nova habitação, como estavam as meninas e como estava o relacionamento entre a Laura e o Artur. Num destes contactos, comentei com a Laura o que achava de marcarmos um encontro com uma outra mulher, também ela a viver uma situação de grande mudança na sua vida, como a Laura. Já anteriormente havíamos abordado a possibilidade de formação de um grupo de mulheres em situação semelhante ao nível da VD. A Laura sempre se demonstrou disponível para formar um grupo, revelando vontade de alargar as suas partilhas e reflexões a outras mulheres.

O processo referente ao filho de Mónica, que tinha dado entrada na CPCJ X, com a problemática de VD, em fevereiro de 2020, o qual não se tinha observado qualquer tipo de violência ou problemas de relevo, de acordo com os atendimentos psicossociais, onde declararam a inexistência de VD. Contudo, nos finais de maio de 2020, a Mónica informou que existiram episódios graves de VD, na casa onde residem. Os atendimentos à Mónica, no âmbito da gestão do processo da CPCJ X, passaram a ser frequentes, várias vezes por semana, através de telefonemas e atendimentos presenciais, na sequência da separação do casal, no início de junho de 2020, onde as discussões, ameaças e impropérios eram cada vez mais intensos. Porque os problemas apresentados pela Mónica eram muito semelhantes aos problemas apresentados pela Laura, estando esta nesta data já bem mais segura das suas decisões e competências para cuidar de três filhas menores, uma delas de idade semelhante à idade do filho da Mónica, foi proposto, durante um dos atendimentos no âmbito do processo aberto na CPCJ, um encontro com a Laura, por se achar que uma abordagem grupal poderia ser proveitosa para ambas.

Nos contactos estabelecidos, quer com a Mónica, quer com a Laura, foram sendo abordadas as estratégias grupais, nomeadamente os grupos de ajuda mútua, ou autoajuda, como forma de se obter um maior apoio para as dificuldades e preocupações, para em conjunto se encontrarem estratégias para lhes fazer frente e pela possibilidade de se criarem novas sinergias, galvanizando cada uma delas para a mudança. Neste período foi sendo possível perceber da sua motivação para a formação do grupo e informar de que, num grupo de autoajuda, deverá existir sigilo, respeito, partilha de sentimentos e de angústias, sem ninguém ser obrigado a isso, mas sobretudo, poderia existir o sentimento de que não estamos sós neste caminho de superação da VD.

Neste contexto, a quarta sessão presencial de "O recomeço" decorreu a 30 de junho de 2020, entre as 16:00 h e as 17:30 h, nas instalações da CPCJ X, com a Laura e a Mónica. O principal objetivo deste encontro era que a Laura e a Mónica se conhecessem e que, em grupo, pudessem descobrir afinidades, identificar qualidades e potencialidades como mulheres e mães, e, neste seguimento, promover a autoestima e um maior controlo emocional de cada uma (OG1). Neste encontro, para além das conversas intencionais, ainda se realizou um exercício de dinâmica de grupo.

Nesta sessão, tivemos a presença da Mónica, pela primeira vez. Foi bem recebida, onde eu e a Laura mencionamos que "é uma de nós", a qual sorriu e demonstrou a sua satisfação. Deu-se lugar

às apresentações e, uma vez que estávamos três pessoas, para que a Mónica se sentisse de facto uma de “nós”, recorri a um exercício de dinâmica de grupo para as apresentações, utilizando um novelo de lã. Este exercício, habitualmente designado de “técnica do novelo de lã”, é apresentado por Martins, Oliveira e Batista (2020), como um exercício de quebra-gelo, e de integração e acolhimento de um novo elemento. Sentados em círculo, peguei num novelo de lã e expliquei o exercício: iria apresentar-me e, quando terminasse, atiraria o novelo para uma das mulheres do grupo que se apresentaria e esta, por sua vez, atiraria o novelo ao outro elemento. Quando atirássemos o novelo, ficávamos com uma ponta do fio para que uma teia se formasse.

Comecei por me apresentar (nome, idade, profissão e falei um pouco sobre o que é um grupo de autoajuda, com momentos de escuta e partilha, e que os problemas da VD eram comuns às duas mulheres) e passei o novelo à Laura que se apresentou (nome, idade, morada, que era mãe de três filhas), esta passou-o para a Mónica, que também fez a sua apresentação (nome, idade, morada) e do seu filho. De seguida, pedi à Mónica para que passasse o novelo para quem quisesse, passou-o para mim. Falei então na importância do grupo, que neste espaço temos algo em comum, uma vez que os intervenientes ambicionam pôr fim à VD, e partilham a preocupação com o bem-estar das crianças, onde o mais importante é sermos realmente o que somos, e o que se passa no grupo, fica no grupo. O novelo foi passado para a Mónica, que mencionou “é uma experiência boa, ter mais alguém com quem partilhar o que tenho passado e sentido”. O novelo foi passado de novo para mim e expliquei a razão do novelo e da técnica a que recorremos. O cruzar dos fios representava as nossas vidas, os nossos caminhos e que estávamos juntos “nesta viagem”. Posto isto, fui perguntado às presentes quais as suas verdadeiras angústias e anseios de momento.

A Laura tomou a iniciativa e respondeu que acima de tudo precisava de ter um lugar para desabafar, para ser ouvida, enquanto que a Mónica concordou e acrescentou “um lugar em que uma pessoa fale e não seja julgada”, “em casa não posso falar, porque senão irei preocupar ainda mais os meus pais... sinto-me sufocada”, “tenho medo, estou angustiada por o meu filho ir passar as tardes com o pai...”. A Laura mencionou que passou pela mesma situação, “a menina tem que visitar o pai, ela tem pai... tem que existir vínculo”. Falaram-se dos vínculos e das separações, dos medos de se perderem os filhos até para o agressor.

A ligação entre a Laura e a Mónica foram evidentes, partilhando as suas experiências e sentimentos espontaneamente. Na intervenção com a Mónica e a Laura, foram desconstruídos

alguns medos, ligados à relação com os filhos, e foram sendo valorizados os aspectos positivos dos momentos em que estavam sem eles. Por exemplo, com a Mónica explorou-se os aspectos positivos da visita do menino ao pai: “a Mónica tem mais tempo para cuidar de si”; “pode aproveitar o tempo para fazer o que gosta, como voltar aos estudos como tinha referido em atendimento”. Perante o meu comentário, a Laura disse, com um sorriso, “nunca tinha pensado nisso”, embora já fizesse o que eu propunha para a Mónica, pois quando a Leonor estava com o pai, a Laura aproveitava e ia até casa dos pais dela; enquanto a Mónica, mais retraída, mencionou “sim, pelo menos nesse tempo estou ocupada, não penso tanto”. De seguida, a Laura afirmou “só mesmo o Dr. para falar essas coisas”. O que senti perante esta situação é que as mulheres nunca tinham pensado em algo positivo nas situações mais complicadas das suas vidas, como se não conseguissem mobilizar um momento de perda para fazerem algo de criativo e mobilizador. Mas notei que esta intervenção, tal como outras no mesmo sentido, as marcou de forma positiva e as ajudou a pensarem sobre estas situações de forma diferente. Perante esta situação, perguntei à Laura como se conseguia abstrair do que a rodeia, ela respondeu: “desde que esteja com as pessoas de quem gosto, com as minhas filhas” e fez-se silêncio... lancei um desafio, convidando-as a um movimento introspetivo, ao perguntar: se pudessem mudar algo nas suas vidas, o que mudavam? A Laura disse, “aquando o meu primeiro casamento tinha emigrado, o meu falecido marido abriu uma empresa e fiquei a pagar dívidas, mesmo depois do suicídio”. Com esta afirmação parece que a Laura tinha, ainda, a percepção que a sua vida seria diferente, para melhor, se tivesse acompanhado o marido, talvez a falência da empresa não tivesse acontecido e, quem sabe, talvez o marido não tivesse morrido. Não devolvi esta análise, mas fiquei a pensar se não haveria algum sentimento de culpa em relação a este assunto, tal como as filhas de Laura sentem em relação aos conflitos entre a mãe e o padrasto, quando viviam juntos. Mas, logo de seguida, num movimento positivo, de reconhecimento das suas capacidades e competências, valorizando o que fez na vida, a Laura acrescenta, “orgulho-me da minha vida, do meu percurso, paguei muitas dívidas, a Segurança Social nem o funeral me pagou”; “eu algum dia ia permitir que me batessem... mas fui agredida e por isso decidi mudar... se fosse dona de casa, ele continuava a agredir-me”. O discurso da Laura foi emocionado. A Mónica comentou que o problema do seu companheiro é que ele não queria trabalhar e estava com uma depressão, e que “é influenciado pela mãe e pela tia”; conta que “saiu de casa sem dizer nada, envia-me mensagens a dizer que me ama, mas depois diz que se eu não for dele, não serei de ninguém, e a tratar-me mal”. Esta situação com a Mónica

ocorreu logo que o Carlos saiu de casa e, alegadamente, foi trabalhar para fora de Portugal, mas quando regressou ao país não voltou mais para a casa do casal.

Apoiando estas mulheres, mencionei que a valorização individual nunca deve ser descurada, todos temos valor e ninguém tem o direito de tirar o sorriso de alguém, seja por que motivo for. As mulheres do grupo sorriram, a Mónica mencionou: “essas palavras caíram bem” e refere “sinto-me melhor, mais leve”, pelas partilhas; a Laura concordou ao abanar afirmativamente com a cabeça e sorriu.

A sessão estava a terminar e foram convidadas a avaliar a sessão. A Laura mencionou: “tem ajudado muito, mudou a minha forma de olhar a vida”, “sinto que estou diferente, as minha colegas no trabalho já me perguntaram o que tenho andado a fazer, que estou muito melhor”, “não me sinto sozinha, sinto-me orientada, mais capacitada... sem medos, a intervenção tem-me feito muito bem”. “Desde que estou envolvida neste projeto com o Dr., comento com as minhas colegas do trabalho o que tem sido desenvolvido. Elas notaram a diferença para melhor, sinto-me mais calma, mais bem-disposta, consegui libertar-me de uma situação, sinto que estou diferente, que sou outra pessoa, existiu transformação em mim”.

A Mónica, apesar de ser a primeira sessão no grupo, com a Laura, comentou, referindo também os atendimentos individuais que existiram no âmbito do acompanhamento da CPCJ X, realizados por mim enquanto gestor do processo, “sinto-me melhor, menos ansiosa”, “estes momentos de partilha poderão libertar-me e dar-me mais força”, “sinto-me menos stressada e no próximo ano irei recomeçar a estudar, como o doutor fez, recorrendo ao ensino à distância”.

No final da sessão, foi possível verificar que os objetivos propostos foram cumpridos. As duas mulheres demonstraram sentirem-se bem uma com a outra, descobriram afinidades, apoiaram-se mutuamente na descoberta de estratégias para resolverem algumas dificuldades com que se debatiam, e sobretudo, nesta sessão, foi importante sentirem-se escutadas, que não estão sós no mundo e que há situações e vivências comuns entre as pessoas. Foram reconhecendo capacidades para sair do ciclo de violência, embora a Laura, neste período, parecesse mais capacitada e empoderada: na sessão, foi notória a capacidade que a Laura teve em se valorizar, com um discurso e atitude bem diferente desde a primeira vez que a conheci num atendimento. A

Mónica gostou da sessão e deste momento de partilha, demonstrou agrado e uma vontade enorme em continuar.

Consciente da importância de alguns fatores terapêuticos do grupo, tal como referidos por Kaplan e Sadock (1999), como a aceitação, catarse, empatia, introspeção e aprendizagem, incentivei à continuidade destes encontros. Até porque as partilhas dos intervenientes num grupo permitem a consciencialização que os outros também passam por situações complexas, possibilitando a vivência da universalidade do sofrimento, a aceitação e afiliação ao grupo, e promove a colocação no lugar do outro (a empatia), como refere Santos (2017, p. 53), acerca de um grupo de mulheres, "(...) nos grupos de autoajuda, as reflexões que surgiram permitiram a cada uma das mulheres colocar-se nas situações, comparando as atitudes e sentimentos, pensando como poderia ter reagido".

O espaço grupal permitiria também alcançar de forma mais sustentada o OG 1, definido para a Ação "O recomeço", uma vez que o empoderamento, a autoestima e a capacidade de mudança pareciam sair reforçadas nas histórias partilhadas e nas diferentes visões sobre os sucessos alcançados, mesmo que ainda parecessem pequenos aos olhos de cada mulher. Em grupo, com o apoio do outro, seria possível reconhecer as competências internas de cada mulher, identificar os contextos relacionais de abuso e aprender estratégias para sair deles, contrariando os ciclos de violência, posicionar-se nas relações e refletir sobre as causas dos conflitos (OE 1.1., 1.2., 1.3.), sem pesar a culpa.

Não foi, no entanto, possível marcar outro encontro entre as mulheres, pela evolução da pandemia na zona norte do país, pelo desencontro de horários, pelos isolamentos profiláticos que algumas vezes foram exigidos a um de nós. Neste percurso, eu próprio testei positivo para o COVID-19, o que me impediu de estar presencialmente com estas mulheres, durante um determinado período. Durante este período, e dada a impossibilidade de se agendar sessões presenciais, os contactos foram sendo estabelecidos por telemóvel, semanalmente. Ambas valorizaram estes contactos e as conversas que fomos mantendo, de forma explícita, a Laura foi referindo que "sempre que tenho algum problema e me sinto mais em abaixo, penso nas palavras que o Dr. fala, ajudam a superar as dúvidas", enquanto a Mónica mencionou "é difícil encontrar alguém que me compreenda... com quem possa falar o que sinto", "sinto-me melhor". Com o passar do tempo, as mulheres foram-se reconhecendo mais confiantes, como verbalizavam, a Mónica dizia "sinto que

agora estou mais confiante, tenho cuidado mais de mim”. Foram sendo realizados também vários contactos com a filhas mais velhas da Laura. Nestes, as meninas continuavam a manifestar alguma culpabilidade pela separação da mãe e do Artur, embora se sentissem mais felizes por terem mudado de casa. Foi ainda possível agendar um encontro presencial com as meninas, em agosto, para se trabalharem estas questões e se refletir sobre a comunicação na família, e sobre as relações entre homens e mulheres.

A quinta sessão decorreu a seis de agosto de 2020, entre as 16:00 h e as 17:30 h, nas instalações da CPCJ X, e tinha como objetivos conhecer a visão das crianças acerca de uma relação conjugal e conhecer a sua perspetiva acerca da família. Para além das conversas intencionais recorreu-se novamente ao desenho. Estiveram presentes no encontro a Ema e a Sara.

Nesta sessão, a Ema e a Sara apareceram sorridentes, estavam de férias escolares. Ambas mencionaram que as notas foram o desejado e refletiram o empenho e esforço que foi empreendido no 3º trimestre, mesmo sendo um trimestre atípico, com aulas online. A partilha do tablet foi sendo conseguida porque era dada a preferência de utilização do equipamento a quem tinha de entregar os trabalhos, enquanto a outra assistia a aulas pelo telemóvel.

Em conversa, falou-se de como eram as relações agora e como eram quando estavam na outra casa, a viverem com o Artur. Foi mencionado que nenhuma criança ou jovem é culpada pela separação dos pais. Os pais são adultos e devem ter a capacidade de resolver os seus problemas. O mau relacionamento dos adultos surge por complicações ao longo da vida e existem muitos casais que se separam mesmo sem filhos, e outros em que os filhos complementam a felicidade dos pais. As meninas sorriram e a Ema mencionou que o Artur “implicava muito comigo, não gostava de mim”, enquanto a Sara, logo que a irmã terminou de falar, mencionou “ele também implicava comigo, mais para o fim, não era só contigo”. Pela descrição das meninas, nos últimos tempos, a relação entre elas e o Artur revelou-se ainda mais tensa e conflituosa.

De seguida, convidei-as a efetuar três desenhos (Apêndice G, pp. 111-116), com os seguintes temas: desenha a tua família, desenha a tua família no futuro e desenha uma imagem de um homem e de uma mulher, “aos teus olhos”. Preparei-me previamente com algumas questões que gostava de explorar. Pretendia, a partir dos desenhos, que pudéssemos abordar alguns aspetos sobre a família, explorar as implicações que o relacionamento entre a mãe e o Artur teve nas

meninas, se o conflito existente as afetou, de alguma forma, e que projetos tinham para o futuro. Esta ideia, tal como o convite da sessão 2, em junho, surgiu de uma exposição que foi realizada na Escola Superior de Educação, cedida pela Associação Humanitária Transform! Europe (<https://www.transform-network.net/>) do projeto "Colour of a Journey" (<https://coloursofajourney.eu/>), a qual incluía desenhos de crianças refugiadas ou vítimas de pobreza e repressão religiosa, entre outros, acerca do seu olhar do passado, do presente e do futuro. Uma vez mais, não foram dadas quaisquer outras indicações para que as irmãs fizessem os desenhos.

Foram disponibilizados folhas e lápis de cor e marcadores, para a realização desta tarefa. A Ema utilizou, exclusivamente, o marcador de cor preto para a realização dos desenhos. No desenho representativo da família (Apêndice G.1, p. 111), colocou a mãe, as irmãs e ela, com um sorriso, enquanto no desenho da sua família no futuro (Apêndice G.2, p. 112), idealizou morar junto com o namorado, com dois filhos, uma menina mais velha e um menino, todos felizes, tendo como objetivo adotar um bebé de raça negra. Na ilustração de um homem e de uma mulher (Apêndice G.3, p. 113), colocou o casal a sorrir e ao mesmo nível, que representará a igualdade de género, entre o homem e a mulher.

A Sara recorreu a várias cores para fazer os desenhos: desenhou a sua família (Apêndice G.4, p. 114) com quatro pessoas, a Sara, a Ema, a Leonor e a Laura, sendo que ela e as irmãs apresentavam um sorriso, enquanto a mãe surge com um ar mais triste e aparentemente cansado. No desenho da sua família no futuro (Apêndice G.5, p. 115), incluiu-se a ela, o namorado e uma filha, bem vestida com cores "vivas". No desenho representativo de um homem e de uma mulher (Apêndice G.6, p. 116), aparecem os dois ao mesmo nível e aparentam estar felizes, mas sem braços. Embora não tenha explorado os desenhos com a Sara, na altura e durante a redação deste relatório, ao olhar para os desenhos sem braços, concluo que podem significar uma proteção em relação à VD. Mas os braços também devem representar cuidado com o outro, o carinho e a atenção. Ficou por explorar.

Com o desenrolar da sessão, e atendendo ao que tinha desenhado, abordei a Sara para saber qual o seu pensamento relativamente a uma relação de casal, uma relação conjugal. A sua resposta foi rápida: "é quando as duas pessoas envolvidas têm uma relação de convivência, vivem juntos, conversam, constroem uma vida juntos". Quando questionada sobre o que pensa de um homem,

respondeu “é uma pessoa normal, mas todos eles devem ser respeitadores, honestos e não ter comportamentos abusivos”. Na sua opinião, “os filhos de pais que sofrem de VD também podem vir a sofrer no futuro de VD”, parece sabedora destes assuntos. Será que tem medo do futuro, pergunto. Responde que “as pessoas devem falar, devem debater os seus problemas, não deve existir violência, pois os homens até podem ser mais fortes fisicamente do que as mulheres, mas aos outros níveis são iguais”. Comentei, com a Sara, que os filhos de uma relação violenta não serão obrigatoriamente agressores ou vítimas, no futuro, dei o exemplo de “um pai ladrão, o filho não tem que ser ladrão”, e valorizei a sua afirmação de que comunicar e dialogar são o caminho.

Para a Sara “ter um amigo rapaz é como ter uma amiga, temos uma pessoa que nos apoia, nos respeita e nos faz bem”. “As discussões com o Artur e a minha mãe eram bastante tóxicas ... e ele era também muito agressivo”, “se estivesse no lugar da minha mãe ignorava, pois assim a discussão não acontecia, mas por outro lado se me ofendesse verbalmente, fisicamente, etc., não hesitava, denunciava”. Depreende-se, pelas palavras da Sara, que se a mãe ignorasse o companheiro estes ainda poderiam estar juntos, “mas para isso ele teria de ajudar nas despesas e dar-se bem comigo e com a minha irmã mais velha”. Falando na sua vida, na atualidade, mencionou que os dias são tranquilos, assiste aos programas na televisão, convive com a família, aproveita as férias. Depois da separação e da mudança de casa tudo melhorou, “tenho um bom ambiente em casa”. Confrontada com a pergunta se concorda que os culpados pela separação dos pais são as crianças, respondeu: “os pais separam-se por razões muito importantes, onde quase sempre os filhos não estão envolvidos”.

A Ema recorreu exclusivamente ao marcador preto para a realização dos diversos desenhos (Apêndice G, pp. 111-113). No desenho da família, esta é constituída por ela, pelas irmãs e pela mãe, todas com um sorriso. No segundo desenho, retrata a sua família no futuro da seguinte forma: a própria, o namorado, um filho e a adoção de um bebé de raça negra. Não a questionei da razão do menino de raça negra, mas, pelo conhecimento que tenho da Ema, é para tentar fazer o bem a alguém e poder dar amor e carinho, uma forma de colmatar, talvez, a ausência do pai, que faleceu no mesmo ano que tinha emigrado, quando esta tinha 6 anos de idade. Na elaboração do desenho que retrata um homem e uma mulher surgem os dois ao mesmo nível, com um sorriso. Para a Ema, uma relação conjugal tem um lado positivo e um negativo: “a relação em si, só dará certo se as duas pessoas souberem lutar pela relação e fazer por dar certo. A relação constrói-se ao longo do tempo com bases, como a confiança, respeito mútuo, amor e a dedicação um pelo outro”. Acerca

do que pensa de um homem, refere que é “um ser humano que deve respeitar e ser respeitado, um homem pode fazer uma mulher feliz. É algo que nos pode fazer sentir feliz, apesar de que, por vezes, não precisamos disso para encontrar a felicidade”. “A probabilidade dos filhos de VD sofrerem de violência é reduzida, uma vez que as pessoas não confiam tanto, têm tendência para não confiar logo, e caso isso acontecesse, denunciavam logo”. Parece trazer uma aprendizagem sobre estas questões que lhe serve para a vida. A Ema demonstra ser uma pessoa que é contra a VD e que não tolera qualquer tipo de agressão, o que mantém semelhanças com a opinião da Sara. Referiu que os homens têm mais força física, mas através do diálogo e do debate, “acredito que as mulheres tenham mais calma e conhecimentos para debater certos assuntos”. “Os meus amigos são todos rapazes, apesar da minha mãe achar estranho e não gostar muito, só tem de confiar em nós”. “Ter um amigo rapaz para mim é bom, acho que me entendem melhor e não me julgam, e acabam por até me ajudar em tudo o que podem”. O ambiente familiar, diz, era mau. Apesar das discussões entre o casal serem comuns, “o que não é comum, é não saber falar, conversar, debater, haver qualquer tipo de violência, seja ela física ou psicológica”. Se estivesse no lugar da mãe, “daria uma única oportunidade, se visse que realmente a pessoa mudou ou se esforçava para reatar a relação, mas se não mudasse, denunciava”. Desde que mudou de casa, o bem-estar e o bom ambiente voltaram. O sentimento de culpa que tinha em relação à separação esbateu-se, considerou “que os pais se separam por razões muito importantes, onde quase sempre os filhos não estão envolvidos”.

Solicitadas para fazer uma avaliação da forma como decorreu a sessão, demonstraram que foi interessante, que gostaram e que, acima de tudo, levam vários ensinamentos, tais como: o homem e a mulher têm os mesmos direitos, devem partilhar as responsabilidades e as tarefas, e que em nenhum momento deve existir agressão. Os conflitos entre os adultos devem ser resolvidos por estes e os filhos nunca devem ter qualquer sentimento de culpa pelas discussões ou mau ambiente familiar. A Ema, apesar de mais reservada na resposta ao que levam hoje da sessão, respondeu prontamente que os pais não se separam por causa dos filhos e que se sentia mais aliviada.

Após esta sessão foi possível concluir que a mesma ficou marcada pela descoberta dos motivos que realmente levaram à separação do casal, onde a falta de diálogo, compreensão e dedicação à família são apontadas como as causas principais da separação. A importância desta sessão para atenuar o sentimento de culpa existente nas crianças foi preponderante. As crianças estão mais

felizes, demonstrando através do olhar o seu sorriso (apesar da máscara, de uso obrigatório). Foram revelando, ao longo de todo este processo, grande capacidade de resiliência e competência para se projetarem no futuro de forma saudável, conscientes e atentas a não perpetuarem situações de VD, nas suas vidas.

Os dias foram passando e mantive-me sempre em contacto com a Mónica para saber como esta se sentia, como estava a correr a sua vida, as suas emoções e a procura de trabalho. Foram também efetuados alguns atendimentos no âmbito do processo de acompanhamento da CPCJ X, onde se demonstrava mais confiante, capacitada e mais feliz. Em meados de setembro, começou a trabalhar e deixou de ter disponibilidade para os encontros, que foram mantidos por telefone. A Laura, apesar de algumas tentativas, também deixou de ter essa disponibilidade, o que impossibilitou a realização de mais sessões, como a que estava prevista para o início de setembro, uma aula de Yoga por sua sugestão. Apesar de alguns constrangimentos em contactar a Laura, fui sendo contactado por esta aquando algumas discussões com o Artur, mediando a relação entre o casal, pois a Laura mencionava frequentemente “fale com o Artur, ele a si ouve-o”. Sempre que ligava ao Artur, este mencionava sempre que estava tudo bem, não estando disponível para novo contacto.

5.3. AÇÃO 2 – “REFLETIR PARA AGIR”

A ação “Refletir para agir” decorreu nos meses de fevereiro a finais de junho, com a realização de uma reunião e muitas partilhas no final das reuniões da CR, que passaram a ser à distância. A primeira e única reunião presencial decorreu no dia 27 de fevereiro de 2020, entre as 12:00h e as 13:00 horas, nas instalações da CPCJ X, com os objetivos de aprofundar o conhecimento dos participantes, de partilhar as informações recolhidas até ao momento sobre uma das famílias participante no projeto, e recolher o consentimento do grupo para colaborar no projeto que estava a ser construído, bem como aprofundar as perspetivas quanto à realidade do trabalho com vítimas de VD. Estiveram presentes na sessão todos os elementos que constituem o grupo de trabalho: F.F.; A.S.; A.F.; R.M.; J.A (Apêndice B, p. 94).

O grupo achou pertinente o tema e a intervenção junto das pessoas vítimas de VD, justificando a desproteção destas pessoas porque o trabalho realizado na CPCJ se dirige apenas a crianças e jovens e não é direcionado para os adultos (agressores ou vítimas). Aludiram, ainda, à inexistência

de respostas para as situações de VD no concelho, o que adensa a dificuldade na intervenção, quando são identificadas estas situações.

Nos processos que os gestores têm de VD as agressões são todas perpetradas e levadas a cabo por homens. Os técnicos analisaram os 62 processos em acompanhamento na CPCJ X, as idades dos agressores (homens) estão compreendidas entre os 25 e os 50 anos, todos eles pertencentes a grupos socioeconómicos menos privilegiados. Estes resultados foram analisados e debatidos na reunião do grupo de trabalho. Na CPCJ X, as situações de VD surgem decorrentes das sinalizações das crianças e jovens em risco, o que pode justificar aquele intervalo de idades, não aparecendo sinalizações de processos de VD no namoro ou mesmo em idade sénior. A F.F. partilhou que não existem recursos nem respostas para ajuda efetiva às vítimas de VD e que a maioria destas estão já conformadas com o seu *modus vivendi*, fragilizadas, e deprimidas pelos abusos emocionais e/ou físicos, não tendo força nem vontade de alterar o ciclo de violência em que vivem. A A.S. mencionou que no município não existe um local onde as vítimas de VD possam recorrer, para simplesmente serem ouvidas ou até para receberem alguma orientação, no entanto, em concelhos vizinhos existe o gabinete de apoio às vítimas de VD.

A CPCJ X, através da presidente, em articulação com o município e a comunidade intermunicipal da região, em meados de maio de 2020, encetou diligências para a criação de um Gabinete de Apoio à Vítimas, que supostamente entraria em funções, até ao final de 2020, mas entrará em funções em abril de 2021. Com o desenvolvimento do presente projeto, o interesse pelas vítimas adultas de VD, foi maior, e a A.S. e A.F. propuseram-se, ao responsável hierárquico da autarquia, para realizarem a formação de Técnico de Apoio à Vítima. A.F. afirmou que “se não tivesse participado no projeto, não teria tido sensibilidade, nem interesse, para se propor à formação de apoio à vítima”.

As partilhas de conhecimentos e de opiniões ao longo deste projeto tiveram impacto na forma como os atendimentos passaram a ser efetuados, “estou mais atento aos pormenores, ao sofrimento das pessoas, às necessidades”, referiu A.F., enquanto F.F. revela “que com a criação do gabinete de apoio, as gestões dos processos podem ficar menos complexos, uma vez que poderão recorrer a este apoio”, assim como foram salientando “a importância de uma melhor articulação na análise de cada processo que é entregue a cada gestor”. A.F. considerou “que este projeto projetou o interesse para a criação do gabinete de apoio à vítima”.

Os processos de VD, após a participação dos elementos da CPCJ X, passaram a ser trabalhados de um modo diferente: cada gestor colocava as suas dificuldades perante os outros elementos da equipa e estabeleceu-se uma maior ajuda e apoio entre os gestores de processo, de forma a colmatar algumas dificuldades sentidas na análise e trabalho do processo.

Como já referido, numa outra parte deste relatório, a pandemia limitou a disponibilidade dos técnicos para a realização de mais reuniões integradas na ação “Refletir para agir”, ou para a formação que poderia ter sido feita em 2020, contudo foi sendo possível manter a partilha e apoio entre os técnicos, aproveitando os espaços após as reuniões semanais ou quinzenais da CR, e este trabalho terá em breve visibilidade no concelho, por diligência da parte da autarquia que, em breve, abrirá um gabinete de apoio à vítima de VD.

6. AVALIAÇÃO FINAL DO PROJETO

A avaliação final advém da reflexão pessoal dos elementos que constituíram os grupos de trabalho. A ação “O recomeço”, foi uma (nova) oportunidade para iniciar um novo ciclo das suas vidas, com vontade de construir novas narrativas, para superar as adversidades que surgiram nas suas vidas. O projeto, na sua generalidade, foi bem-sucedido, uma vez que existiu mudança e transformação nas intervenientes, isto é, a Laura ficou mais empoderada (“ele nunca pensava que eu fosse sair de casa”), mais confiante, mais capacitada e, acima de tudo, mais feliz. Com a Ema, foi trabalhado o sentimento de culpa pelo mau ambiente familiar. A Ema ficou aliviada, por sentir que a culpa não foi sua “agora sei que a culpa dos adultos se separarem não é culpa das crianças”. A Sara sentiu-se feliz por participar no projeto e demonstrou essa felicidade ao longo do processo, com um sorriso fácil e espontâneo.

A intervenção com a Mónica visou o seu empoderamento, a sua valorização pessoal, a sua capacitação, autoestima e a superação do medo que quase a paralisava (desespero, choro compulsivo) quando tinha de se separar do filho. Aquando das visitas da criança ao pai, a Mónica entrava em desespero, tinha medo que ele não voltasse. No final do presente projeto sentia-se mais confiante, mais leve, e tinha um novo olhar sobre as visitas do filho ao pai. A Mónica descobriu que podia cuidar mais de si e fazer coisas de que gostava (fazer caminhadas, ir ao cabeleireiro), o que veio a suceder, “a mudança que ocorreu em mim, fez com que pudesse cuidar mais de mim, quando o menino vai visitar o pai”.

Embora não tivesse sido possível realizar outros encontros entre a Mónica e a Laura, realça-se ainda que a intervenção em grupo proporciona a partilha dos testemunhos das experiências de vitimação, o apoio mútuo, diminuindo o isolamento e o evitamento, uma vez que são criadas redes de proximidade e suporte observando a função de alicerce social (Matos, 2006), como mencionou a Laura “a culpa era sempre minha por não fazer as coisas bem”, “eu era culpada por tudo”, enquanto que a Mónica afirmava, “eu era a culpada pela depressão dele”, “achava que estava fora do peso”. Segundo Jorge (2014), a vitimação expõe a violência de múltiplas formas e a vitimação em criança pode considerar-se num fator de risco no futuro. A Laura já tinha passado por uma situação de VD no anterior relacionamento, não sendo quebrado o ciclo de violência que se tem verificado ao longo da sua vida. A incidência e prevalência da vitimação nas classes sociais mais

desfavorecidas, ao nível económico e académico, é superior em relação às classes sociais mais favorecidas. A maior vulnerabilidade das pessoas impede-as muitas vezes de cortar com o ciclo de violência.

Um aspeto que limitou este projeto foi a pouca disponibilidade dos técnicos da CPCJ X, que piorou por causa da pandemia. Durante a pandemia, a situação tornou-se ainda mais complexa, uma vez que foram efetuadas escalas de serviço e prevaleceu o teletrabalho. As visitas domiciliárias foram suspensas e as diligências foram efetuadas pelo telefone, só em casos mais graves é que se privilegiava o atendimento presencial. Por ser técnico da CPCJ X, também a minha disponibilidade ao longo do tempo em que o projeto foi desenvolvido se alterou, com algumas diligências emergentes referentes ao trabalho da comissão e períodos de isolamento obrigatórios.

Contudo, pode dizer-se que o OG1 foi conseguido, uma vez que as pessoas que fizeram parte do projeto alteraram os seus comportamentos, existiu uma mudança, “agora estou mais feliz, sinto que tenho mais força, sinto-me diferente”, como mencionou a Laura. A Mónica conseguiu libertar-se da tensão e da agonia da separação do filho, aquando as visitas ao pai, “estou melhor, sinto-me aliviada”, enquanto que a Ema deixou de se sentir culpada pela separação da mãe e do Artur. A ação “Refletir para agir”, deu oportunidade para que os gestores de processos da CPCJ X, pudessem refletir, pensar em novas estratégias, e, acima de tudo (re)olhar para vítimas de uma forma mais abrangente, mais capaz, com a noção das dificuldades que estas sentem. O OG2 não foi totalmente conseguido, nas suas estratégias, mas todos os envolvidos ficaram sensibilizados com a ausência de respostas no concelho para os adultos que sofrem de VD.

A avaliação do projeto pelos elementos da Comissão, que formaram o grupo de trabalho, é positiva, uma vez que constataram a necessidade de responder às dificuldades sentidas pelas vítimas de VD, ao longo do seu acompanhamento nos processos de VD, dos quais são gestores. O tema da VD revela-se muito pertinente numa altura em que o número de sinalizações de VD na CPCJ X tem aumentado exponencialmente.

Ao longo do desenvolvimento do projeto foram sentidos alguns constrangimentos, tais como: respeitar o tempo dos intervenientes, dificuldades de agendamento das sessões, dificuldade de entendimento do que era a metodologia de IAP, por conseguinte de um projeto co-construído, que

seria a base do trabalho a desenvolver, o que implicava os contributos, a envolvimento, participação e responsabilização de cada um dos envolvidos.

Ao longo do projeto recusei liminarmente apressar ou exercer qualquer tipo de pressão no que concerne a informações mais pessoais e íntimas ou de alguns temas mais sensíveis à luz de cada um, respeitando o momento, o ritmo de cada um ou as situações de desconforto (e.g., na primeira sessão com a Ema e a Sara, como estas não estavam muito à vontade para falar, propus a elaboração de um desenho, a que acederam prontamente, e no final estavam mais à vontade para conversar), de modo a não criar qualquer tipo de constrangimento, de sentimento de controlo e de relação de poder, e para, em primeiro lugar, a ação se desenvolver num clima de confiança. Numa perspetiva sistémica, deveríamos trabalhar com as pessoas com quem as vítimas de VD se relacionam, como amigos, família e a própria comunidade, o que não foi possível, devido ao tempo disponível para a realização do projeto e às limitações que o Covid-19 trouxe do ponto de vista social.

As dificuldades sentidas para agendamento de horários das sessões revelaram-se um dos principais constrangimentos de toda a realização do projeto, devido à pandemia do Covid-19, que veio limitar as nossas ações e atrasar o desenvolvimento do projeto, apesar de que, durante o confinamento, existiram sempre contactos de forma a apoiar as pessoas num período de tanta vulnerabilidade para todos. As dificuldades sentidas durante as ações devido ao distanciamento social e ao uso das máscaras, tornou mais complexa a avaliação e a perceção da comunicação corporal (mesmo conseguindo olhar o brilho nos olhos, não se viam os sorrisos ou certas expressões faciais).

Com o passar do tempo, senti cada vez mais a necessidade de uma supervisão, de forma a uma melhor orientação do projeto. As dificuldades, as dúvidas e a insegurança ligada à capacidade de desenvolvimento do projeto, em certos momentos, adensaram-se, o que exigiu mais acompanhamento e orientação externa (em orientações tutorias por parte da orientadora do projeto) em todo o processo da execução e elaboração do mesmo.

O maior constrangimento e desapontamento, pela minha parte, na realização do presente projeto, foi não ter conseguido desenvolver o teatro do oprimido, através da construção de uma peça de teatro fórum, técnica primorosa de empoderamento das pessoas.

REFLEXÕES FINAIS

O projeto elaborado debruça-se sobre a VD, um problema social que afeta mulheres, homens, crianças, jovens e mesmo idosos, não se vislumbrando barreiras económicas ou geográficas, originando efeitos devastadores, a nível familiar e pessoal, e que de forma indireta serão repercutidas na sociedade (e.g., no emprego, nas relações interpessoais), e no número de mortes relacionados com a VD.

Estou certo que este projeto contribuiu para atenuar o sofrimento das pessoas que estiveram envolvidas no projeto, a Laura, a Mónica, a Ema e a Sara, empoderando-as, ajudando-as a olhar a sua vida com outros “olhos”, a enfrentar a realidade e, por vezes, com uma conotação positiva, uma vez que vamos crescendo no meio de todas as adversidades que se vão colocando no nosso caminho, ao longo das nossas vidas, o que nos permite tirar sempre algo de positivo, no que diz respeito aos momentos de maior adversidade. A empatia foi fundamental para o desenvolvimento do projeto. O caminho trilhado foi complexo e muito difícil, contudo o projeto só fez sentido porque permitiu uma intervenção psicossocial com pessoas que estavam disponíveis a ajudar e a serem ajudadas.

Apesar de todas as vicissitudes existentes no desenvolvimento do projeto e no contexto onde este foi executado, elevo a pertinência e a importância do recurso à metodologia da IAP, uma vez que levou ao comprometimento, ao envolvimento e à participação, isto é, à co-construção do projeto, uma vez que todo ele está em constante mutação, podendo sofrer alterações a qualquer momento, porque está em constante avaliação. A intervenção torna-se mais eficiente porque não existem imposições, são respeitadas todas as opiniões e contribuições, o que se traduz nas verdadeiras necessidades e problemas que são precisos trabalhar e solucionar, como é o caso do empoderamento e da baixa autoestima, de que os envolvidos tanto falaram ao longo do projeto.

Posto isto, poderemos considerar que a IAP contribui sem qualquer tipo de dúvidas ou de discórdia para a responsabilização, empoderamento, mudança de comportamento, autonomização, o que contraria a intervenção tradicional, a qual olha a objetivos determinados sem a envolvência das pessoas, que muitas vezes se tornam desajustados à realidade das

peessoas, o que gera desinteresse e pode originar o abandono da intervenção (Santos e Bertão, 2020).

A certeza que tudo dei de mim às pessoas com quem trabalhei, a minha transparência, a aceitação incondicional, sem que se olhe a estereótipos ou juízos de valor, a congruência, a empatia, a sinceridade, o contributo, a envolvência e a corresponsabilização de todos envolvidos, fizeram com que nas horas de maior stress, maior angústia e desespero nunca desistíssemos.

A entreatajuda e o compromisso, entre os diferentes elementos que constituem a equipa, foram preponderantes e fundamentais, quer na aquisição de conhecimentos quer na concretização do projeto, uma vez que todos têm dado o seu melhor e sempre disponíveis.

Atrevo-me a dizer que se existia algum momento em que um projeto de intervenção social fazia sentido, certamente o nosso contemporâneo é o mais adequado, uma vez que durante a realização do projeto, houve a necessidade de uma intervenção social mais incisiva, visto que a atual pandemia do COVID-19 veio complicar toda a forma de vida e a convivência entre a população, isto é, as pessoas foram obrigadas a ficar em isolamento social, deixaram de circular livremente na rua, de poderem conviver ou simplesmente cumprimentarem-se, como era apanágio na nossa sociedade. A vida alterou-se radicalmente, uma simples ida ao mercado, a um serviço público, a um hospital, tornou-se difícil e complexa de se realizar. As vítimas de VD sentem dificuldades em serem ouvidas, não conseguem extravasar os seus pensamentos e/ou sentimentos, com os mais próximos, mencionando inúmeras vezes que está tudo bem, para que os mais próximos e íntimos não fiquem ainda mais preocupados, ou para não terem de explicar coisas que lhes são tão difíceis de verbalizar.

Atualmente, os interventores sociais desempenham um papel fulcral na sociedade, uma vez que as dificuldades económicas, o desemprego e a VD e a exclusão social estão a aumentar consideravelmente, levando a que a intervenção seja mais necessária, devendo ser mais incisiva, individualizada e, acima de tudo, que responsabilize e envolva todos aqueles que mais precisam presentemente. A intervenção em grupo, dadas as grandes restrições sociais, parece ficar adiada.

O Estado tem desempenhado o seu papel no combate ao flagelo social que é a VD, onde a VD passou a ser tipificada como crime público, proporcionando que qualquer cidadão, na presença de

uma situação de VD, deva sinalizar a situação às autoridades. Quando a VD é cometida na presença de menores, as sinalizações podem ser efetuadas à CPCJ, sem que exista a necessidade de se identificarem, e, caso o façam, é da obrigatoriedade dos gestores de processos a manutenção do anonimato do denunciante. Esta prerrogativa na lei veio agilizar e facilitar as denúncias, mas também sucede que existem muitas denúncias falsas, que são efetuadas apenas por vingança.

O tempo e a forma como trabalhamos com as famílias que fizeram parte do presente projeto, também teve de ser ajustado, uma vez que devido ao confinamento muitas das ações tiveram que ser adiadas, mesmo que se fosse conseguindo trabalhar com as mesmas à distância, os resultados e a forma como tentamos intervir revela-se mais complexa e mais difícil de alcançar. As dificuldades foram sentidas por todos, mas com a vontade, auxílio, perseverança e resiliência, tudo foi superado e, hoje, apraz-nos a sensação de dever cumprido, apesar do “caminho” sinuoso e atribulado.

REFERÊNCIAS

- Alarcão, M. (2002). *(Des)Equilíbrios familiares uma visão sistémica*. Coimbra, Portugal: Quarteto Editora.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima-APAV (2019). Estatísticas APAV – Relatório anual 2019. Acedido a 27/12/2020. Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV-Relatorio_Anual_2019.pdf.
- Barbosa, I., & Ferreira, F. I. (2019). Investigação participativa e compromisso com a transformação do mundo: diálogos com Paulo Freire. *Educação, Sociedade & Culturas*, (54), 198–212.
- Bell, J. (2002). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Edição Gradiva.
- Boal, A. (1991). *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carneiro, T. F. (1996). Terapia familiar: das divergências às possibilidades de articulação dos diferentes enfoques. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 16, 38–42. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v16n1/07.pdf>.
- Carvalho, M. J. L. (2013). *Sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, A., & Baptista, I. (2004). *Educação social: Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, C. M., & Portugal, M. G. C.C. (2016). O papel da avaliação na melhoria das práticas: Contributos para um projeto de investigação na área da educação de infância. *Educação, Sociedade & Culturas*, (47), 96 – 108.
- Cembranos, F., Montesinhos, D. H., & Bustelo, M. (2001). *La animación sociocultural: una propuesta metodológica*. Madrid: Editorial Popular.
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens X. (2019). Relatório anual de atividades, Ano de 2019.
- Corrêa, M., & Benegas, M. (2017). *Violência doméstica, empoderamento feminino e a dinâmica do divórcio*. Comunicação apresentada no 8º Encontro Caen-EPGE. Fortaleza, Brasil. Disponível

em: <https://caen.ufc.br/wp-content/uploads/2017/10/violencia-domestica-empoderamento-feminino-e-a-dinamica-do-divorcio.pdf>.

Coutinho, C. P., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. J. R. C. & Vieira, S. R. (2009). Investigação-acção: Metodologia preferencial nas práticas educativas. *Psicologia, Educação e Cultura*, 2(13), 355 – 376. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10148/1/Investiga%C3%A7%C3%A3o_Ac%C3%A7%C3%A3o_Metodologias.PDF.

Day, V. P., Telles, L. E. D. B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F. D., Machado, D. A., Silveira, M. B., & Blank, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 1 (25), 9–21.

Decreto Regulamentar n.º 2/2018 de 24 de janeiro. *Diário da República*, n.º 6/2018, I Serie (pp. 674–684). Lisboa: Assembleia da República. Acedido a 07/12/2021, em: <https://dre.pt/home/-/dre/114561723/details/maximized>.

Dias, J. R. (2009). *Educação o caminho da nova humanidade: Das coisas às pessoas e aos valores*. Porto: Papiro Editora.

Ferreira, T., & Pessanha, M. (2014). *Heróis de palmo e meio: A intervenção psicossocial e a relação de ajuda no acolhimento institucional* (Dissertação de Mestrado não publicada). Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, Porto, Portugal.

Fragoso, A. (2004). *Investigando em rede no desenvolvimento local: Um estudo de casos*. Comunicação apresentada ao V Congresso Português de Sociologia. Braga. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR4616db1133464_1.pdf.

Gadoni-Costa, L. M., & Dell'Aglio, D. D. (2009). Mulheres em situação de violência doméstica: vitimização e coping. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 2(2), 151–159. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v2n2/v2n2a10.pdf>.

Garcia, L. P. (2020). Uso de máscara facial para limitar a transmissão da COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29, 1–3. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/ress/2020.v29n2/e2020023/pt>.

Giddens, A. (2010). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Jorge, M. (2014). *Vitimação múltipla e condições de vida opressivas: um estudo de caso qualitativo com mulheres vítimas* (Tese de Doutoramento não publicada). Instituto Universitário da Maia, Porto, Portugal.

Kaplan, H. I., & Sadock, B. J. (1998). *Terapia de grupo*. Madrid: Editorial Medica Panamericana

Kaplan, H., & Sadock, B. (1999). *Sinopsis de psiquiatria*. Médica Panamericana, Madrid.

Lei n.º 147/99 de 1 de setembro: Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. *Diário da República*, Série I-A, n.º204 (pp.6115-6132). Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/581619>.

Lei n.º 59/2007 de 4 de setembro. *Diário da República*, n.º 170/2007, I Série (pp. 6181 – 6258). Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/640142>.

Lei n.º 19/2013 de 21 de fevereiro. *Diário da República*, n.º 37/2013, I Série (pp. 1096 – 1098). Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/258498>.

Lei n.º 130/2015 de 4 de setembro. *Diário da República*, n.º 173/2015, I Série (pp. 7004 – 7010). Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/70186239>.

Lima, R. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão... com os pés assentes da terra. Desenvolvimento local. Investigação Participativa. Animação Comunitária* (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Malta, J. C. (2020, agosto 13). Violência Doméstica. “Maior controlo sobre a vítima” fez diminuir queixas na quarentena. *Rádio Renascença*. Acedido a 22 de dezembro de 2020: <https://rr.sapo.pt/2020/08/13/pais/violencia-domestica-maior-controlo-sobre-a-vitima-fez-diminuir-queixas-na-quarentena/especial/203358/>.

Manita, C. (2005). *A intervenção em agressores no contexto da violência doméstica em Portugal: Estudo preliminar de caracterização*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: Compreender para intervir: Guia de boas práticas para profissionais de saúde*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Acedido a 23 de dezembro de 2020, em: https://www.researchgate.net/publication/279920584_Violencia_Domestica_Compreender_para_Intervir_-_guia_de_boas_praticas_para_profissionais_de_instituicoes_de_apoio_a_vitimas
- Marinho, S. (2018). O tempo de residência e de contacto com a criança após divórcio ou separação: experiências de mães e de pais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (87), 87-107. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/4684>.
- Martins, L. M., Oliveira, R., & Batista, V. (2020). *Dinâmicas de grupo com confiança – tudo o que precisas de saber para motivar a tua equipa*. Lisboa: Territórios Criativos.
- Matos, C. (2004). *Saúde mental*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade. Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher* (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade do Minho, Braga, Portugal. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5735/1/Tese.pdf>.
- Monteiro, H. (2019). Investigação, transformação e «palavramundo»: Novos e velhos desafios ético-metodológicos. *Educação, Sociedade & Culturas*, (54), 65-82. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/ESC54_HMonteiro.pdf.
- Patrício, J. A. (2014). Violência contra as mulheres: processos e contextos de vitimização. *CesNova*, 2(25), 33-43. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologico/902>.
- Pimenta, P. (2020, 16 de junho). Covid-19. Pandemia agudizou situações de violência doméstica já existentes. *Jornal o Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2020/06/16/sociedade/noticia/covid19-pandemia-agudizou-situacoes-violencia-domestica-ja-existentes-1920817>
- Pombo, O., Levy, T., & Guimarães, H. (1993). *A interdisciplinaridade: Reflexão e experiência*. Lisboa: Texto Editores.
- Relvas, A., P. (2000). *O ciclo vital da família perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.

- Rogers, C. (1985). *Tornar-se pessoa*. Lisboa: Moraes Editores.
- Santos, A. R. T. (2017). *Projeto "Seguir em frente, enfrentando os desafios da vida". Uma intervenção psicossocial com um grupo de mulheres beneficiárias do RSI* (Relatório de Projeto não publicado). Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal.
- Santos, A. R., & Bertão, A. (2020). O impacto da metodologia de investigação-ação participativa no acompanhamento a famílias beneficiárias de rendimento social de inserção. *Sensos-e*, 7(2), 5-13. Disponível em: <https://parc.ipp.pt/index.php/sensos/article/view/3620/1583>.
- Santos, B. D. S. (1995). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, C. M. (2010). Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. *Revista crítica de ciências sociais*, (89), 153-170.
- Santos, B., Miranda, A., & Murta, S. (2010). Resenha sobre o livro Como falhar na relação? Os 50 erros que os terapeutas mais cometem, de Schwartz e Flowers. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(3), 185-189. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v12n3/v12n3a15.pdf>.
- Santos, S., & Oliveira, L. (2010). Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Revista katálysis*, 13(1), 11-19. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/02.pdf>.
- Sartório, C. L., Juiz, P. J. L., de Melo Rodrigues, L. C., & Álvares-da-Silva, A. M. (2020). Paradoxos de retroalimentação da pandemia da COVID-19: quebrando o ciclo. *Cadernos de Prospecção - Salvador*, 13(2), 425 – 440. Disponível em: <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/nit/article/view/36157/20966>.
- Serrano, G. (2008). *Elaboração de projetos sociais: Casos práticos*. Porto: Porto Editora.
- Sousa, T. S. D. (2013). *Os filhos do silêncio: crianças e jovens expostos à violência conjugal: um estudo de casos* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/5018/1/T%c3%a2nia%20Sousa%20Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf>.

Stufflebeam, D., & Shinkfield, A. (1995). *Evaluación sistemática: Guia teórica y práctica*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.

Timóteo, I. (2010). *Educação social e relação de ajuda. Representações dos educadores sociais sobre as suas práticas* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Évora, Évora, Portugal. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/19122>.

Timóteo, I., & Bertão, A. (2015). Educação social transformadora e transformativa: clarificação de sentidos. *Sensos*, 2(1), 12-24.

Vilelas, J. (2009). *Investigação – O processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Watzlawick, P., Beavin, J. H., Jackson, D. D. (1967), *Pragmática da comunicação humana*, São Paulo, Editora Cultrix. Acedido a 13 de fevereiro de 2021 em: https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=exKuv0NUDcoC&oi=fnd&pg=PA17&dq=pragm%C3%A1tica+da+comunica%C3%A7%C3%A3o+humana+pdf&ots=5J-wzQlly2&sig=eyHm22fAjp5p2wflUFM3sR_DBRw&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false.

Wendt, N. C., & Crepaldi, M. A. (2008). A utilização do genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 21(2), 302-310. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prc/v21n2/a16v21n2.pdf>.

XXII Governo Constitucional (2020), *Guia de intervenção integrada junto de crianças ou jovens vítimas de violência doméstica*. Mem Martins: Editorial do Ministério da Educação e Ciência. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/06/170-20_Guia_Intervencao_Integrada.pdf.

Zimerman, D. (1993). *Fundamentos básicos das grupoterapias*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Zimerman, D. E., & Osorio, L. C. (1997). *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas.

ANEXOS

ANEXO A. – CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL – GRUPO DE PARTICIPANTES

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os/as mestrandos/as concebem e desenvolvem um projeto de investigação-ação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

O mestrando foi acolhido na instituição da CPCJ X, para o desenvolvimento do projeto numa das suas respostas sociais /desenvolve o projeto no contexto da sua atividade profissional. O envolvimento de profissionais e de crianças/jovens é voluntário, podendo cada pessoa decidir não participar, em qualquer momento do desenvolvimento do projeto.

O mestrando elaborará um relatório escrito sem qualquer dado pessoal, que será avaliado e que estará disponível *on-line*, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas.

Garante-se que a informação é confidencial, mantendo-se o anonimato e não sendo divulgados os dados pessoais dos participantes nem o nome da instituição. Este documento, que tem o nome da instituição e do/a participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso pelo prazo de sessenta meses.

Agradece-se, desde já, a sua participação e, caso concorde em participar no projeto, solicita-se que assine este consentimento.

Confirmo que li e compreendi a informação apresentada e que tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com a/o mestranda/o. Confirmo, ainda, que, atempadamente, fui informada oralmente do conteúdo deste documento e que aceitei participar no projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social. Autorizo que o mestrando Pedro Joaquim Pereira Azevedo, desenvolva o projeto de intervenção social com o grupo de crianças e jovens da minha responsabilidade / os meus filhos.

(Local, Data)

(Assinatura)

ANEXO B. – CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL – EQUIPA

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os/as mestrandos/as concebem e desenvolvem um projeto de investigação-ação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

O mestrando foi acolhido na instituição da CPCJ X, para o desenvolvimento do projeto numa das suas respostas sociais /desenvolve o projeto no contexto da sua atividade profissional. O envolvimento de profissionais e de crianças/jovens é voluntário, podendo cada pessoa decidir não participar, em qualquer momento do desenvolvimento do projeto.

O mestrando elaborará um relatório escrito sem qualquer dado pessoal, que será avaliado e que estará disponível *on-line*, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas.

Garante-se que a informação é confidencial, mantendo-se o anonimato e não sendo divulgados os dados pessoais dos participantes nem o nome da instituição. Este documento, que tem o nome da instituição e do/a participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso pelo prazo de sessenta meses.

Agradece-se, desde já, a sua participação e, caso concorde em participar no projeto, solicita-se que assine este consentimento.

Confirmando que li e compreendi a informação apresentada e que tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com a/o mestranda/o. Confirmando, ainda, que, atempadamente, fui informada oralmente do conteúdo deste documento e que aceitei participar no projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social. Autorizo que o mestrando Pedro Joaquim Pereira Azevedo, desenvolva o projeto de intervenção social com o grupo de crianças e jovens da minha responsabilidade / os meus filhos.

(Local, Data)

(Assinatura)

ANEXO C. – CONHECIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL – INSTITUIÇÃO

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os/as mestrandos/as concebem e desenvolvem um projeto de investigação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

O mestrando Pedro Joaquim Pereira Azevedo foi acolhido na instituição/no projeto da CPCJ X, para o desenvolvimento de um projeto de intervenção social no âmbito do referido mestrado/desenvolve o projeto no contexto da sua atividade profissional. O mestrando elaborará um relatório escrito, que será avaliado e que estará disponível on-line, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas.

Todo e qualquer documento produzido no âmbito do projeto será extirpado de dados pessoais, não sendo nunca divulgado à Orientadora qualquer informação que possibilite a identificação inequívoca de titulares de dados pessoais. No caso de o mestrando tomar conhecimento de situações abusivas dos princípios éticos, legais ou morais, deverá comunicá-los oralmente à Orientadora que decidirá em conformidade com a gravidade dos factos.

Este documento, que tem o nome da instituição e do participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso durante 5 anos.

Confirmando que li e compreendi a informação apresentada e que tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com a orientadora e com a coordenadora do mestrado. Tomo conhecimento da exigência de não expor dados pessoais em nenhum documento ou relatório que produza durante a vigência do projeto.

(Local, Data)

(Assinatura)

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA CPCJ X

Tabela 3 – Caracterização dos participantes da CPCJ X

	Idade	Escolaridade	Profissão	Tempo ao serviço da CPCJ X	Número de processos atribuídos de VD.
A.S.	35	Licenciada. Pós – graduação em Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens em Risco	Apoio técnico cedido pela autarquia.	8 anos	17
R.M.	27	Mestrado em Psicologia da Justiça – Vítimas de Crime	Desempregada	2 anos	12
J.A.	58	Mestrado em Ciências da Educação – Especialização em Educação de Género e Cidadania	Professora, cedida pelo Ministério da Educação a tempo integral à CPCJ X	10 anos	0
A.F.	40	Licenciado em Ciências Sociais	Representante da Autarquia.	3 anos	8
F.F.	37	Licenciada em Serviço Social	Diretora – Técnica IPSS	10 anos	9

APÊNDICE B – CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Tabela 4 - Caracterização das famílias

	Idade	Escolaridade	Profissão/ Ocupação	Ocupação tempos livres	Contexto Familiar
Laura	36	9º Ano	Trabalha numa superfície comercial	Cuida das filhas, como refere	Mantém contacto com agressor / coabitação.
Ema	13	8º Ano	Estudante	Música, redes sociais	Mantém contacto com agressor / coabitação
Sara	12	7º Ano	Estudante	Música, redes sociais	Mantém contacto com agressor / coabitação.
Mónica	36	12º	Desempregada	Caminhadas	Mantém contacto com agressor / coabitação

APÊNDICE C – GENOGRAMA DA FAMÍLIA DA LAURA

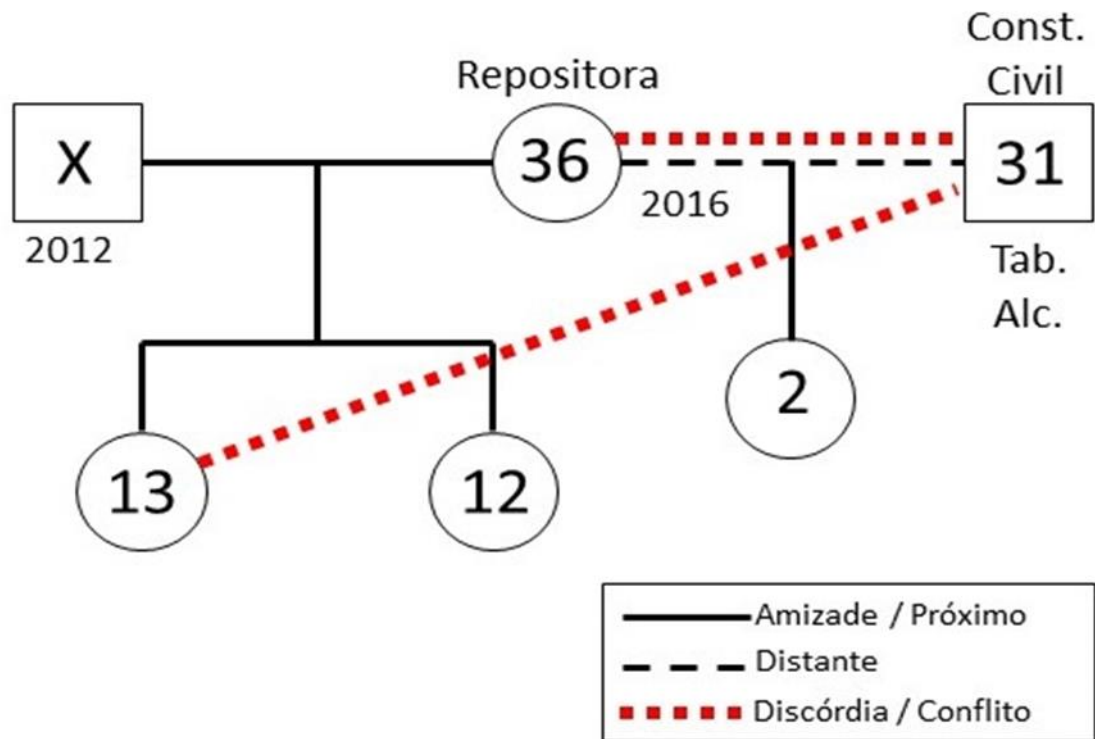


Figura 1 – Genograma da família de Laura

APÊNDICE D – GENOGRAMA DA FAMÍLIA DA MÓNICA

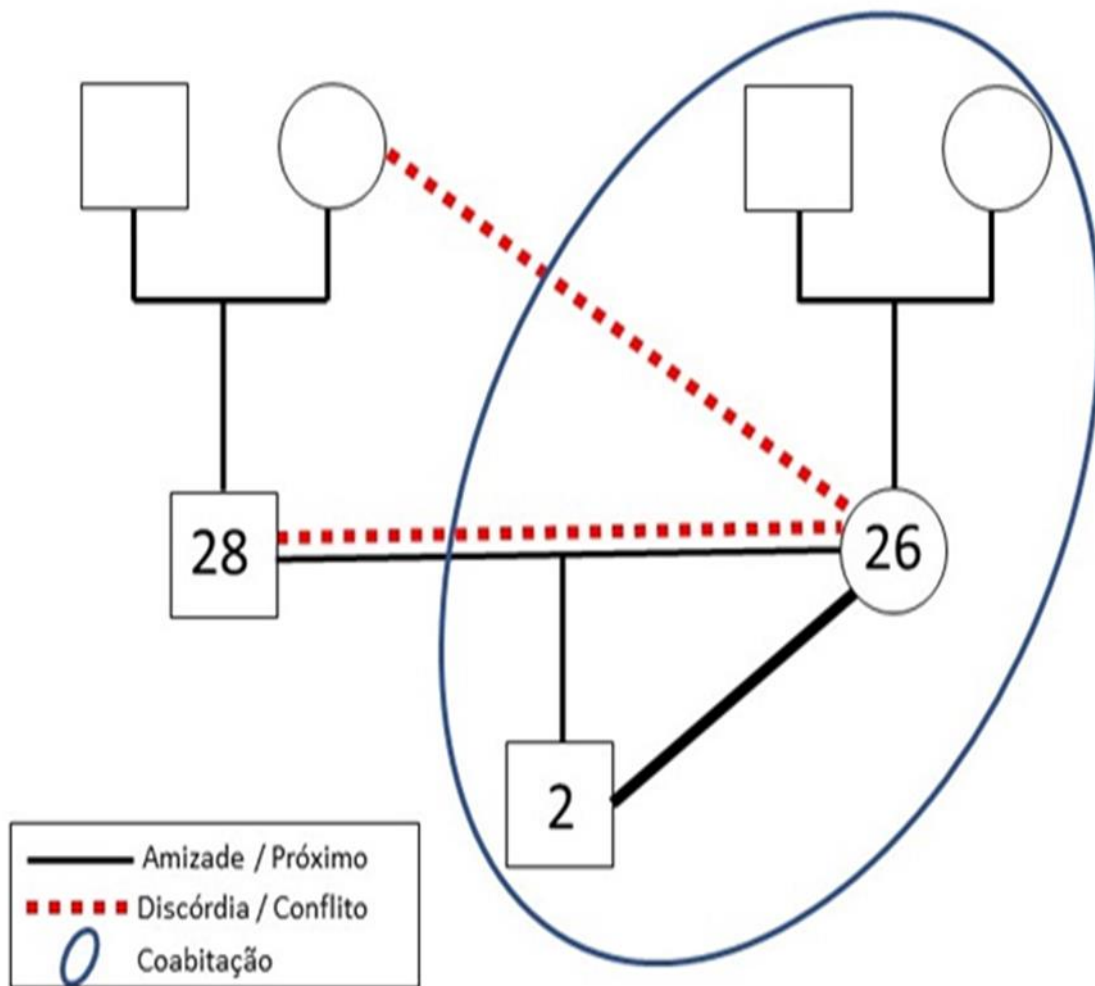


Figura 2 – Genograma da família de Mónica

APÊNDICE E: GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA REALIZADA AOS ELEMENTOS QUE CONSTITUEM O GRUPO DE TRABALHO DA COMISSÃO

Por uma questão de garantia de anonimato, não são colocadas as respostas dos elementos da equipa. Recorreu-se à metodologia das entrevistas semiestruturadas, de forma a direccionar a entrevista de modo a cumprir os objetivos.

1. Qual a sua idade, formação académica e profissional?
2. Que funções desempenha na Comissão? Qual a instituição que representa?
3. Pode apresentar a instituição, e a equipa técnica?
4. Tem processos de vítimas de VD? Quantos processos?
5. Quais as idades dos agressores e das vítimas e de VD? Quais os problemas associados à sinalização?
6. Qual a relação entre as vítimas e o agressor?
7. Quais os fatores predominantes na VD?
8. Qual a metodologia e técnicas que recorre na intervenção com as vítimas de VD?
9. A intervenção desenvolvida pelos técnicos vai ao encontro das necessidades das vítimas de VD?
10. Quais os maiores obstáculos e dificuldades que encontra nos processos de acompanhamento das vítimas de VD?
11. Como avalia o trabalho desenvolvido pela Comissão?

12. Existem aspetos a ser melhorados na Comissão? Quais? O que poderia fazer de diferente?

APÊNDICE F – ILUSTRAÇÃO DOS MOMENTOS MARCANTES DAS VIDAS, DA EMA E SARA

APÊNDICE F.1 – ILUSTRAÇÃO DO PASSADO – EMA



Figura 3 – Momento mais marcante do passado – Ema

APÊNDICE F.2 – ILUSTRAÇÃO DO PRESENTE – EMA



Figura 4 – Momento mais marcante do presente – Ema

APÊNDICE F.3 – ILUSTRAÇÃO DO FUTURO – EMA



Figura 5 - Momento mais marcante no futuro - Ema

APÊNCIDE F.4 – ILUSTRAÇÃO DO PASSADO – SARA



Figura 6 – Momento mais marcante no passado – Sara

APÊNDICE – F.5 ILUSTRAÇÃO DO PRESENTE – SARA



Figura 7 – Momento mais marcante no presente – Sara

APÊNDICE F.6 – ILUSTRAÇÃO DO FUTURO – SARA



Figura 8 – Momento mais marcante no futuro – Sara

APÊNDICE G: ILUSTRAÇÕES QUE REPRESENTAM A FAMÍLIA NA ATUALIDADE, NO FUTURO E A IMAGEM DE UM HOMEM E UMA MULHER (AOS TEUS OLHOS)

APÊNDICE G.1 – ILUSTRAÇÃO DA FAMÍLIA – EMA

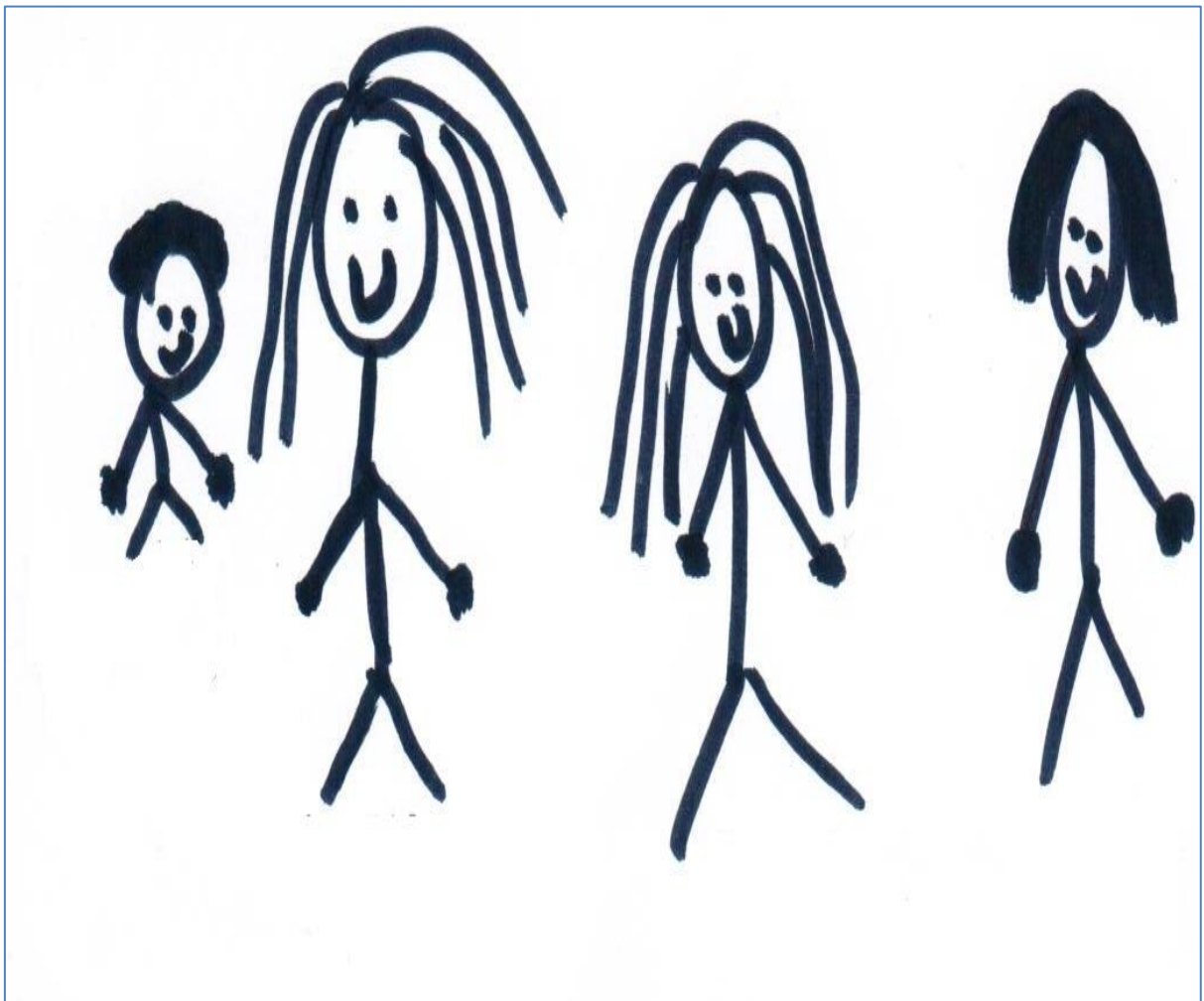


Figura 9 – Família atualmente – Ema

APÊNDICE G.2 – ILUSTRAÇÃO DA FAMÍLIA NO FUTURO – EMA

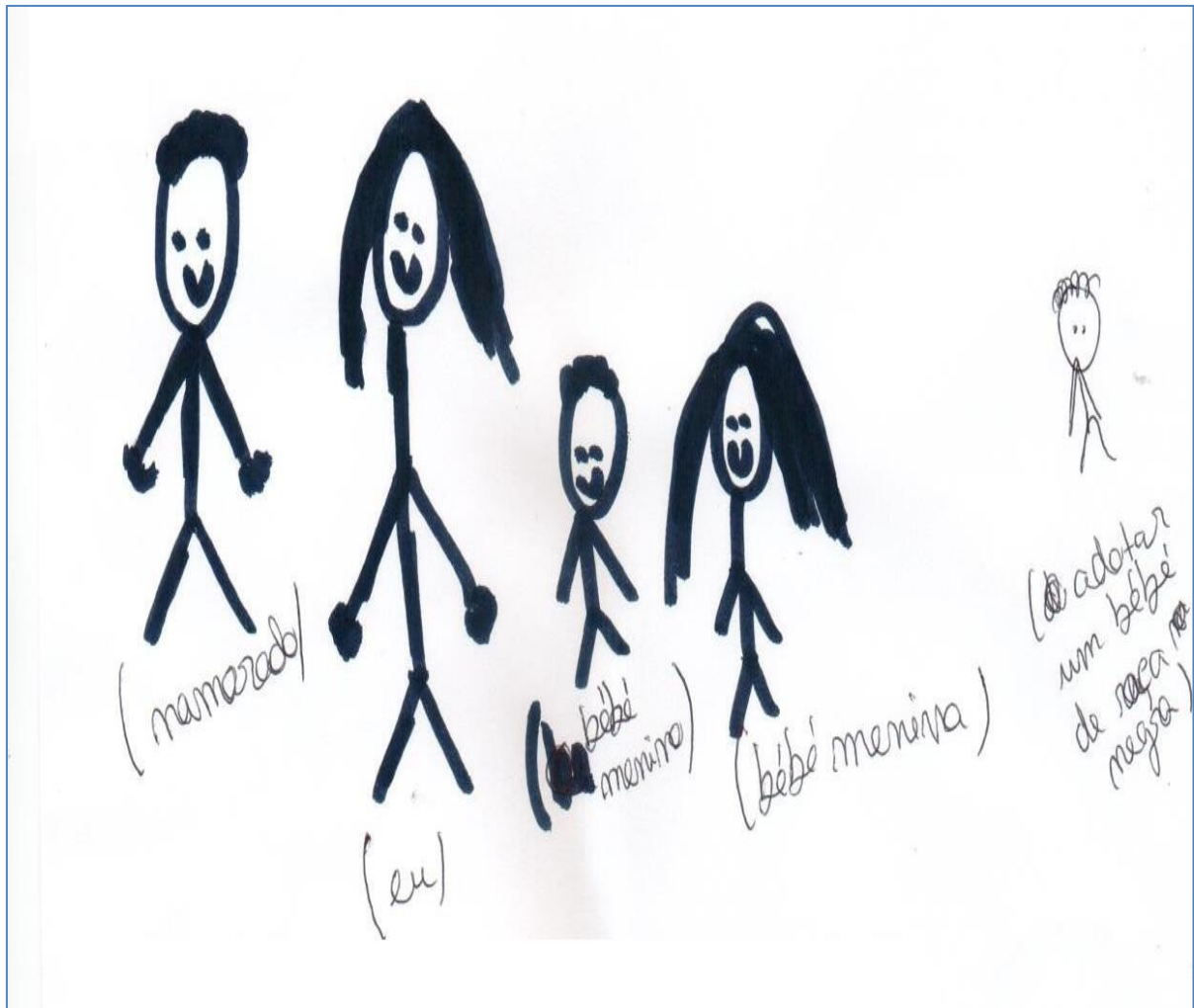


Figura 10 – Família no futuro – Ema

**APÊNDICE G.3 – ILUSTRAÇÃO DE UM HOMEM E UMA MULHER,
“AOS TEUS OLHOS” – EMA**

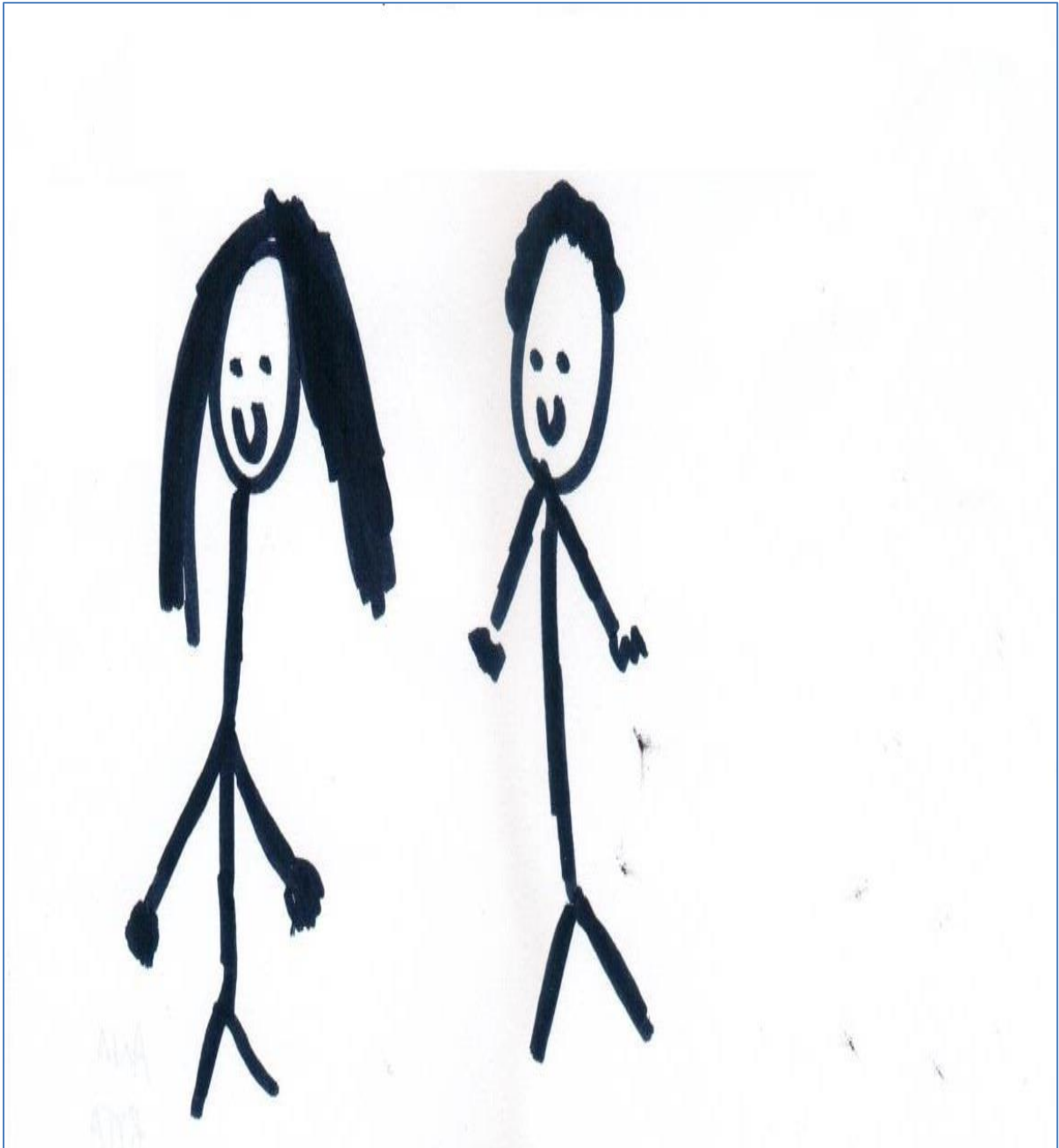


Figura 11 – Homem e uma mulher “aos olhos” de Ema

APÊNDICE G.4 – ILUSTRAÇÃO DA FAMÍLIA – SARA



Figura 12 – Família atualmente – Sara

APÊNDICE G.5 – ILUSTRAÇÃO DA FAMÍLIA NO FUTURO – SARA



Figura 13 – Família no futuro – Sara

**APÊNDICE G.6- ILUSTRAÇÃO DE UM HOMEM E UMA MULHER,
"AOS TEUS OLHOS" - SARA**



Figura 14 - Homem e uma mulher "aos olhos" de Sara

M

MESTRADO

Educação e Intervenção Social
Especialização em Ação Psicossocial em
Contextos de Risco

(Re)Erguer-se

Um projeto de intervenção social numa

CPCJ

Pedro Joaquim Pereira Azevedo

